

revista

# movimento

crítica, teoria e ação

ano 5, nº16, jan./mar. 2020.



## DOSSIÊS

*Ecossocialismo*

*Pandemia de coronavírus: primeiras análises*

revista  
**movimento**  
crítica, teoria e ação

*ano 5. n.16. jan./mar. 2020.*



Editora  
**Movimento**

|                    |                                      |
|--------------------|--------------------------------------|
| <b>Editores</b>    | Etevaldo Teixeira<br>Roberto Robaina |
| <b>Diretor</b>     | Thiago Aguiar                        |
| <b>Responsável</b> | Movimento Esquerda Socialista        |

|                           |                       |
|---------------------------|-----------------------|
| <b>Projeto gráfico</b>    | Adria Meira           |
| <b>Capa e diagramação</b> | Vittorio Audi Poletto |

|                                          |                                                |
|------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Transcrições, traduções e revisão</b> | Charles Rosa<br>Pedro Micussi<br>Thiago Aguiar |
|------------------------------------------|------------------------------------------------|

|                      |                                    |
|----------------------|------------------------------------|
| <b>Periodicidade</b> | Trimestral   16ª edição. Ano 2020. |
|----------------------|------------------------------------|

***Autores que contribuem nesta edição:*** Antônia Cariongo, Bernardo Corrêa, Bruno Magalhães, Bureau da IV Internacional, Daniel Tanuro, Evelin Minowa, José Rainha Júnior, Joyce Martins, Luiz Fernando de Souza Santos, Luana Alves, Marcela Durante, Michael Löwy, Mike Davis, Natália Peccin Gonçalves, Natalia Pennachioni, Pedro Fuentes, Pedro Micussi, Thiago Aguiar, Vanessa Couto e William I. Robinson.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda  
Socialista. ano 5, v.1, n.16 (jan.2020 -mar.2020) .  
Porto Alegre : Movimento, 2020.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo — Brasil. 2. Marxismo — Mundo.  
3. Socialismo. 4. Política — Brasil. 5. Política —  
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva  
CRB10/1813

Editora Movimento  
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago  
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil  
2020

## *Índice*

### **Apresentação**

*Thiago Aguiar* 6

### **Dossiê “Ecosocialismo”**

XIII Teses sobre a catástrofe iminente (ecológica) e as formas (revolucionárias) de evitá-la 10  
*Michael Löwy*

*A questão ecológica muda a nossa compreensão do que é o socialismo – Entrevista com Michael Löwy* 16  
*Pedro Micussi e Thiago Aguiar*

Lógica marxista e Amazônia em tempos de Bolsonaro 31  
*Luiz Fernando de Souza Santos*

Crise socioambiental, emergência climática no século XXI e o ecosocialismo como alternativa 43  
*Marcela Durante*

*A luta quilombola e a luta pela natureza são uma só porque sobrevivemos da natureza – Entrevista com Antônia Cariongo* 56  
*Bruno Magalhães*

*Eu me preocupei em viver, e viver meus momentos para construir um projeto diferente para o Brasil – Entrevista com José Rainha Júnior* 67  
*Bernardo Corrêa*

### **Internacional**

Nuvens carregadas sobre a América Latina 86  
*William I. Robinson*

### **Depoimento**

Luis Pujals, *querido hermano*, presente! 97  
*Pedro Fuentes*

## **Dossiê “Pandemia de coronavírus: primeiras análises”**

|                                                                                                                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Em um ano de peste<br><i>Mike Davis</i>                                                                                                                                                     | 131 |
| Oito teses sobre o covid-19<br><i>Daniel Tanuro</i>                                                                                                                                         | 140 |
| Novo coronavírus: a necessidade de uma resposta dos povos<br><i>Bruno Magalhães</i>                                                                                                         | 144 |
| Coronavírus: a falência do sistema capitalista e a defesa radical do SUS<br><i>Evelin Minowa, Joyce Martins, Luana Alves, Natália Peccin Gonçalves, Natalia Pennachioni e Vanessa Couto</i> | 154 |
| Em defesa da saúde da população e da militância social<br><i>Secretariado Nacional do MES</i>                                                                                               | 166 |

## **Documento**

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Pandemia da Covid-19: proteger as nossas vidas, não os lucros deles!<br><i>Bureau da IV Internacional</i> | 169 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## Apresentação

Thiago Aguiar <sup>1</sup>

Enquanto escrevo estas linhas, as janelas se agitam. Painéis, gritos, indignação. Finalmente, começa a explodir a raiva popular contra o governo autoritário e ultraliberal de Jair Bolsonaro, motivada pela incompetência generalizada, o negacionismo científico, o loteamento de áreas fundamentais do Estado e a militarização da administração diante da maior emergência sanitária global em gerações.

A pandemia de coronavírus expõe milhões de seres humanos em todo o mundo a um desafio inaudito. As dezenas de milhares de casos e os milhares de mortos até o momento mostram a gravidade das semanas que virão. O rápido espalhamento do vírus também demonstra um dos mais dramáticos limites do capitalismo global: a transnacionalização da produção, a circulação intensa de mercadorias, valores e pessoas também abrem espaço para a rápida difusão de infecções como esta. O contágio apresenta um desafio comum à humanidade como espécie e a coloca diante da barbárie dos lucros exorbitantes das corporações, da riqueza dos bilionários e da incapacidade dos Estados nacionais, capturados pela classe dominante, de preservar as vidas das massas populares.

A décima sexta edição de nossa *Revista Movimento* dedica-se, a princípio, ao debate a respeito do ecossocialismo como estratégia e programa dos revolucionários no século XXI. A pandemia de coronavírus e as respostas à disseminação da Covid-19 tornam esta temática ainda mais urgente. Diante dos últimos acontecimentos, com a necessidade de maior isolamento social nas próximas semanas, esta edição terá difusão digital imediata. Queremos contribuir para a formação e os debates de nossa

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

militância, de nossas leitoras e leitores durante este período desafiador.

Neste volume, o dossiê sobre o ecossocialismo traz um artigo instigante de Michael Löwy, sociólogo, militante revolucionário há décadas e dirigente da IV Internacional, com treze teses sobre o ecossocialismo. Na sequência, publicamos uma entrevista realizada por nossa revista com Löwy durante o ato de comemoração dos 20 anos do Movimento Esquerda Socialista no final de 2019. Luiz Fernando de Souza Santos, professor da Universidade Federal do Amazonas, reflete sobre a lógica marxista e a questão amazônica sob o governo Bolsonaro. Marcela Durante, do Setorial Ecossocialista do PSOL, por sua vez, escreve artigo sobre a crise socioambiental, a alternativa ecossocialista e a luta do PSOL. Finalizando o dossiê, temos a alegria de compartilhar duas grandes entrevistas: com Antônia Cariongo, liderança quilombola do Maranhão, e com nosso camarada José Rainha Júnior, o Zé Rainha, liderança da luta pela terra e dirigente da Frente Nacional de Lutas.

A seção internacional traz um artigo de William I. Robinson, professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (EUA), analisando a situação latino-americana diante do aprofundamento da crise econômica, da emergência de projetos de direita e da intensificação das lutas populares na região. Na sequência, na seção de depoimentos, Pedro Fuentes, da direção nacional do MES, escreve um marcante artigo sobre a história de Luis Pujals, seu irmão mais velho, militante trotskista argentino e o primeiro desaparecido político da história daquele país.

Buscando oferecer algumas primeiras análises a respeito da pandemia de coronavírus, o segundo dossiê deste volume traz um artigo de Mike Davis, professor no Departamento de *Creative Writing* na Universidade da Califórnia em Riverside (EUA), a respeito dos efeitos sociais do coronavírus. Na sequência, Daniel Ta-

nuro, dirigente da seção belga da IV Internacional, apresenta oito teses sobre os desdobramentos da pandemia. Bruno Magalhães, da direção nacional do MES, por sua vez, analisa o espraiamento do vírus e apresenta os elementos de uma resposta política pelos socialistas.

O dossiê também publica um denso artigo de elaboração de nossas companheiras Evelin Minowa, Joyce Martins, Luana Alves, Natália Peccin Gonçalves, Natalia Pennachioni e Vanessa Couto, trabalhadoras da saúde e militantes do MES, relacionando a crise capitalista, a pandemia de coronavírus e a necessidade de defesa da saúde pública brasileira, por meio do Sistema Único de Saúde, para responder aos desafios sanitários e sociais da nova situação. A seguir, está reproduzida a declaração do Secretariado Nacional do MES sobre a disseminação do Covid-19 e a luta em defesa da saúde pública. Fechando este volume e ainda tratando das análises a respeito da disseminação do coronavírus, na seção de documentos, publicamos a declaração do Bureau da IV Internacional.

Espero que a décima sexta edição de nossa revista contribua para a melhor compreensão dos desafios e para o período de luta que temos à frente.

Boa leitura!



# **Dossiê Ecosocialismo**

## **XIII Teses sobre a catástrofe iminente (ecológica) e as formas (revolucionárias) de evitá-la<sup>1</sup>**

Michael Löwy<sup>2</sup>

23 de janeiro de 2020

I. A crise ecológica já é, e será ainda mais nos próximos meses e anos, a questão social e política mais importante do século XXI. O futuro do planeta e, portanto, da humanidade, será decidido nas próximas décadas. Os cálculos de alguns cientistas sobre cenários para o ano 2100 não são muito úteis, por duas razões: a) científica: considerando todos os efeitos retroativos que são impossíveis de calcular, é muito arriscado fazer projeções de um século; b) política: no final do século todos nós, os nossos filhos e netos, teremos partido, então qual é o objetivo?

II. A crise ecológica tem vários aspectos, com consequências perigosas, mas a questão climática é sem dúvida a ameaça mais dramática. Como o IPCC nos explica, se a temperatura média subir mais de 1,5° acima do período pré-industrial, é provável que um processo irreversível de mudança climática seja posto em marcha. Quais seriam as consequências? Apenas alguns exemplos: a multiplicação de mega-incêndios como o da Austrália; o desaparecimento de rios e a desertificação de terra; o derretimento e desintegração da calota polar e a elevação do nível do mar em até dezenas de metros: mas, com menos de dois metros, vastas regiões de Bangladesh, Índia e Tailândia, bem como das principais cidades da civilização humana - Hong Kong, Calcutá, Veneza, Amsterdam, Xangai, Londres, Nova Iorque, Rio de Janeiro - desaparecerão debaixo do mar. Quanto a temperatura

---

1 Tradução de José Correa Leite, a quem agradecemos pelo compartilhamento do material.

2 Dirigente da IV Internacional, sociólogo e diretor de pesquisa emérito no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS).

subirá? A partir de que temperatura a vida humana neste planeta estará ameaçada? Ninguém tem uma resposta para estas perguntas...

III. São riscos de catástrofe sem precedentes na história da humanidade. Teríamos que voltar ao Plioceno, há alguns milhões de anos, para encontrar uma condição climática semelhante à que poderá ocorrer no futuro como resultado da mudança climática. A maioria dos geólogos acredita que entramos numa nova era geológica, o Antropoceno, na qual as condições do planeta foram alteradas pela ação humana. Que ação? A mudança climática começou com a Revolução Industrial do século XVIII, mas foi depois de 1945 que ela deu um salto qualitativo. Em outras palavras, a civilização industrial capitalista moderna é a responsável pela acumulação de CO<sub>2</sub> na atmosfera e, portanto, pelo aquecimento global.

IV. A responsabilidade do sistema capitalista pelo desastre iminente é amplamente reconhecida. O Papa Francisco, na *Encíclica Laudato Si*, sem pronunciar a palavra “capitalismo”, denunciou um sistema estruturalmente perverso de relações comerciais e de propriedade, baseado exclusivamente no “princípio da maximização do lucro”, como responsável tanto pela injustiça social como pela destruição da nossa Casa Comum, a Natureza. Uma palavra-de-ordem levantada universalmente em manifestações ecológicas por todo o mundo é: “Mude o Sistema, não o Clima!”. A atitude dos principais representantes deste sistema, defensores dos negócios de sempre – bilionários, banqueiros, “especialistas”, oligarcas, políticos – pode ser resumida pela frase atribuída a Luís XIV: “Depois de mim, o dilúvio”.

V. A natureza sistêmica do problema é cruelmente ilustrada pelo comportamento dos governos, todos eles (com raríssimas exceções) a serviço da acumulação de capital, das multinacionais, da oligarquia fóssil, da mercantilização geral e do livre comércio. Alguns – Donald Trump, Jair Bolsonaro, Scott Morrison (Aus-

trália) – são abertamente ecocidas e negacionistas do clima. Os outros, os “razoáveis”, dão o tom nas reuniões anuais da COP (Conferências das Partes ou Circos Periodicamente Organizados?) que se caracterizam por uma vaga retórica “verde” e inércia total. A mais bem-sucedida foi a COP 21 em Paris, que resultou em promessas solenes de redução de emissões por todos os governos participantes – não cumpridas, exceto por algumas ilhas do Pacífico; se tivessem sido cumpridas, calculam os cientistas, a temperatura poderia mesmo assim subir até 3,3° a mais?

VI. O “capitalismo verde”, “mercados de crédito de emissões”, “mecanismos de compensação” e outras manipulações da chamada “economia de mercado sustentável” provaram ser completamente ineficazes. Enquanto a “ecologização” está sendo feita a cada curva, as emissões estão disparando e a catástrofe está se aproximando rapidamente. Não há solução para a crise ecológica no quadro do capitalismo, um sistema inteiramente dedicado ao produtivismo, ao consumismo, à luta feroz pelas “quotas de mercado”, à acumulação de capital e à maximização do lucro. Sua lógica intrinsecamente perversa conduz inevitavelmente à ruptura dos equilíbrios ecológicos e à destruição dos ecossistemas.

VII. As únicas alternativas eficazes, capazes de evitar o desastre, são alternativas radicais. “Radical” significa atacar as raízes do mal. Se a raiz é o sistema capitalista, precisamos de alternativas antissistêmicas, ou seja, anticapitalistas – como o ecossocialismo, um socialismo ecológico que esteja à altura dos desafios do século XXI. Outras alternativas radicais, como o ecofeminismo, a ecologia social (Murray Bookchin), a ecologia política de André Gorz ou o decrescimento anticapitalista têm muito em comum com o ecossocialismo: nos últimos anos desenvolveram-se relações de influência recíprocas.

VIII. O que é o socialismo? Para muitos marxistas é a transformação das relações de produção – através da apropriação coletiva dos meios de produção – para permitir o livre desenvolvimento

das forças produtivas. O ecosocialismo se reivindica de Marx, mas rompe explicitamente com este modelo produtivista. É claro que a apropriação coletiva é indispensável, mas as próprias forças produtivas também devem ser radicalmente transformadas: a) mudando suas fontes de energia (renováveis ao invés de combustíveis fósseis); b) reduzindo o consumo global de energia; c) reduzindo (“decrescimento”) a produção de bens e eliminando atividades desnecessárias (publicidade) e pragas (pesticidas, armas de guerra); d) pondo um fim à obsolescência programada. O ecosocialismo também implica a transformação dos padrões de consumo, das formas de transporte, do planejamento urbano, do modo de vida. Em suma, é muito mais do que uma mudança nas formas de propriedade: é uma mudança civilizacional, baseada em valores de solidariedade, igualdade-liberdade (egaliberté) e respeito pela natureza. A civilização ecosocialista rompe com o produtivismo e o consumismo para favorecer a redução do tempo de trabalho e, portanto, a extensão do tempo livre dedicado a atividades sociais, políticas, lúdicas, artísticas, eróticas, etc., etc. Marx chamou este objetivo de o “Reino da Liberdade”.

IX. A transição para o ecosocialismo requer um planejamento democrático, orientado por dois critérios: a satisfação das necessidades reais e o respeito ao equilíbrio ecológico do planeta. São as próprias pessoas – uma vez livres da propaganda e da obsessão consumista fabricadas pelo mercado capitalista – que decidirão, democraticamente, quais são as verdadeiras necessidades. O ecosocialismo é uma aposta na racionalidade democrática das classes populares.

X. Reformas parciais não bastam para realizar o projeto ecosocialista. Seria necessária uma verdadeira revolução social. Como deve ser definida esta revolução? Pode-se referir a uma nota de Walter Benjamin, à margem das suas teses *Sobre o Conceito de História* (1940): “Marx disse que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Talvez as coisas sejam diferentes.

Pode ser que as revoluções sejam o ato pelo qual a humanidade que viaja em um trem puxa os freios de emergência”. Traduzido em termos do século XXI: todos nós somos passageiros de um trem suicida, que é chamado de Civilização Industrial Capitalista Moderna. Este trem se aproxima, a uma velocidade crescente, de um abismo catastrófico: as mudanças climáticas. A ação revolucionária visa pará-lo – antes que seja tarde demais.

XI. O ecossocialismo é tanto um projeto para o futuro como uma estratégia para a luta aqui e agora. Não se trata de esperar até que “as condições estejam maduras”: é necessário estimular a convergência entre as lutas sociais e ecológicas e combater as iniciativas mais destrutivas dos poderes a serviço do capital. Isto é o que Naomi Klein chamou de *Blockadia*. É dentro de mobilizações deste tipo que a consciência anticapitalista e o interesse pelo ecossocialismo podem emergir nas lutas. Propostas como o *New Deal Verde* fazem parte dessa luta, em suas formas radicais, que exigem o abandono efetivo dos combustíveis fósseis – mas não naquelas que se limitam a reciclar o “capitalismo verde”.

XII. Qual é o tema desta luta? O dogmatismo operário/industrialista do século passado não é mais atual. As forças que hoje estão na linha de frente do confronto são os jovens, as mulheres, os povos indígenas, os camponeses. As mulheres estão muito presentes na tremenda revolta da juventude lançada pelo chamado de Greta Thunberg – uma das grandes fontes de esperança para o futuro. Como explicam as ecofeministas, esta participação maciça das mulheres nas mobilizações é o resultado delas serem as primeiras vítimas dos danos ecológicos do sistema. Os sindicatos também estão começando a se envolver, aqui e ali. Isto é importante porque, em última análise, o sistema não pode ser derrotado sem a participação ativa dos trabalhadores urbanos e rurais, que constituem a maioria da população. A primeira condição é, em cada movimento, combinar objetivos ecológicos (fechamento de minas de carvão ou poços de petróleo, ou centrais

termoelétricas etc.) com a garantia de emprego para os trabalhadores envolvidos.

XIII. Temos chance de ganhar esta batalha antes que seja tarde demais? Ao contrário dos pretensos “colapssólogos”, que proclamam em alto e bom som que a catástrofe é inevitável e que qualquer resistência é inútil, nós acreditamos que o futuro permanece aberto. Não há garantia de que este futuro seja ecossocialista: é objeto de uma aposta no sentido de Pascal, na qual se engaja todas as forças em “trabalhar para a incerteza”. Mas, como disse Bertolt Brecht, com grande e simples sabedoria: “Aquele que luta pode perder. Aquele que não luta já perdeu”.

## ***A questão ecológica muda a nossa compreensão do que é o socialismo –*** **Entrevista com Michael Löwy**

Pedro Micussi e Thiago Aguiar<sup>1</sup>

No dia 15 de novembro de 2019, em São Paulo, o Movimento Esquerda Socialista celebrou seus 20 anos de história de luta, reunindo mais de 1300 militantes e amigos de nossa corrente na quadra do Sindicato dos Bancários, em São Paulo. Entre os diversos camaradas de organizações internacionais que saudaram o evento, estava Michael Löwy, dirigente da IV Internacional, sociólogo e militante revolucionário brasileiro há décadas radicado na França.

Em sua intervenção no encontro, Löwy valorizou a incorporação do MES à IV Internacional e destacou a gravidade da crise ecológica em todo o mundo, além da importância do ecossocialismo como perspectiva estratégica dos revolucionários. Relembrando a batalha da Praça da Sé, em 1934, Löwy resgatou as lições da Frente Única Antifascista e da história de luta da classe trabalhadora brasileira.

A *Revista Movimento* encontrou-se com Michael Löwy ao fim do evento, num típico boteco do centro paulistano, a metros de onde há mais de oito décadas aconteceu a “revoada das galinhas verdes”. Em nossa pauta, a trajetória de luta de Löwy e suas avaliações sobre a situação internacional e o governo Bolsonaro. Em particular, falamos sobre a perspectiva ecossocialista e os desafios do PSOL e da IV Internacional. Acompanhem a seguir.

***Movimento – Michael, muito obrigado por conversar conosco. Estamos aqui no centro de São Paulo, neste evento que celebra 20 anos do Movimento Esquerda Socialista.***

---

<sup>1</sup> Membros da equipe editorial da *Revista Movimento*.



**Como você vê a cidade hoje, comparando-a com aquela em que você se formou nos anos 1950 e 1960?**

Michael Löwy – Olha, é completamente diferente, mas continua sendo a mesma coisa: os pobres continuam sendo pobres, a classe dominante continua dominando e o capitalismo continua estragando a vida das pessoas. Por outro lado, mudou, claro, São Paulo virou um monstro, uma cidade de proporções desumanas. Não é só a cidade que mudou, mas a nossa compreensão dos problemas.

**M – Vamos falar sobre essas diferenças...**

ML – A principal coisa que mudou em relação ao que a gente pensava sobre o marxismo, o comunismo, o capitalismo e a luta de classes nos anos 1960 e 1970 é a questão ecológica. Como bem diz a Naomi Klein, muda tudo, sobretudo a questão da mudança climática. Muda a nossa compreensão do capitalismo – que continua não só explorador, responsável por monstruosas injustiças sociais e desigualdades – como um sistema destruidor da natureza, do meio ambiente e, portanto, em última análise, da própria vida humana. Então, as razões para lutar contra o capitalismo se multiplicaram: é ainda mais decisiva a necessidade de buscar uma alternativa e, mais do que nunca, a única alternativa é anticapitalista. A questão ecológica reforça nosso compromisso de lutar contra o capitalismo e o coloca de forma diferente: por isso falamos em ecossocialismo, já que a questão ecológica muda também a nossa compreensão do que é o socialismo, que é obviamente uma mudança na forma da propriedade, sem a qual não podemos avançar, mas é muito mais do que isto: é uma mudança no aparelho produtivo, nas fontes de energia, no padrão de consumo, no modo de transporte. Enfim, é toda a civilização capitalista industrial moderna que é questionada. A

nossa concepção de socialismo enriqueceu-se e se radicalizou: ela exige uma leitura muito mais radical do padrão civilizatório burguês, colocando a questão da relação com o meio ambiente, com a natureza, com a mãe Terra no centro da reflexão, no centro do que nós entendemos como revolução e no centro do entendemos como alternativa socialista. Então, essa é a grande mudança que ocorreu desde os anos da minha juventude até o que nós pensamos nos dias de hoje. Quando falo em nós, falo da IV Internacional, mas não só, já que a noção do ecossocialismo já tem um impacto mais geral.

**M – De algum modo, então, nós começamos nossa conversa pelo fim, já que estamos hoje debatendo o reencontro entre o MES e a IV Internacional, além das novas discussões estratégicas e programáticas para os revolucionários. Antes de avançarmos, gostaríamos que você falasse de sua trajetória de militância. Temos debatido o combate ao governo Bolsonaro e a seu autoritarismo. Você foi parte de uma geração marcada pela experiência do golpe militar de 1964. Neste ano, por exemplo, completaram-se 50 anos da execução de Carlos Marighella, o que tem rememorado a resistência à ditadura. Como você viveu este período?**

**ML –** Eu estava na Europa desde o começo dos anos 1960, desde 1961. Eu não vivi o golpe nem a resistência, mas acompanhei tudo isso de longe. Eu fui para estudar, fazer minha tese de doutorado com o Lucien Goldman. Depois, veio o golpe e eu acabei não voltando. Fiquei na Europa, vários países. Finalmente, fiquei na França, onde eu moro desde 1969. Não voltei ao Brasil depois do golpe. Fiquei um tempo apátrida porque a ditadura me confiscou o passaporte brasileiro. Eu participei, naturalmente, das campanhas de solidariedade à resistência contra a ditadura. Eu me lembro de ir conversar com o Jean-Paul Sartre

em 1970 para ele ajudar a fazer um abaixo-assinado denunciando a tortura no Brasil. Enfim, eu vivi tudo isso de longe. Só voltei ao Brasil nos anos 1980 depois da anistia. Em 1979, foi a minha primeira visita ao Brasil, já participando do processo de fundação do PT, enfim, já nas fileiras da IV Internacional.

Você mencionou o Marighella e eu gostaria de falar uma palavra sobre ele. Na época, eu tinha uma grande admiração pelo Marighella, não só por ele, mas por todos que assumiram esse compromisso da resistência contra a ditadura. Já na IV Internacional, eu tentei fazer contato com pessoas que estavam representando a ALN na França. Bom, sempre tive esta admiração. Sempre que estou no Brasil, todos os anos, com a minha companheira, nós vamos à Alameda Casa Branca onde está aquela pedra em homenagem ao Marighella. Claro, a gente pode discutir nossas diferenças com sua estratégia e suas táticas, se estavam certas ou erradas. Todas as críticas são legítimas, mas não se pode negar a estatura moral dessas figuras como Marighella, como Toledo, como Lamarca, que se ergueram contra a ditadura, pegaram em armas contra a ditadura, então acho que se deve reconhecer essa grandeza moral, que é também política, naturalmente, mais além de todas as críticas que podem ser feitas. Eu sempre insisto nesse ponto.

### **M – Quando se deu sua adesão à IV Internacional?**

ML – Foi em 1969. Eu fui um dos fundadores da Polop no Brasil. Quando houve o racha da Polop, os meus amigos mais próximos se empenharam num pequeno grupo chamado Partido Operário Comunista. Esse pessoal decidiu aderir à IV Internacional e eu estava de acordo com eles, de que aquela era uma opção justa. Então, alguns de nós fomos ao IX Congresso da IV Internacional, em 1969, e a partir daí nos integramos na IV Internacional. Como eu estava vivendo na França, eu me integrei na

seção francesa da IV Internacional. Bom, este foi o meu percurso pessoal. Curiosamente, através do Brasil que eu me integrei na IV Internacional embora eu estivesse vivendo na França. Deixe eu contar uma brincadeira: quando eu era aluno na USP, um dos meus professores, que era reacionário, me deu uma nota muito baixa para um exame de Teoria Política, uma coisa que me interessava muito, e me disse o seguinte: senhor Michael, talvez algum dia o senhor se transforme num líder revolucionário, numa espécie de Lênin brasileiro, mas carreira acadêmica não é para você [risos]. Infelizmente, essa profecia não se realizou e não fiz mais do que uma carreira modesta como intelectual marxista e nunca me transformei no grande líder revolucionário do Brasil [risos].

**M – A este respeito, talvez fosse interessante perguntarmos como você conciliou ambas as atividades, o que não parece ser sempre muito fácil, já que elas demandam características diferentes do indivíduo.**

ML – Sem dúvida. Bem, na verdade eu comecei meu interesse pelas teorias sociais como um militante socialista, marxista, luxemburguista na verdade, nos anos 1950. Eu só fui estudar Ciências Sociais porque eu achava, um pouco por ilusão, que era alguma coisa que tinha relação com o socialismo. Então, para mim, sempre o interesse pela teoria veio pelo compromisso político. Sempre, para mim, os dois foram inseparáveis. É o que está no Marx, nas *Teses sobre Feuerbach*: a filosofia da práxis. Não se pode separar a filosofia da prática, os dois são interligados. E a minha experiência, em todos esses anos, é que a teoria só tem valor quando ela é dialeticamente vinculada à prática é a própria prática não pode ocorrer se não é iluminada pela teoria. Então, longe de os dois se contradizerem ou se oporem, os dois se reforçam mutuamente. Quer dizer, a teoria só tem realmente força

transformadora se ela está vinculada a uma prática e a prática só tem uma capacidade revolucionária se ela está relacionada com uma teoria. As duas coisas são para mim não só dialeticamente inseparáveis, ligadas, mas elas se reforçam mutuamente. Esta é a minha experiência. Bom, claro, em alguns momentos você privilegia mais uma frente ou outra. Você tem que buscar um equilíbrio na maneira como você organiza a sua vida pessoal, mas, digamos, o princípio é este: como dizia Lênin, sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária e – eu diria – vice-versa: sem prática revolucionária, não há teoria revolucionária. A moral da história é esta.

**M – Você nos falava do seu retorno ao Brasil em 1979, quase 20 anos após deixar o país, num momento de efervescência política, com a criação do PT. Você esteve vinculado a este processo, então com a Democracia Socialista, e acompanhou o desenvolvimento futuro do PT. Que balanço você faz desta experiência?**

ML – Bem, desde o início eu aderi ao projeto do PT – não sozinho, mas com meus companheiros brasileiros numa organização revolucionária marxista, a Democracia Socialista, que entrou no PT. Eu, naturalmente, acompanhei o processo com muito entusiasmo e, para mim – que quase em toda a minha vida, sobretudo no Brasil, mas mesmo na França, sempre fiz parte de pequenas organizações um pouco marginais –, o fato de participar de uma organização com centenas de milhares de aderentes, com implantação na classe operária e nas fábricas era uma coisa formidável, uma experiência realmente muito entusiasmante. Então, a gente se jogou nisso inteiramente, esperando que este partido seria, senão um partido revolucionário, um partido de luta de classes – o que ele foi no começo. Podemos discutir até quando, mas acho que ele foi um partido de luta de classes e mesmo, eu

diria, um partido anticapitalista porque, no congresso de 1990, foi aprovado um documento, que eu acho muito interessante, chamado *O socialismo petista*, que é um documento que diz claramente: “Nós somos anticapitalistas e o capitalismo é contrário à democracia. Então, nosso socialismo é anticapitalista e por isto nós nos dissociamos da social-democracia”. É um documento muito interessante, com alguns aspectos que nós podemos criticar, mas que foi muito interessante. Eu acho que nós, que saímos do PT já há muito tempo, devemos reclamar este documento e esta herança anticapitalista do PT, que foi pouco a pouco se diluindo, na medida em que o partido foi assumindo posições no aparelho do Estado burguês, mas eu acho que pelo menos até o começo dos anos 2000, até o momento da virada, com a eleição do Lula – e mesmo antes, com a famosa “Carta aos brasileiros”... Bom, aí é o momento da virada em que o PT, de forma explícita, assume o compromisso com o Estado burguês. A partir daí, começa um itinerário de compromisso com as classes dominantes, que vai se afirmar bastante rapidamente e que nós da IV Internacional acompanhamos sempre com maiores preocupações até que em 2003, se não me engano, nós mandamos uma carta da IV Internacional aos nossos companheiros da Democracia Socialista, dizendo: bom, chegou o momento de vocês saírem desse governo porque ele não corresponde à nossa concepção da luta socialista. Infelizmente, a maioria dos nossos companheiros não aceitou isto e, a partir daí, nossos caminhos se separaram. Desde então, nós apoiamos e participamos dessa nova aventura que é o PSOL, com a esperança de que ele vai ser a vanguarda da luta contra o capitalismo no Brasil.

**M – Fale-nos, então, sobre sua avaliação a respeito dos desafios da construção do PSOL.**

ML – Eu acho que tem uma expressão, não sei de quem, de

que a democracia não é boa, mas os outros regimes são piores [risos], tampouco o PSOL está longe de ser o ideal, que nós gostaríamos, em termos de partido de classe e revolucionário, mas é de longe a formação política mais interessante de que nós dispomos no Brasil atualmente, portanto nós precisamos apostar em construir o PSOL, ajudá-lo a tomar uma orientação de classe, anticapitalista, a criar raízes nos movimentos sociais, na classe trabalhadora e a desenvolver um programa radical, um programa ecossocialista, o que eu acho muito importante. Então, todos esses desafios estão colocados, mas a aposta nossa é que através do PSOL a gente possa avançar nessa agenda. Agora, é claro que o PSOL tem muitos limites e questões internas, falta de inserção social, mas houve grandes avanços. A representação parlamentar do PSOL ampliou-se não só em números, mas ela ganhou uma qualidade nova com essa geração de jovens mulheres, muitas delas negras. Acho isto formidável e é um elemento de grande esperança. Então, acho que há muitos aspectos positivos e o trabalho que vocês vêm fazendo com a juventude e com o Emancipa é uma dessas experiências muito encorajadoras que estão se dando no interior do PSOL.

**M – A despeito das diferenças entre Bolsonaro e os governos brasileiros anteriores, talvez pudéssemos apontar, como aspecto comum, a aposta no extrativismo e no agronegócio como modelo de desenvolvimento para o Brasil. Como seria possível discutir as questões sensíveis ao ecossocialismo dialogando, ao mesmo tempo, com elementos concretos como a necessidade de desenvolvimento econômico do país?**

ML – Eu acho que não se trata só de extrativismo, mas de maneira mais geral do que poderíamos chamar de ideologia desenvolvimentista. A ideia de que desenvolver as forças produtivas capitalistas é o caminho para o progresso, que seria preciso pro-

duzir mais bens de importação, mais matéria-prima, automóveis etc. Há uma noção produtivista e desenvolvimentista, a partir da qual se acredita que desenvolvendo as forças produtivas do capitalismo estamos caminhando em direção ao progresso e mesmo ao socialismo. É esse esquema que precisamos romper e tentar explicar que sim, o Brasil e os países do Sul precisam de desenvolvimento, mas não desse desenvolvimento capitalista destruidor do meio ambiente e da natureza. Precisamos de outro modelo de desenvolvimento, baseado na satisfação das necessidades sociais. Precisamos produzir, em primeiro lugar, uma comida não envenenada para a maioria do povo brasileiro e não *commodities* para o mercado mundial. Essa é a ruptura fundamental a partir da qual poderemos repensar o que é a economia, para que ela serve. O objetivo não é produzir mais e mais mercadorias, mas produzir bens ultra essenciais de necessidade social para a maioria da população. Isso significa naturalmente uma ruptura com o capitalismo. Há de haver um processo de transição ao ecossocialismo com uma planificação democrática e ecológica. Esta seria, digamos, a estratégia. Agora, temos que partir de aqui e agora, não é? Então o mais importante é o que a Naomi Klein chamava de *blockadia*, bloquear os projetos mais nocivos do capital, da classe dominante e da oligarquia e, hoje em dia, do neofascismo que está no poder.

Você tem razão ao apontar a continuidade nessa ideologia extrativista e desenvolvimentista. Mas eu insistiria que, com o Bolsonaro, existe um salto qualitativo. É um projeto explicitamente destruidor do meio ambiente e da Amazônia. É uma atitude de desprezo total em relação às comunidades indígenas. Há uma disposição a entregar completamente a Amazônia ao agronegócio. Agora autorizaram a cana de açúcar, que até então estava proibida, por exemplo. Realmente, há um projeto herbicida representado pelo neofascismo do Bolsonaro. Então, eu acho que esse é o nosso inimigo agora e precisamos tentar construir uma



relação de forças para bloquear essa política criminoso em todos os seus aspectos, a começar pela Amazônia. A batalha pela Amazônia é fundamental para o Brasil. Ela é do interesse não só das comunidades indígenas, obviamente, que estão na primeira linha e precisam de nossa solidariedade, mas também de todo o povo brasileiro. Se acabar com a Amazônia, vão acabar com a chuva e o sul do Brasil vai virar um deserto. Então, é uma luta fundamental dos povos da Amazônia, do povo brasileiro e da humanidade, uma vez que ela é fundamental para o equilíbrio climático mundial. A causa da Amazônia é uma causa popular-camponesa de todo o povo brasileiro e de toda a humanidade. Enquanto marxistas e ecosocialistas, nós temos que assumir essa luta para tentar bloquear a ofensiva capitalista neofacista da Amazônia. Mas é claro que temos que assumir em todas as frentes a luta pelo ecosocialismo começando com coisas concretas como essa.

Não basta fazer a propaganda do ecosocialismo: é necessário também se inserir nas lutas como, por exemplo, pelo passe livre. Esta também é uma luta social e ecológica muito importante. Sabemos que, no dia em que o transporte público for gratuito, a quantidade de automóveis irá diminuir e isso melhorará a saúde da população das cidades e vai reduzir as emissões de gases, então esse tipo de combate também é fundamental. Outro exemplo é a luta do MST contra os pesticidas e os venenos por uma agroecologia. Foi bom que eles deram essa guinada ecológica. É preciso também apoiar essa luta do MST.

Há várias frentes com que nós devemos contribuir, ajudar o PSOL a participar e levar a essas lutas a nossa mensagem anticapitalista, explicando que a luta concreta é evidentemente fundamental, mas que, em última análise, para resolver os problemas econômicos, sociais e ecológicos do país, é necessário romper com o capitalismo. É necessário levar uma mensagem anticapitalista e ecosocialista. Mas não existe muito sentido em ficarmos apenas na propaganda abstrata: é necessário levar isso para den-

tro das lutas dos movimentos concretos que estão hoje em dia resistindo à ofensiva ecocida do capitalismo.

**M – Nós já falamos da desastrosa política ambiental de Bolsonaro, que tem sido um dos principais alvos de críticas sobre o governo para o público brasileiro e também internacional. Mas Bolsonaro não parece ser um caso isolado. Como você e a IV Internacional avaliam a ascensão de plataformas neofascistas no mundo?**

ML – Obviamente que o fenômeno neofascista é internacional. Há o Trump nos EUA, o Bolsonaro no Brasil, em vários países da Europa há manifestações semelhantes, o Modi na Índia, o Shinzo Abe no Japão, é uma lista muito grande. Então, obviamente que é um enfrentamento internacional. E, por enquanto, ainda não existe uma frente única antifascista internacional. Os enfrentamentos se dão ainda a nível nacional, regional. O Pedro Fuentes me enviou há pouco tempo um documento engraçado: era um boletim de um pessoal de extrema-direita ligado ao Trump. No documento, eles se queixam de que há uma conspiração do DSA estadunidense com o PSOL e com a IV Internacional para derrubar Trump e Bolsonaro. Um pouco exagerado, certo? Mas demonstra como é importante costurar relações entre as forças de esquerda radical, socialistas e anticapitalistas que estão lutando contra esses movimentos neofascistas. Então, a relação entre o PSOL e o DSA é muito importante e a IV Internacional, modestamente, está contribuindo para isso.

É preciso avançar passo a passo. Nós estamos agora tentando organizar no Brasil, com alguns companheiros intelectuais e militantes, algo que vai se chamar o “Encontro em Defesa da Cultura contra o Neofascismo”. Vamos trazer artistas e intelectuais de vários países para fazer um encontro a se discutir o que é o neofascismo e como combatê-lo. São pequenos passos, mo-

destos, para tentar costurar uma rede de luta contra o assenso do neofascismo.

**M – Essa vai ser uma iniciativa da IV Internacional?**

ML – Não. Nós participaremos dela, evidentemente, mas a ideia é que não seja algo restrito apenas à IV Internacional e sim uma coisa mais ampla. Houve também em 1935, em Paris, um encontro em defesa da cultura contra o fascismo, só que, nessa época, os stalinistas eram hegemônicos. Desta vez, em São Paulo, a hegemonia será dos marxistas revolucionários. O stalinismo, se participar, será de forma mais marginal. Alguma coisa mudou nesse quesito...

**M – Chama a atenção, no bolsonarismo, a articulação de diferentes movimentos conservadores, entre os quais estão certas lideranças neopentecostais brasileiras. Você já escreveu que é um equívoco entender a abordagem marxista da religião como aquela ideia de que ela seria simplesmente o ópio do povo. Como você acha que os marxistas devem tratar fenômenos religiosos como esses?**

ML – É verdade que certos movimentos religiosos, como essas igrejas neopentecostais, se parecem muito com o ópio do povo. Contudo, não podemos generalizar, seria um erro da parte dos marxistas e dos revolucionários levar uma batalha em nome do ateísmo contra a religião. Nós temos que partir da ideia de que nós respeitamos as convicções religiosas de todas as pessoas, sejam elas evangélicas, católicas ou do candomblé. O que nós denunciemos é a utilização da religião a serviço de fins políticos reacionários, do capitalismo e do neofascismo. Nós não denunciemos a religião, a fé e o evangelho. Isso nós respeitamos.

A Rosa Luxemburgo tem um artigo muito interessante – ela,

que era judia e ateia – sobre a Igreja e socialismo. Ela se pergunta: quais são os valores originários do cristianismo? A comunidade, a igualdade, a partilha... Eles eram comunistas no sentido amplo da palavra. E quem são os herdeiros dos primeiros cristãos? Somos nós, os socialistas de hoje! Quem está traindo esses valores são as igrejas aliadas à burguesia e ao capital. Acho que é esse tipo de argumento que devemos utilizar. Nós devemos buscar a aliança com aquelas correntes religiosas, de pessoas que têm fé, que estão no campo da esquerda, da luta dos oprimidos e do socialismo. Devemos buscar aliança com eles, que são um componente importante da esquerda no Brasil. A nossa luta não é em nome do materialismo ateu e da ciência contra a religião, mas sim uma luta contra o capitalismo. O Frei Beto, que é uma pessoa pela qual tenho muito apreço e respeito, quando foi preso, à época da ditadura, foi interpelado por um policial que o perguntou: como o senhor, que é um frei da igreja católica, colabora com esses comunistas ateus? Ele respondeu: para mim, a humanidade não se define entre ateus ou crentes, mas ela se define entre opressores e oprimidos. Essa lição vale para nós também.

**M – Ou seja, há todo um diálogo a se estabelecer...**

ML – Exatamente. Mais que um diálogo, uma convergência na luta contra os nossos inimigos, que são o neofascismo e o capitalismo.

**M – Hoje, no evento de comemoração dos 20 anos do MES, você falou a respeito do processo de aproximação e reagrupamento entre o MES e nossa tradição do trotskismo e a IV Internacional e sua tradição do trotskismo. Como forma de encerrar esta entrevista, gostaríamos que você falasse um pouco mais sobre como a IV Internacional tem visto esta aproximação.**

ML – Eu acho que nós temos que ver isso como um processo, que foi se dando nos últimos anos, de aproximação e de conhecimento mútuo que desembocou com esse primeiro ato, muito importante, da adesão dos companheiros do MES à IV Internacional, em um primeiro momento, com o estatuto de grupo simpatizante. Nós achamos que a IV Internacional tem vocação para reagrupar várias correntes que vêm do trotskismo, mas também que não são do trotskismo. Temos hoje, na IV Internacional, por exemplo, partidos que vieram do maoísmo. Nós não temos uma visão estreita de que a IV Internacional é só aqueles que estão conosco desde os primórdios em função do que seria uma ortodoxia. Nós achamos que ela tem essa vocação para atrair forças revolucionárias que vêm de origens políticas distintas, de outras correntes do trotskismo e de outras correntes de pensamento revolucionário que veem a IV Internacional hoje, apesar de todos os seus problemas e limites, como a única organização internacional com presença em vários países e com participação nas lutas.

Eu acho que foi isso que se deu com o MES. Como eu disse, é um processo que vai continuar com outros desdobramentos. Nós estamos vendo e acompanhando o desenvolvimento político do MES, seja em relação ao seu trabalho com a juventude ou sua evolução programática com a inclusão do ecossocialismo, por exemplo. São coisas que vão nos aproximando. Eu imagino que a tendência é de fato chegarmos a uma fusão no sentido pleno da palavra. É claro que isso passará por outras mediações: há outros grupos que reivindicam a IV Internacional no Brasil e as relações às vezes são um pouco complicadas, mas eu sou relativamente otimista. Acredito que esse processo avançará e chegaremos ao dia em que haverá uma grande seção da IV Internacional no Brasil com companheiros de várias origens e experiências.

**M – Há alguma última mensagem que você gostaria de**

**deixar aos militantes do MES e aos demais leitores da *Revista Movimento* nesse momento de comemoração dos 20 anos de nossa corrente?**

ML – É como eu dizia em minha intervenção: para nós é uma grande satisfação podermos nos associar ao vigésimo aniversário do MES e termos o MES nas fileiras da IV Internacional. Acha-mos que a colaboração política e intelectual cada vez mais orgânica entre o MES e a IV Internacional é o caminho do futuro.

## Lógica marxista e Amazônia em tempos de Bolsonaro

Luiz Fernando de Souza Santos<sup>1</sup>

Chegamos ao século XXI com o capital mergulhado numa crise de grandes proporções, ou melhor, de múltiplas determinações: é uma crise econômica, mas é também política, social, ética, ambiental. Aproximando nossas lentes da crise ambiental, encontramos poluição das cidades, da água, e de todo o ambiente natural; a crise climática; destruição das florestas tropicais, extinção acelerada de milhares de espécies e empobrecimento, assim, da biodiversidade; acidentes nucleares, desastres “naturais”, entre outros (LÖWY, 2014, p. 39). Relatórios oficiais da ONU dão conta da erosão de grande parte das condições fundamentais para a vida humana e de outras espécies na Terra (BOFF, 2015, p. 13).

Girando o olhar para a crise política e seus desdobramentos ambientais, veremos o ascenso em diversas nações de uma via reacionária marcada por figuras como Donald Trump, Marine Le Pen, Viktor Orbán, Jaroslaw Kaczynski, Andrej Babis, Heinz-Christian Strache, Jair Bolsonaro, entre outros. De um ponto de vista ecológico, governos sob a mão de nomes dessa fileira têm representado um movimento de negação da ciência, a produção de uma fake science, que nega as mudanças climáticas e promove o desmonte de acordos internacionais que visam minimizar a escalada da destruição ambiental.

É nesse contexto que a Amazônia, tomada como conjunto ecológico estratégico, ao lado de outros sistemas de importância planetária como os Andes, as regiões desérticas, polares e os mares e oceanos, ocupa um lugar de proeminência nos debates

---

<sup>1</sup> Sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

sobre a crise climático-ecológica. E como tal, representa o lugar preferencial de ataque do governo de Jair Bolsonaro à pauta ambiental.

Mas, antes de avançar o debate, o que é a Amazônia? Que representações, invenções, são ativadas quando esta é mencionada? Ela é um ambiente físico (geográfico, geomorfológico, depósito de uma história de ras geológicas) que determina os processos sociais, a economia, a organização política, a dinâmica de especiação que a torna um lugar de rica biodiversidade? Ou ela é o resultado da produção intelectual possível no âmbito dos referidos processos? (SANTOS, 2018, p. 77).

Para responder a tais questões, cumpre esclarecer o ponto de partida teórico-metodológico capaz de apreender a totalidade dos processos que envolvem a Amazônia e que, uma vez compreendidos, permitam uma reflexão sobre a região que a retire das armadilhas ideológicas que levam o pensamento a tomá-la de forma naturalizada, fetichizada, encoberta por um manto de névoa.

## 1. A Amazônia sob o crivo da lógica marxista

Uma apreensão do sentido de Amazônia, da sua efetividade, requer uma disposição intelectual que a retire dos exercícios de invenção a que foi submetida desde o alvorecer do modo de produção capitalista, com a marcada dinâmica da acumulação originária de capital, que nada teve de idílica. Isso é fundamental para a realização de um contraponto quando Bolsonaro e seu *staff* de burocratas civis e militares autoritários dizem “Amazônia” e colocam em andamento um conjunto de formação discursiva destrutiva, que cria as condições para queimadas criminosas, exploração ilegal de garimpo em terras indígenas, morte de lideranças do movimento indígena, dos trabalhadores do campo e demais grupos sociais ditos tradicionais, militarização mais intensa da



região, desmonte dos serviços de educação e saúde ofertados aos grupos sociais locais. Ao dizer “Amazônia” o autoritarismo sob o comando de Bolsonaro engendra uma máquina de destruição e morte socioambiental.

Trotsky (2011) e Novack (2006), nos fornecem as chaves teóricas para uma contraposição crítica a partir do delineamento da lógica marxista, forma intelectual que suprasumiu a lógica formal e a lógica hegeliana. A lógica formal, conforme esses autores, está historicamente no curso que resultará na emergência da dialética. Não pretendo aqui, para dar conta do referencial teórico que supere a disposição de destrutibilidade do bolsonarismo, explorar as nunces do debate que Trotsky e Novack fizeram, mas ressaltar um aspecto do argumento de ambos relativo ao princípio da identidade posto nas leis básicas da lógica formal.

Tomam os autores, em sua reconstrução histórica crítica, o ponto de partida do silogismo aristotélico que afirma que  $A$  é igual a  $A$ . Esse experimento algébrico tem por conteúdo essencial a ideia de que algo será sempre igual a si mesmo (NOVACK, 2006, p. 25). É uma lei de identidade, de “absoluta identidade consigo mesma”, que será o mesmo de momento a momento. Isso significa que  $A$  nunca será um não- $A$ .

Esse silogismo aristotélico está na base da doxa, do senso comum, que forma o pensamento do Presidente Jair Bolsonaro quando se refere à Amazônia. A região, no discurso de seu governo é um  $A$  sempre igual a  $A$ . Uma identidade forjada nas formas mais conservadoras e reacionárias do pensamento político brasileiro para a região.

Quando Bolsonaro afirma publicamente “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”, está ativando chaves históricas, que remontam aos primórdios da aventura capitalista no vale amazônico. No escopo do choque da cultura do europeu colonizador com a Amazônia, o indígena será pintado como primitivo e bárbaro. Acuña, em 1641, já colocara os nativos da região

no esquema classificatório de uma "zoologia fantástica", na qual são assinalados como verdadeiras monstruosidades antropomórficas. Mais tarde, com o uso ideológico que os portugueses fazem do cristianismo para atrair os indígenas em sua conquista mercantilista, haverá debates sobre a natureza humana dos mesmos, que, passam assim, de uma classificação numa zoologia fantástica para compor o direito canônico como seres decaídos, afastados da Comunhão dos Santos, da luz divina, e pactuados com o diabo (SANTOS, 2018, p. 78).

No período recente da Ditadura Militar (1964-1985), quando a Amazônia passou a compor o cálculo da integração nacional – e era preciso, dizia o lema, "integrar para não entregar" – o elemento indígena é pensado dentro de uma chave administrativa que o classificava como um agente de subversão. José de Souza Martins (1991) nos dá conta desse momento: uma vez que o aparelho repressivo do Estado pressupunha uma comunhão identitária dos diferentes estratos econômicos, grupos étnicos, religiosos, culturais, etc., com os interesses das classes hegemônicas, a diferença é pensada e administrada como subversão a ser contida. A língua, as relações sociais, a organização do trabalho, a relação com a terra, do indígena na Amazônia fere os princípios contratuais das instituições burguesas, centrados na individualização. Desse modo, o indígena é a expressão do "fato subversivo da diferença" (p. 130). A terra na Amazônia não pensada em termos de renda é tornada cativa através do solapamento das tradições dos povos tribais, que deverão passar a se relacionar com a mesma por uma via jurídica que estabelece a "terra-mercadoria". Esse fenômeno é concomitante e desdobramento das garantias que o Estado oferece de emancipação do elemento indígena, que é reduzido à igualdade jurídica e a uma cidadania que o lançam em relações sociais desiguais que, ao fim e ao cabo, através da "igualdade jurídica da compra e da venda propicia a desigualdade econômica do explorador e do explorado" (p. 131). A emancipação das sociedades

indígenas proposta no Estatuto do Índio era, efetivamente uma emancipação da terra dessas que a possuíam. Oferecer resistência a abandonar as tradicionais relações com a terra em nome das formas jurídicas modernas, era então uma disposição que resultava, pelo aparelho repressor do Estado, seus funcionários, ministros, entre outros, numa atitude que identificava o índio como subversivo. Rejeitar a igualdade jurídica que o Estado oferecia em nome das formas coletivas de existência tornava os seus agentes um risco para a integração da nação.

Ao dizer “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”, Bolsonaro retoma, então, velhas chaves discursivas sobre os povos que vivem na Amazônia e que serviram ao longo dos séculos para o saque, a espoliação, de suas riquezas. O “não-humano” de Bolsonaro em relação ao elemento indígena é o mesmo que se dizia deste quando o apontavam como uma monstruosidade antropológica ou agente de subversão. É a Amazônia como um eterno A é igual a A.

Como A é igual a A, a Amazônia em Bolsonaro é o estoque de matérias-primas à disposição do capital, é o lugar de acumulação primitiva, onde, em favor do capital industrial e financeiro as bases de uma racionalidade jurídica, científica, política, são solapadas. Estamos diante de uma Amazônia-mercadoria.

Voltemos a Trotsky e Novack para percebermos os erros dessa doxa que bebe de forma reducionista nos limites do silogismo aristotélico. O pensamento dialético mostra que o princípio da identidade posto em A é igual a A é, por um lado, verdadeiro, e por outro, falso. Se sustenta como verdade somente enquanto as coisas presentes na formulação da lei são tomadas como eternas, imutáveis, fixas. A considerar a existência efetiva, material, histórica, processual, das coisas, o princípio da identidade é falso, fonte de erro, pois não é capaz de perceber o devir. “O pensamento vulgar trabalha com conceitos tais como capitalismo, moral, liberdade, Estado operário etc., considerando-os como abstrações

fixas, presumindo que capitalismo é igual a capitalismo, moral é igual a moral, etc. O pensamento dialético analisa todas as coisas e fenômenos em suas mudanças contínuas e determina, nas condições materiais daquelas modificações, esse limite crítico em que ‘A deixa de ser A’” (TROTSKY, 2011, p. 84).

## **2. As muitas Amazônias**

O pensamento tosco, vulgar, do governo Bolsonaro, trabalha com chaves discursivas naturalizadas, fixas. Amazônia, indígena, terra demarcada, ecologia, ambientalismo, direitos, aparecem como noções abstratas consideradas como eternamente as mesmas. A partir de tais chaves, o governo põe em andamento uma máquina administrativa, militar, burocrática que é a materialização das formas mais reacionárias de intervenção na Amazônia. Nesse ambiente Amazônia é igual a Amazônia, Indígena é igual a indígena, e assim por diante. Como contraponto, é necessário um pensamento que vá além das formas tipicamente burguesas de pensar, ou suas formas degeneradas em reacionarismo, em razão assaltada, em que as coisas jazem sem história e sem compreensão de suas articulações na totalidade do movimento do real. Tal contraponto reside na lógica marxista. E beber nesta fonte significa trazer à tona uma compreensão materialista dos nexos históricos de invenção da Amazônia no movimento de reprodução do capital.

Um primeiro conjunto teórico que nos oferece um aporte crítico que podemos mobilizar contra o pensamento tosco e vulgar do governo Bolsonaro é aquele de matiz ecossocialista. Nesse veio teórico observo que a Amazônia tem sido reinventada como conjunto de sistemas ecológicos fundamentais para o equilíbrio ambiental planetário, e seus habitantes reconhecidos como risco ambiental ou como grupos que na visada do “bom selvagem” têm um papel importante na manutenção da floresta em pé. Mesmo

em autores que reconhecidamente contribuíram para o desenvolvimento do marxismo na segunda metade do século XX, como Michael Löwy (2014), a aproximação com os dilemas dos povos localizados na Amazônia ocorre por uma angulação que se dá a partir dos riscos de erosão ecológica e da constituição, por parte destes, de formas de resistência assinaladas como “lutas socioecológicas”. Contra o “ecocídio”, o ecossocialismo percebe uma Amazônia a produzir indígenas e comunidades extrativistas não-indígenas, os chamdos “povos da floresta”, que formulam uma pauta ambiental que assoma à cena do “altermundialismo” contra o capitalismo e a favor da floresta “pulmão do Planeta”. Em princípio, temos acordo com parte dos diagnósticos da angulação ecossocialista para a região, porém, seu descarte de um balanço da história da aventura capitalista desde a colonização em favor de uma acentuação das lutas ambientalistas contemporâneas, sua disposição em propor tarjetas que fazem desaparecer a diversidade pluriétnica, linguística, de cosmovisão que se desdobra em cosmopolítica, parece reafirmar antigas e construir novas imagens, invenções e mitos que embalam os discursos do Ocidente quando se referem à Amazônia. Mais ainda: não faz a crítica das invenções produzidas pelo capital.

A Amazônia é um espaço simbólico, mas é, também, uma temporalidade carregada de simbolismo. Um lugar em que tempo e espaço se realizam de modo particular e em íntima conexão com o movimento mais geral da história e de produção de uma espacialidade global. Por isso, ao enfrentar a questão *o que é a Amazônia?* parto de uma posição teórica e metodológica que entende que sua resolução (nunca definitiva, mas sempre provisória) estaria incompleta sem o diálogo com as contribuições precedentes oriundas de um escopo do pensamento sociológico brasileiro marcado pelas influências do marxismo. Desse modo, tomo como referência para um estudo relativo à Amazônia, o desafio posto por José de Souza Martins (1991) de que a análise

da mesma não pode ser realizada como se tratássemos de uma sociedade à parte da dinâmica da vida social brasileira, ou como se fosse expressão de um “substrato de um mundo distinto, de uma sociedade diferente” (p. 61). Até porque, assinala provocador o autor, “sociologicamente falando, a Amazônia não existe”, mas sim a reprodução ampliada do capital que na subordinação dessa região à sua lógica, se vê confrontada com condições culturais, de relação com natureza, de organização social, diversas e particulares que colocam desafios para a pesquisa desafiando-a a ir além dos instrumentos de uma ciência pasteurizada, eticamente neutra e indiferente. A fronteira econômica na Amazônia é um múltiplo de coisas diversas.

A Amazônia como fronteira é o lugar onde ainda se reproduz uma concepção dual dos homens a partir dos referenciais do ocidente: cristãos e caboclos/índios, homens e pagãos, humanos e não-humanos, formas classificatórias que remontam aos primeiros momentos do encontro do europeu com o Novo Mundo (MARTINS, 2012, p. 25). Mas é também a fronteira o lugar em que se realizam outras representações, que expressam a resistência das sociedades indígenas à expropriação: “é necessário reconhecer que o ‘lado de lá’, o das populações indígenas, também *define* a convivência e o estranho que a protagoniza, que é o ‘civilizado’” (Idem). E assim, as sociedades indígenas produzem resistências e representações múltiplas conforme a lógica diversa dos diferentes grupos étnicos.

Um outro autor do pensamento sociológico brasileiro, que penso, contribui para uma reflexão sobre a Amazônia como tempo e espaço no âmbito do capital é Francisco de Oliveira, na obra *Elegia para uma re(li)gião* (2008). Um primeiro aspecto a ressaltar de sua contribuição, é a recusa de um enfoque dos “desequilíbrios regionais” para analisar o planejamento regional que parte de uma base de análise estática que centra sua reflexão nos resultados diversos dos desenvolvimentos inter-regionais, mas não

analisa os fatores que produzem tais diferenças. A alternativa de análise proposta pelo autor é a abordagem da hegemonia da produção capitalista e suas determinações para o desenvolvimento da divisão regional do trabalho e de suas metamorfoses (p. 141-142). Mas, longe de uma angulação uniformizadora, Francisco de Oliveira opta por um conceito de região “que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (p. 145). Por ser o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, a tendência à homogeneização da sua reprodução deve ser compreendida ao lado da existência de regiões numa dada base nacional que, em razão dos processos diferenciados de realização da produção, são determinadas de forma diferente e têm suas diferenças potencializadas em função dos objetivos da acumulação ampliada de capital.

Diante desse breve sobrevoo teórico, o que ressalta é uma disposição teórico-prática que compreenda que “Amazônia é igual a Amazônia” é um formalismo que não serve para a proposição de uma alternativa ecosocialista para a região. É fonte de erros que embala a política destrutiva, irracional, do governo Bolsonaro, que oferece a Amazônia ao mercado mundial para a exploração de suas riquezas do subsolo, à intensificação da indústria agropecuária, da exploração pela empresa madeireira, pavimentação de estradas; tudo isso ignorando a presença dos povos indígenas, pequenos produtores, coletores, pescadores tradicionais, imigrantes nacionais e de outros países da América Latina; ignorando ainda a diversidade de espécies da flora e fauna, as articulações com os outros sistemas ecológicos que formam a nação e o mundo e determinam o equilíbrio ecológico planetário, as mudanças climática, e os desastres “naturais” que impactam em diversos pontos da Terra, criando uma multidão de refugiados

ecológicos que somam-se aos refugiados das guerras e crises político-econômicas.

Urge uma disposição fundada na lógica marxista, no pensamento dialético, que tome a materialidade do mundo natural amazônico e a vida social que nela se reproduz, como totalidade síntese de múltiplas determinações e em processo de devir. A Amazônia, nessa chave teórica pode melhor ser localizada em sua multiplicidade de subsistemas ecológicos, diversidade de formações geomorfológicas, que remontam a milhares de anos de evolução geológica; também, compreendida na sua riqueza faunística e florística, que a situam como o principal estoque de diversidade de plantas, peixes, mamíferos, insetos, pássaros, anfíbios e milhões de espécies de microorganismos (FREITAS, 2003, p. 184).

No plano da análise da vida sócio-cultural, o pensamento dialético traz à tona um ambiente marcado por uma pluralidade étnica e de famílias linguísticas. Além dos descendentes do branco colonizador, vamos encontrar Tukano, Yanomami, Baré, Tikuna, Sateré-Mawé, Munduruku, Baniwa, Kuripako, Werekena, Paumari, Hupda, Tariana, Dessana, Karapanã, Maku, Hupda, Deni, Amawaká, Kambeba, Korubo, Kaiapó, Jaruna, Nambikwara, Makuxi, Waiwai, Waimiri-Atroari, etc. Também há a presença de quilombolas, caboclos ribeirinhos, pequenos agricultores e extrativistas que descendem das ondas migratórias pretéritas que avançaram a fronteira agrícola, segundo a dinâmica imposta pelo grande capital, em direção à Amazônia.

A articulação dessa totalidade de múltiplas determinações, sequer inventariada exaustivamente aqui, é tarefa fundamental de uma visada ecossocialista. Ignorar essa sociodiversidade e os desafios que ela impõe para uma lógica produtiva não crematística, é reafirmar a aventura capitalista destrutiva que vai desde a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis até o governo Bolsonaro. E ecossocialismo que dê conta dessa tarefa,



pressupõe um estofo intelectual que conecte socialismo e as bases de desenvolvimento numa economia ecológica que articule a reprodução da existência social com o equilíbrio da dinâmica do mundo natural. A lógica marxista é a chave intelectual fundamental dessa articulação. Sem ela, o discurso ecológico é tão somente um conjunto de preceitos nos limites da ordem capitalista vigente.

### Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

FREITAS, Marcílio de. “Nuanças da Sustentabilidade: visões Fantásticas da Amazônia”. In: FREITAS, Marcílio de (org.). **A Ilusão da Sustentabilidade**. Manaus: Edições Governo do estado do Amazonas; Editôra da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

LÖWY, Michael. **O Que é Ecosocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. Lutas ecosociais dos indígenas na América Latina. *Crítica Marxista* nº 38. São Paulo: Unesp, 2014, p. 61-69.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 1991.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2012.

NOVACK, George. **Introdução à Lógica Marxista**. São Paulo: Sundermann, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **Entre o Mágico e o Cruel: A Amazônia no pensamento marxista brasileiro**. 2018. 331 p. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

TROSTKY, Leon. **Em Defesa do Marxismo**. São Paulo: Sundermann, 2011.

## **Crise socioambiental, emergência climática no século XXI e o ecosocialismo como alternativa**

Marcela Durante<sup>1</sup>

Desmatamento em larga escala, emergência climática, enchentes, chuvas torrenciais, perspectiva de uma nova crise hídrica, desmoronamentos, agravamento de processos migratórios, aumento do nível dos oceanos, etnocídio, pandemia do coronavírus, altas taxas de desemprego, derramamento de óleo pela costa nordestina e parte do Sudeste, liberação massiva de agrotóxicos, desmonte do SUS, rompimento de barragens, surtos de dengue e sarampo, urbanização excludente, cortes no orçamento para pesquisas, extinção em massa de polinizadores e outras espécies não humanas, especulação imobiliária, imensas filas do INSS, água contaminada, aumento da pobreza e da fome, alta no preço dos alimentos, saneamento básico precário, comida envenenada, concessões de órgãos públicos à iniciativa privada e o surgimento de novos tipos de doenças que assola a população. Esses e outros fatos que, aparentemente, estão pouco correlacionados à primeira vista, permeiam inevitavelmente o nosso dia a dia e demonstram como aspectos sociais e ambientais estão intrinsecamente correlacionados, apontando caminhos, nos marcos capitalistas, sem perspectiva alguma de melhoria de qualidade de vida para a sociedade brasileira e o mundo. Então, pensamos: é possível haver alternativa?

A Amazônia e o meio ambiente tornaram-se um dos principais calcanhares de Aquiles do governo de Jair Bolsonaro, motivo que o fez ser duramente criticado em seu primeiro ano enquanto presidente, bem como seus profundos ataques à educação e ciên-

---

<sup>1</sup> Bióloga, feminista, ecosocialista, educadora popular e coordenadora da Rede Emancipa, fazendo parte atualmente da coordenação estadual (SP) e nacional da Setorial Ecosocialista do PSOL.

cia. Nacional e internacionalmente, a questão socioambiental no capitalismo contemporâneo mostra-se cada vez mais como um grande impasse da humanidade. Em 2019, um ano marcado pelo *Dia do Fogo* e desmandos no setor ambiental, o governo federal acabou se desentendendo com a França, perdendo as doações feitas pela Alemanha e Noruega para o Fundo Amazônia e sofrendo uma série de desgastes no Congresso e entre a população.

Devido ao grau elevado de degradação ambiental imposto pelo desenvolvimento acelerado e catastrófico das forças produtivas no sistema vigente, esta é uma questão que se coloca cada vez mais em debate, seja pela nossa juventude, que herdará um planeta social e ambientalmente desestabilizado, seja pelas populações negras, indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, que historicamente são mais atacadas e vulneráveis. Amplos são os debates desencadeados com participação de diferentes setores da sociedade, com interesses e posições distintas, divergentes e/ou convergentes acerca de como será possível sustentar e sobreviver em curto e longo prazo no nosso planeta em equilíbrio com o que chamamos de *natureza* frente à escala de produção e consumo atuais e aos sinais evidentes de esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis existentes. Vale ressaltar que o termo “recursos naturais”, frequentemente utilizado, também é problemático, visto que compreende a natureza como coisa a ser explorada. Embora as discussões sobre emergência climática e a crise socioambiental devam ser urgentemente ampliadas, ainda há históricas barreiras sociais e políticas para que os temas possam se alastrar com a devida relevância nas periferias, onde as consequências são sentidas diariamente e de maneira acentuada, sobretudo pelas mulheres que possuem dupla ou tripla jornada de trabalho.

A (re)produção do espaço urbano, de maneira geral, não está caminhando no sentido da justiça ambiental e da reversão das desigualdades sócio territoriais. Isso porque muitas práticas so-

ciais em nossas cidades continuam baseadas em modelos de consumo excessivo, desrespeito às funções socioambientais da propriedade e injusta distribuição dos ônus e benefícios do processo urbanizador como um todo. Um aspecto que parece central é refletir sobre possíveis alternativas para conciliar as necessidades materiais das sociedades urbanas e camponeses, como o acesso à moradia, serviços e infraestruturas, com compromissos de enfrentamento das desigualdades territoriais, mudança do modelo de desenvolvimento, promoção e defesa de direitos humanos e democracia radical.

É bastante comum que as pessoas vejam a crise climática em um futuro distante, comparada à atual pandemia do coronavírus, um dos assuntos mais polêmicos e comentados na conjuntura mundial. Na realidade, as pandemias e a crise climática também andam de mãos dadas: um exemplo disso é que algumas pesquisas sugerem que a mudança dos padrões climáticos pode levar algumas espécies a buscar maiores altitudes, colocando-as potencialmente em contato com doenças contra as quais têm pouca imunidade. Em 2018, mais de 60 milhões de pessoas sofreram as consequências de temperaturas extremas e mudanças climáticas, incluindo as mais de 1600 que vieram a óbito na Europa, Japão e EUA por causa de ondas de calor e incêndios florestais. Moçambique, Malawi e Zimbábue foram devastados pelo ciclone Idai, enquanto os furacões Florence e Michael causaram perdas de 24 bilhões de dólares à economia dos EUA, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial.

Como resposta a esse grave quadro mundial, vêm surgindo em vários países novos processos de organização política e mobilização de massas em defesa do clima, a partir de um forte protagonismo da juventude, muito inspirado na jovem e corajosa ativista sueca, Greta Thunberg. Greta foi capaz de percorrer o mundo levando a sua indignação e as pautas das Greves Globais pelo Clima, apresentando denúncia formal às autoridades da Or-

ganização das Nações Unidas (ONU) que exige, dentre outras providências, que os países criem medidas para proteger toda a sociedade dos efeitos da crise climática.

Quanto ao Brasil, somos o país com o maior número de ecossistemas naturais conservados do mundo, conhecido internacionalmente pela sua rica diversidade biológica e cultural. Em contraponto, temos no atual governo do Estado um presidente que libera centenas de agrotóxicos, nega o desmatamento na Amazônia e o aquecimento global, declarando que as Organizações Não Governamentais (ONGs) seriam as principais responsáveis pelas queimadas nas regiões norte e centro-oeste no ano passado. Por seu caráter autoritário e anticiência, chegou a exonerar o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o renomado cientista Ricardo Galvão. Indicado pela revista *Nature* como um dos dez cientistas mais influentes do mundo no ano de 2019, Galvão foi exonerado em julho após reagir a críticas de Bolsonaro a dados do instituto, que indicavam alta no desmatamento na Amazônia nesse ano.

Vale reforçar que o desmonte das políticas ambientais não é de hoje. Desde o governo Dilma Rousseff (PT), quando o debate sobre a reformulação do Código Florestal (Lei 12.651/2012) e o processo de revisão do aparato legal brasileiro, a área ambiental voltou a ganhar destaque. A legislação ambiental brasileira, historicamente considerada positiva pela comunidade internacional, passou a correr graves riscos. No governo Lula (PT), também houve grandes ataques ao meio ambiente. Um exemplo disso é trágica construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as taxas exorbitantes de desmatamento, especialmente em 2004, no início de seu mandato. Não à toa, o célebre líder e cacique kayapó Raoni Metuktire afirma coerentemente que a luta travada hoje pelos povos indígenas contra Bolsonaro é a mesma que fizeram contra Lula e Dilma.

Após a transição de governos provocada pelo impeachment

de Dilma, o projeto da gestão do então presidente Michel Temer reforçou esse processo de flexibilização da legislação com um amplo pacote de ações, que respondia às demandas especialmente da bancada ruralista, apoiadora do processo de impeachment. Com o governo eleito em outubro de 2018, a flexibilização da legislação socioambiental brasileira ganhou contornos de pauta prioritária do governo, sendo uma das estratégias principais na disputa pelos caminhos para o desenvolvimento do país. No caso do governo vigente, a questão socioambiental é mais um grande obstáculo ao desenvolvimento.

Um dos exemplos disso é que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) têm sofrido diversos ataques em diferentes níveis. Muitas são as denúncias de intimidação de servidores, os mesmos que estão em posições vulneráveis para realizar seu trabalho de fiscalização em um cenário onde os crimes ambientais são facilitados e negligenciados. Segundo dados do IBAMA, o número de multas aplicadas pelo Instituto, em 2019, é cerca de um terço inferior ao do mesmo período em 2018. Além disso, mecanismos de participação social, como os colegiados da administração pública federal, foram extinguidos por decreto presidencial.

O projeto que está por trás dessa postura irresponsável do governo Bolsonaro de desmonte das políticas ambientais consiste na entrega da nossa natureza aos interesses do agronegócio e do mercado financeiro. As bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia encontraram no atual governo caminho aberto para impor o seu projeto de Nação. As queimadas são na verdade uma demonstração de força e disposição da bancada ruralista em avançar com seus interesses, queimadas essas que estão intimamente relacionadas ao aumento da violência no campo, aos ataques às comunidades tradicionais e povos originários. Ao mesmo tempo em que ampliam seu domínio sobre os veículos de comunicação de

massas por meio de *fakenews*, criando uma verdadeira batalha de versões que usam para disputar as narrativas do que realmente está acontecendo, seguem alienando e retirando os direitos de grande parcela da população que sustenta os lucros exorbitantes dos bancos e dos bilionários.

Nesse sentido, é fundamental fazermos apontamentos críticos da apropriação do capital da crise ambiental contemporânea, oriunda dos processos históricos de intervenção humana pós Revolução Industrial de exploração predatória da natureza, mediante sua apropriação enquanto objeto. Um exemplo dessa apropriação seria o famoso “greenwash” que, traduzindo o termo do inglês, nada mais é do que *lavagem verde* ou *pintar de verde*. Trata-se de uma prática baseada em uma política ecocapitalista que pode ser bastante comum em empresas e indústrias públicas ou privadas, ONGs, governos ou políticos, consistindo na estratégia de promover discursos, propagandas e campanhas publicitárias sobre como ser ambientalmente/ecologicamente correto, *green*, sustentável, verde e *eco-friendly*. *Mais uma falácia deste sistema* que configura a emergência por transformações radicais nas esferas produtivas e das relações sociais, questionando as falsas alternativas ecocapitalistas e apontando o ecosocialismo como horizonte possível. Por isso, é urgente desacelerar o caminho suicida cavado pelo sistema por meio de um amplo e radical debate para a mobilização da população quanto à gravidade da emergência climática que vivenciamos nesta Era do Antropoceno, marcada pelo capitalismo fóssil.

O prêmio Nobel de Química de 1995, o holandês Paul Crutzen, avaliando o grau do impacto ambientalmente destruidor das atividades humanas afirmou que o mundo entrou em uma nova era geológica: a do Antropoceno. Segundo o sociólogo ecosocialista Michael Löwy, nessa era a “ruína comum” – o fim da civilização humana – é uma possibilidade real e precisamos estar preparados para mitigar ao máximo os malefícios socioambien-



tais que estão por vir nas próximas décadas para a civilização. Não se pode mais retornar ao Holoceno, termo geológico para definir o período que se estende de 12 ou 10 mil anos – quando terminaram os efeitos da última glaciação. O Antropoceno já se iniciou e isso não pode ser revertido. A mudança climática em curso perdurará por milhares de anos. Apesar pelo termo Antropoceno ser amplamente utilizado nos dias de hoje, ele não incorpora as dinâmicas socioeconômicas que norteiam esse processo como um todo. Podemos dizer que os seres humanos não são igualmente responsáveis e determinantes, partindo do pressuposto que uma minoria exígua detentora de grandes poderes e fortunas é determinante para a destruição catastrófica do nosso planeta por meio da exploração exorbitante da natureza, dos trabalhadores e trabalhadoras, decidindo por escolhas equivocadas as matrizes energéticas tão poluidoras que são empregadas prioritariamente na maioria dos países.

Então, por onde é a saída? É fundamental resistirmos na luta coletiva e consciente para desacelerar o desastre iminente, obtendo vitórias parciais contra a destruição produtivista e em favor de um futuro ecosocialista. É urgente desacelerar o caminho suicida cavado pelo sistema por meio de um amplo movimento que associe todos aqueles dispostos a se unir no combate contra as mudanças climáticas, a desigualdade social violenta e matrizes energéticas fósseis – na esperança de poder construir no presente uma alternativa possível para substituir o capitalismo por uma sociedade solidária, justa, saudável e radicalmente democrática, convivendo e respeitando permanentemente o meio ambiente. Michael Löwy aponta em um de seus textos que devemos ser capazes de construir uma ponte sobre a brecha entre a indignação espontânea de milhões de pessoas mundo afora e o início de uma transformação ecosocialista. Entretanto, ressaltamos que a revolução ecosocialista não é de forma alguma inevitável. Precisamos expandir o debate para toda a população para pensarmos

a atuarmos de maneira coletiva e organizada, unindo forças com movimentos sociais, mobilizando amplos setores da sociedade para mudar o sistema e não o clima.

Como consequências das movimentações políticas de 2011, ocorreu o I Encontro Nacional Fundacional da Setorial Ecosocialista Paulo Piramba do PSOL, que propunha uma atuação transversal, uma vez que a luta ambiental deve interagir com os diversos movimentos que compõem a batalha pela emancipação social, incluindo as organizações que levantam as bandeiras da reforma agrária e da reforma urbana, a luta sindical e da juventude, bem como dos movimentos contrários ao racismo ambiental e pela equidade racial e de gênero. No mesmo ano em São Paulo, criou-se o Núcleo Ecosocialista do PSOL, reunindo militantes interessados nessa luta. Mas foi em julho de 2015, durante a avassaladora crise hídrica, que foi realizado o I Encontro Estadual dos Ecosocialistas de São Paulo (SP), onde houve o manifesto de lançamento da Setorial Ecosocialista do PSOL SP.

Em julho de 2019, foi realizado o *IV Encontro Nacional Ecosocialista do PSOL* na cidade do Gama, no Distrito Federal (DF). Organizado a muitas mãos, trata-se do maior encontro ecosocialista nacional da história do partido, com a participação de militantes de mais de 20 estados brasileiros e de todas as regiões do país. Com participação de companheiras e companheiros indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, de diferentes regiões do Brasil, foi uma oportunidade ímpar de vivenciar a potência da pluralidade do debater acerca dos retrocessos do governo de Jair Bolsonaro e as duras lutas travadas em outros estados do país. Ao fim do primeiro dia de encontro, fizemos a atividade *Café Mundial*, que consistiu de cinco mesas rotativas em torno de cinco temas: Água, Terra, Clima, Energia e Biodiversidade. Discutimos como a Terceirização, Teto dos Gastos, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e o conluio com o agronegócio fazem parte do avanço neoliberal sobre o Brasil, que tem como

objetivo explorar mais e remunerar menos as trabalhadoras e trabalhadores, tanto no campo quanto nas cidades. Houve discussões qualificadas de como o governo neocolonial de Bolsonaro vem destruindo órgãos de fiscalização ambiental do nosso Estado, a exemplo do IBAMA, do ICMBio e do INPE para dar continuidade, de forma mais acelerada e violenta, ao desmatamento, à grilagem, morte dos nossos povos, expulsando-os dos seus próprios territórios. Além disso, está privatizando os nossos Parques e Reservas Ambientais. Dessa forma, é urgente pensar em possibilidades de resistência coletiva e de alternativas a este sistema político-econômico ecocida que insiste na necropolítica como uma saída a esta profunda crise do capital que vivenciamos no Brasil, mas também no Chile, Bolívia, Venezuela, incluindo muitos países “*desenvolvidos*”.

Em São Paulo, não é diferente. A Setorial Ecosocialista do PSOL SP também vem se organizando de maneira orgânica, expandindo o debate para outras cidades do Estado de maneira plural, pensando possíveis caminhos e perspectivas. Reunindo mensalmente dezenas de filiados e não filiados em encontros abertos, são formuladas e desenvolvidas coletivamente atividades para expandir e abarcar as discussões, práticas e experiências de outros municípios e regiões do estado a respeito da pauta ambiental sob a perspectiva ecosocialista. Ouvindo relatos das lutas locais travadas por companheiras e companheiros do interior, litoral e região metropolitana de SP, percebemos como a política neoliberal e nefasta de João Dória (PSDB) é espelhada na mesma política de Bolsonaro a nível federal. Já no primeiro mês de seu governo, Dória foi capaz de fundir as secretarias de Meio Ambiente e Infraestrutura, reafirmando uma visão da natureza como instrumento do produtivismo capitalista. Recentemente, o atual prefeito Bruno Covas (PSDB) sancionou a lei que permite que moradores da capital contratem empresas para podas ou corte de árvores em suas casas ou nas calçadas dos imóveis

onde moram. Até então, o serviço podia ser executado apenas pela subprefeitura da região. A arborização e áreas permeáveis são políticas públicas cruciais que devem ser estimuladas para o bem estar e qualidade de vida da população, bem como para evitarmos enchentes catastróficas como as presenciadas neste ano. As emissões de poluentes continuam a todo vapor e a legislação municipal é negligente na contenção da Emergência Climática. Na prática, vemos que a palavra de ordem *Ecossocialismo ou Extinção!* é cada vez mais pertinente no sentido de que a cada evento climático extremo, nossas vidas, nossos campos, cidades, florestas, a qualidade de vida e bem-estar encontram-se fortemente ameaçados.

A realidade é que a luta ambiental na cidade de São Paulo é histórica devido aos nossos antepassados, os povos originários. Segundo Hugo Blanco, líder indígena peruano: “Os indígenas já praticam o Ecossocialismo há séculos”. A defesa da natureza e da vida contra o avanço destruidor do “progresso” capitalista tem nesses primeiros habitantes essa herança de luta.

Os povos indígenas também foram um dos protagonistas na Greve Global pelo Clima de 20 de setembro de 2019, sendo um ato histórico para a luta socioambiental na capital paulista. Em 26 de outubro de 2019, a Setorial Ecossocialista do PSOL SP realizou o seu III Encontro Estadual no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, com uma mesa de abertura sobre “Ecossocialismo ou Extinção?” com Andrew Toshio (Defensor Público que atua em defesa de áreas quilombolas), Chirley Pankará (indígena e codeputada pela Bancada Ativista), Patrícia Alves (MST) e Michael Löwy, contando com aproximadamente 200 participantes, de várias cidades do Estado. Parlamentares do PSOL como Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna e Ivan Valente também estiveram presentes. Já no período da tarde, discutimos também sob a forma de *Café Mundial* 6 grandes temas como Água, Terra, Energia, Clima, Veganismo e Biodiversidade, sendo que em ou-

tro momento houve debate sobre o funcionamento da setorial, dividido em 4 Grupos de Trabalho: Campanhas, Comunicação, Formação e Organizativo. Com um mapeamento físico da atuação dos ecosocialistas nas várias cidades do Estado, pudemos identificar com mais precisão e atenção os demais problemas e lutas ambientais existentes nos diversos locais, traçando algumas formas de organização, que devem ser constante repensadas e reformuladas conforme o decorrer da conjuntura, para conseguirmos dar conta dos grandes desafios que são cotidianamente postos. Com uma Coordenação de aproximadamente 5 pessoas até o primeiro semestre de 2019, foi ao final deste Encontro que foi indicada a nova Coordenação Estadual, composta por 18 companheiras e companheiros, sendo 12 mulheres e 6 homens; 12 representantes de 8 tendências internas ao PSOL e 6 independentes, vindos de 7 cidades diferentes.

O que merece especial atenção dentro da Setorial é o crescente papel de protagonismo que as mulheres vêm tomando, tanto na formulação quanto na prática política, sendo fundamentais na mediação de conflitos e soluções propositivas que foram e são cruciais para que este espaço, independente das inerentes divergências políticas, crescesse de maneira orgânica, combativa, democrática, com base em consensos e acordos, contando com maior representatividade e assertividade. Em fevereiro, as mulheres da Setorial organizaram uma atividade mista e aberta em que *Ecosocialistas debatem Feminismos*, estabelecendo relações (ou não) das vertentes do feminismo com o marxismo e a luta ecosocialista, além de se prepararem para o 8M.

Em 2019, temos o dado espantoso dos bancos Bradesco, Itaú Unibanco, Santander e Banco do Brasil, que acumularam um lucro de 59,7 bilhões, sendo o maior desde 2006. Por outro lado, há poucos dias, a divulgação do crescimento do PIB pelo IBGE, de pífios 1,1%, mostra a estagnação da renda nacional e a dificuldade da política de ajuste oferecer qualquer saída para o país.

Enquanto isso, mais uma inspiradora luta dos indígenas Guarani Mbya, que se levantam há séculos para defender uma das últimas áreas verdes da cidade de São Paulo, contra a construtora Tenda no bairro do Jaraguá representa um exemplo concreto da grande contradição entre capital e natureza. Sob a especulação imobiliária, um grande terreno de área verde no Jaraguá, próximo às aldeias dos Guarani, está sendo desmatado para a construção de um empreendimento. Além do espaço ser uma área remanescente de Mata Atlântica, ao lado do Parque Estadual do Jaraguá, é também uma terra considerado sagrada para as populações indígenas. Ocupando o terreno semanas a fio contra a iminente reintegração de posse, membras/os da Setorial estavam/estão presentes em apoio aos povos indígenas, lado a lado na luta contra a reintegração de posse do terreno e o lucro das construtoras por meio da especulação imobiliária às custas da retirada de direitos dos povos originários que ali resistem.

Ativa nas ruas, a Setorial de SP também participou dos atos contra o aumento da tarifa, na luta pelo passe livre, atividades do *Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*, campanha de bioglitter durante o Carnaval de rua, Banquinhas Democráticas como no 8 de Março, sendo determinante na articulação com frentes amplas e movimentos sociais como a *Coalizão pelo Clima*, *Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes*, *MST*, *Fórum Popular da Natureza*, dentre outros, sempre com a necessidade de maior expansão e organização.

Não é exagero afirmar que, ao longo da história, a questão ecológica foi tratada pela esquerda de forma menor, mas não temos mais tempo hábil para errar no debate programático, negligenciando a atual crise ecológica. O Ecosocialismo é a nossa estratégia política para superar o cenário caótico em que vivemos e é dever dos revolucionários construí-lo. Assim, é preciso que o partido, como um todo, se forme e se aproprie adequadamente deste conceito, usando o termo em suas notas e comunicações

nas redes sociais como reafirmação do seu compromisso com a pauta construída por tantos militantes. Por fim, cabe a nós, ecossocialistas, construir junto a toda população, nacional e internacional, uma saída possível que seja ecológica e radicalmente democrática. Se lutarmos, poderemos perder; se não lutarmos, certamente perderemos.

## ***A luta quilombola e a luta pela natureza são uma só porque sobrevivemos da natureza*** – Entrevista com Antônia Cariongo

Bruno Magalhães<sup>1</sup>

A *Revista Movimento* entrevistou Antônia Cariongo. Nascida no Quilombo de Cariongo, Antônia é uma liderança quilombola de Santa Rita, Maranhão, dirigente do PSOL e membro do Setorial Ecosocialista Nacional do partido.

Consideramos fundamental que nossa militância, as e os leitores de nossa revista apropriem-se do exemplo desta luta fundamental em nosso país e aprendam com as lições da resistência das comunidades quilombolas por suas terras ancestrais, seu modo de vida e por sua defesa do meio ambiente. Acompanhem a seguir.

***Movimento*** – Em primeiro lugar, é um prazer poder realizar esta entrevista com uma companheira tão combativa. Para começar, fale um pouco sobre a sua trajetória de vida suas iniciativas de luta.

Antônia Cariongo – Eu nasci e vivi toda minha vida em uma comunidade quilombola e comecei a minha militância mais ativamente há uns 15 anos, quando eu percebi que minha comunidade necessitava de informação porque estávamos tendo nossos direitos violados. Então comecei a participar de reuniões, fui presidente da nossa associação por dois mandatos e depois me afastei da presidência para que minhas primas assumissem. Elas estão na direção ainda e, por aqui, no geral, são as mulheres que comandam; as mulheres que estão à frente. Sou filha de lavra-

---

<sup>1</sup> Dirigente nacional do MES.



dor, meu pai e minha mãe viviam de roça. Hoje sou mãe de três filhas, estou desempregada e faz anos que estou na luta, na resistência. A gente resiste diariamente às violações de direitos, às ameaças de morte que sofremos por brigar por nossos direitos, por tentar ajudar nossos companheiros.

Eu também sou membra fundadora e coordenadora de um movimento chamado Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Quilombolas. Esse comitê é formado por cinco territórios quilombolas que tem, mais ou menos, dezesseis comunidades dentro de seus territórios. O comitê tem três representantes para cada comunidade quilombola e foi formado há três anos, quando começamos uma discussão sobre a duplicação da BR 135 aqui no Maranhão. Essa duplicação nos impacta diretamente, então a gente decidiu fundar um movimento e uniu os cinco territórios quilombolas, que formaram o Comitê e brigaram na Justiça para termos o direito a uma consulta prévia, porque queriam começar a obra e passar por cima, sem consultar nenhuma família, sem prever os impactos.

Nós conseguimos que a Justiça caçasse a licença e agora estamos construindo um protocolo de consulta prévia. Durante essa trajetória de construção desse protocolo (já tem um ano que estamos trabalhando nisso), precisamos realizar muitas oficinas, envolver as comunidades no debate do mapa dos territórios, e temos tido apoio para isso. Como o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), que nos dá assessoria jurídica, o Projeto Cartografia Social, que são um grupo de professores da UEMA<sup>2</sup> que também nos apoiam na construção do protocolo. Então, desde 15 anos atrás – quando iniciei minha militância –, já passei por muita coisa, muita dificuldade.

O Comitê não atua somente na questão do território quilombola, o comitê atua também faz trabalho social dentro das comunidades, muitas reuniões. Fazemos parcerias com aliados,

---

2 Universidade Estadual do Maranhão.

levamos para dentro das comunidades para conscientizar sobre nossos direitos. Ajudamos também as pessoas a formalizar as suas associações, se organizarem, tentamos resolver os conflitos, pois são muitos conflitos envolvendo fazendeiros. É uma série de coisas, é até difícil relatar, são muitas brigas e às vezes a Justiça do município não faz nada porque já se corrompeu com o fazendeiro.

Aí temos que ir pra capital, São Luís, e é difícil porque não temos recursos para organizar as pessoas que são humildes, trabalhadores de roça que plantam o que comem e não tem dinheiro, não se aposentam, sofrem todo tipo de violência que você imaginar. Mas, com todas as dificuldades que a gente enfrenta, é um trabalho muito gratificante porque conseguimos superar todas as dificuldades que temos. Quando a gente consegue um resultado, por menor que seja, é muito valioso pra gente.

Eu faço parte também de outros dois comitês criados para debater com a Vale a questão do minério de ferro, a contaminação e os impactos ambientais que ela causa. Nossos igarapés estão todos contaminados com minério de ferro e não temos mais peixe para comer. Nessas brigas, eu acabei me expondo muito, sofri várias ameaças de morte e passei por inúmeras situações. Mas hoje eu estou aqui, Antônia Cariongo, 40 anos de idade, três filhas, filha de lavradores. Morei toda a minha vida no quilombo em que nasci, não tenho formação acadêmica, mas faço parte das lutas, represento meu quilombo. Também sou do PSOL, presidente do Diretório Municipal do PSOL na minha cidade, Santa Rita, sou da Executiva Estadual do PSOL no estado do Maranhão, do Setorial Ecosocialista do PSOL e do Setorial de Mulheres do PSOL Maranhão.

**M – Então, conte-nos pouco mais sobre a trajetória do movimento quilombola no Brasil e no Maranhão.**

AC – A gente costuma dizer que o movimento quilombola nasce no momento em que o primeiro africano é pego na África e trazido para o Brasil. Porque nesse momento em que ele chega nesse país, tudo que ele faz é tentando conquistar a liberdade. E, durante todo esse processo, ele é morto, morre escravizado, mas em algumas situações ele consegue se constituir livre em um território, e nesse território os africanos e descendentes se desenvolveram e constituíram os quilombos. Cada corpo nosso é um quilombo, mas para que ele se desenvolva ele precisa de um território, então o movimento existe de forma perene desde sempre, durante todo o processo da história do Brasil existe o movimento quilombola.

Mas o movimento quilombola se organiza com esse nome desde a Constituição de 1988, na qual inclusive o Maranhão teve uma participação muito forte e significativa na luta pelo reconhecimento dos quilombos do Brasil. Até porque os quilombos não eram reconhecidos, foram reconhecidos só na Constituição de 1988. O movimento quilombola no Brasil começa a existir quando os primeiros negros são capturados na África para serem comercializados aqui, quando eles chegam e se deparam com um país totalmente diferente de onde eles vieram. E a busca dele é pela liberdade, pela vida, e então começa a buscar a liberdade em tudo que faz, em todos os espaços em que se insere. Eu costumo dizer para as pessoas que este país tem uma dívida tão gigantesca com os negros que nunca vai conseguir pagar.

Falando do movimento negro ainda: aqui no Maranhão, o CCN foi um dos grandes pioneiros dessa luta que levou à conquista de 1988 pelo reconhecimento dos quilombos. Na nomenclatura existem vários nomes. Por exemplo, aqui no Maranhão, além de quilombos, nós também chamamos de “terra dos pretos”, esse é o nome que a gente carrega para essa conquista que são as comunidades rurais quilombolas. Cada território tem seus quilombos, por exemplo, o Cariongo é um território grande que

tem duas comunidades quilombolas dentro dele, além de várias outras comunidades que não se identificam como comunidades negras, mas tem duas comunidades quilombolas, Cariongo e Carionguinho.

Aqui no Maranhão, a gente gosta de dizer que cada comunidade quilombola é um pedacinho da África no Brasil, e a gente fala no sentido de preservação ambiental porque ninguém consegue viver sem o meio ambiente, sem a Mãe Terra, porque nós quilombolas do interior vivemos da terra, do extrativismo. Temos também a nossa cultura, a capoeira, o tambor de crioula, o tambor de mina, a macumba, enfim, são várias manifestações culturais africanas que a gente tem aqui dentro dos quilombos. Então nós somos esse pedacinho da África no Brasil e temos uma responsabilidade com os nossos territórios, com o meio ambiente.

E, por conta dessa responsabilidade, nós fazemos o monitoramento dos nossos territórios, que tem os limites bem definidos, para ver quem está desmatando, por que esta desmatando. Se tiver desmatamento desnecessário nós denunciamos para o IBAMA, como já aconteceu várias vezes. Então, temos uma grande preocupação de manter a nossa floresta, de manter nossa terra viva e fértil, de manter nossa cultura que é linda, cheia de luz.

### **M – E como se organiza o movimento quilombola hoje?**

AC – Quando tratamos de organizações nacionais, nós temos a CONAQ<sup>3</sup> e em cada estado existe uma organização. No Maranhão, temos várias entidades e, pelo fato do Maranhão ser o estado do Brasil com o maior número de quilombos – no estado temos aproximadamente 1350 quilombos –, existem muitos municípios com uma quantidade grande de quilombos. Por exemplo, em Santa Rita existem muitas comunidades que não são

---

3 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

certificadas, mas onde o povo se identifica como negro quilombola, e aí nós temos uma grande dificuldade de certificar essas comunidades porque dependemos de um estudo de especialistas para fazer o levantamento.

Hoje, o Comitê tem muito trabalho dentro de Santa Rita, mas temos muita dificuldade porque não temos recurso, não temos como nos deslocar entre as comunidades, não temos transporte. Recentemente, o Comitê que eu coordeno conseguiu fazer três relatórios de comunidades que se identificam como negras, e aí nós enviamos para a Palmares<sup>4</sup> tomar as providências e fazer a certificação, o reconhecimento daquele quilombo.

Esses municípios com muitos quilombos se organizam criando entidades nas quais todas as comunidades negras quilombolas se filiam nessa organização. Por exemplo, no município de Alcântara, existem na faixa de 150 quilombos, em Anajatuba existem mais de 20 comunidades filiadas na entidade. Os municípios com mais comunidades tem este tipo de organização. Aqui, em Santa Rita, temos o nosso Comitê e estamos fazendo o trabalho permanente de levantar o histórico das comunidades para que elas sejam certificadas e se agreguem ao Comitê, ou seja, cada município tem sua entidade para organizar seus quilombos.

**M – Qual é a relação entre a luta quilombola e a luta ambiental? Como estas duas lutas estão relacionadas?**

AC – Nós quilombolas somos um grupo étnico que se relaciona com a natureza de uma forma diferente dos europeus. Nós nos vemos nessa relação como parte da natureza, e não como donos da natureza, não existe para nós a lógica da propriedade privada, vemos a natureza como parte de nós também. Então, sobre a questão da titulação do território, perante a lei é um

---

<sup>4</sup> Fundação Cultural Palmares, vinculada à Secretaria da Cultura.

título daquele povo, mas para nós é uma maneira de garantir aquele espaço, aquela floresta. Não é nossa propriedade, pois se víssemos como nossa propriedade não permitiríamos que outros companheiros vivessem e dividissem conosco o mesmo espaço mesmo não sendo quilombolas. Para nós, não é um processo do tipo “deu o título, é teu”, nós não vemos dessa forma.

Todos nós na comunidade vivemos de agricultura, as pessoas cultivam mandioca, arroz, feijão, todas as leguminosas, tudo que tu imaginar, então quando a gente luta pelo título da terra, pelo direito de ocupar aquele território, não é pela questão da propriedade. A gente briga para poder ter onde plantar nosso alimento e preservar o meio ambiente tão importante para a gente porque é de lá que nós tiramos nosso sustento. Nós não temos como nos sustentar se não for através da natureza, então nossa lógica é totalmente diferente daquela das pessoas que vivem nas cidades, daquilo que os europeus pensam a respeito da questão territorial.

Na visão da lei, a partir do momento que a comunidade recebe um título de propriedade, seria como se aquela comunidade tivesse se apropriado daquilo ali, mas a nossa visão é outra porque nós sobrevivemos do território. Quem é de um quilombo de beira de campo, quem é de um quilombo de beira de rio, quem é do quilombo do babaçu, são pessoas que vivem e se relacionam com aquele bioma, com aquela floresta, que tem uma relação de respeito ao meio ambiente. Não é uma relação de destruição, muito pelo contrário.

A nossa briga com a Vale do Rio Doce por conta da poluição, todos os tipos de poluição, é porque causa impacto na natureza e na nossa vida. Nós brigamos para que seja preservado, e muitas das vezes nós colocamos nossa vida em risco por entrar numa luta a favor do meio ambiente contra uma empresa dessa. Mas essa é uma luta de sobrevivência desse nosso povo, que precisa das florestas, que precisa dos igarapés, para poder se alimentar. Não queremos que isso seja destruído, que empresas entrem e

destruam as nossas terras.

Isso sem falar de outra questão, que eu sei que muitas pessoas não acreditam, mas que é a questão espiritual. Porque existe o bem material e o bem imaterial. E o que é o bem imaterial? É tudo aquilo que a gente não consegue pegar, não consegue ver. Nós temos inúmeras histórias, não acontecem hoje, mas aconteceram no passado, por exemplo, nós temos passagens as “passagens de mãe d’água” onde você não pode construir. Aqui na comunidade nós tivemos experiências incríveis sobre esta questão, tentamos construir uma casa em um local de passagem de mãe d’água e fazíamos uma parede e ela ficava torta, fazíamos de novo e ela ficava torta, até que alguém se atentou que era um local dessa passagem. Nós temos um rezador na comunidade, um benzedor, que teve que pedir permissão, acender velas e pedir permissão para que a gente conseguisse construir a casa, um projeto de casa de farinha.

São histórias que lá fora não tem valor nenhum, mas que para nós tem muito valor mesmo. Temos os bens materiais e os bens imateriais que para nós são muito significativos também, são histórias de vida. As minhas raízes estão nesse lugar, eu sou a quinta geração do meu povo, esse quilombo surgiu em 1900 com Sebastião Cariongo e Josefa, que tiveram doze filhos e de lá para cá gerações se passaram, nós temos um respeito por essa terra, nós já lutamos muito por essa terra, ou seja, nós estamos resistindo aqui há gerações. Porque o ser quilombola não é ser negro, é você ter uma descendência, é viver dentro de um quilombo e praticar a sua negritude todos os dias, é resistir contra a destruição do meio ambiente. Enfim, é uma luta diária, nós estamos aqui, vamos permanecer aqui e resistir cada vez mais.

A luta quilombola e a luta pela natureza são uma só porque sobrevivemos da natureza. E se eu sobrevivo da natureza eu tenho que lutar e proteger, tenho que enfrentar quem quer que seja. Não há como separar a luta quilombola e a luta pela preser-

vação do meio ambiente, então é uma luta só. Quando eu luto por um território, eu luto para manter esse território vivo.

### **M – Como é sua atuação no Setorial Ecosocialista do PSOL?**

AC – O Setorial, para mim, foi uma grande experiência, é algo no qual eu me insiro totalmente, que tem muito a ver com a minha luta e de todos os meus companheiros aqui do Maranhão. Nós temos grupos, discutimos e lutamos pelo meio ambiente. Quando eu falo do setorial, eu vejo vida porque a natureza preservada significa água, comida, significa vida. Então, eu vejo que a principal luta do Setorial Ecosocialista do PSOL é pela vida, manter a natureza viva para que a gente possa viver.

As principais iniciativas do Setorial hoje são para fazer as pessoas compreenderem, e às vezes as pessoas parecem não compreender, a importância da preservação do meio ambiente para manter a vida. O Setorial tem um papel brilhante, somos poucos e ao mesmo tempo somos muitos. Por exemplo, aqui no Maranhão eu trabalho com um grupo com uns dez territórios no qual nós fazemos a discussão do meio ambiente, levando o Setorial e explicando o papel do Setorial, seu funcionamento, e sempre estamos convidando as pessoas. Já estamos articulando por aqui para iniciar um movimento pelo Fórum Popular da Natureza, para que possamos reunir mais companheiros para além dos quilombos.

Nós temos um pouco de dificuldade porque para sair de casa e fazer atividades a gente gasta, mas o Setorial está fazendo muito bem o papel dele de levar informação e lutar junto com os nossos companheiros pela preservação daquilo que nós temos de mais valioso no mundo. Quando você luta pela preservação do meio ambiente você preserva vidas, você coloca alimento na boca das pessoas.



**M – Em dezembro passado você esteve representando o PSOL na Cúpula dos Povos que ocorreu em Santiago do Chile. Pode falar um pouco sobre esta experiência internacional?**

AC – A Cúpula foi uma das maiores experiências que eu já tive. Eu voltei muito impactada do Chile, foi uma experiência incrível e única. O que eu vivi no Chile me fortaleceu ainda mais para continuar minha luta por aqui porque, quando você chega a um país onde as pessoas tem dificuldade de plantar seu próprio alimento, quando você chega a um país onde 80% do que as pessoas consomem vêm de outros países, é algo triste para mim. Eu tenho falado muito que essa minha experiência em Santiago foi algo incrível e em todas as reuniões que eu vou eu falo dessa experiência.

Eu fiquei extremamente impactada pela questão da água. Nós estávamos em uma universidade<sup>5</sup> e não tinha um bebedouro para as pessoas tomarem água porque lá até a água é privatizada, então eu fiquei pensando como que pode alguém se apossar da vida – porque água é a vida que Deus deixou na natureza – e vender para outras pessoas. Isso é desumano, esse sistema é desumano. Fora isso, minha experiência na Cúpula foi maravilhosa, eu voltei com outra visão da realidade, com uma vontade de fazer muito mais, de dizer para os companheiros como foi minha experiência.

Outra coisa que me chamou muita atenção foram os protestos de que a gente participou, a luta dos chilenos por uma nova Constituição. Eu gostaria que os brasileiros fossem para a rua como os chilenos foram, aliás, como os chilenos continuam indo para a rua lutar pelos seus direitos. Aqui nós vemos um presidente que está massacrando a gente, todo mês é um decreto novo que destrói nossos direitos, principalmente do nosso povo negro,

---

5 A Cúpula dos Povos aconteceu na Universidade de Santiago do Chile

e eu acho que nós estamos muito parados. Há ações sim, dos movimentos, das entidades, das guerreiras e guerreiros do PSOL na Câmara dos Deputados sempre brigando e se esforçando para que o pior não aconteça, mas nós precisamos fazer a nossa parte. E a nossa parte é ir para a rua dizer “chega!”. Não queremos mais, definitivamente: “Ele Não”! Porque já chega de destruição, já chega de violação de direitos, já chega de agredir nossa Constituição.

***Eu me preocupei em viver, e viver meus momentos para construir um projeto diferente para o Brasil*** – Entrevista com José Rainha Júnior

Bernardo Corrêa<sup>1</sup>

A seguir, trazemos a nossos leitores uma entrevista com o histórico dirigente sem-terra José Rainha Júnior, o Zé Rainha, símbolo da luta pela terra nos anos 1990, que foi expulso do MST no início do governo Lula por não concordar com a política de conciliação de classes promovida pelo PT naquele momento. Hoje próximo ao PSOL, Zé Rainha dirige a Frente Nacional de Lutas (FNL), organizando acampamentos em ocupações em mais de 10 estados brasileiros.

Falando de sua história de vida, que se confunde com a história política do país nos últimos 40 anos, Rainha dá uma lição de combatividade e coerência após anos de lutas e perseguições. Nosso companheiro Bernardo Corrêa esteve na casa do dirigente, em uma das ocupações da FNL, e ouviu suas palavras sobre a história do MST, os desafios atuais da FNL e sua relação atual com o Movimento Esquerda Socialista e o PSOL.

***Movimento*** – Muito obrigado por nos receber! Podemos começar com uma apresentação?

Zé Rainha – Meu nome é José Rainha Junior, nasci em 1960 em São Gabriel da Palha. Sou capixaba.

***M*** – E atualmente coordenador da FNL?

---

<sup>1</sup> Dirigente nacional do MES.

ZR – Hoje também sou um dos coordenadores nacionais da Frente Nacional de Lutas – Campo e Cidade, fundada em janeiro de 2014. Atualmente, estou morando no estado de São Paulo, mas faço movimento no Brasil todo.

**M – E como tu começaste a militar, Zé?**

ZR – A militância veio em 1978. Eu tinha 17 anos, quando se dá início na Igreja Católica às Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Eu tive a felicidade de conhecer o Frei Betto porque ele ficou preso, de 1969 a 1973, na ditadura e, quando ele saiu, foi morar no Morro de Santa Maria, em Vitória, no Espírito Santo, e ele deu início lá às CEBs. Eu morava no município de Linhares, vizinho de São Gabriel da Palha. Eu fazia um trabalho de jovens e, em 1975, minha família perdeu um pedaço de terra que nós tínhamos, e de proprietários nós passamos a ser meeiros.

Eu nunca entendi aquilo. Eu tinha aprendido a ler e escrever aos 16 anos. Eu nunca fui à escola. Eu fui catequisado na igreja: como não tinha colégio perto, eles ensinavam a gente a ler e escrever, ensinavam o catecismo. Em 1976, eu vendo toda essa crise e, logo, vou encontrar o Frei Betto com 17 anos. Quando ele falou da reforma agrária, aquele negócio foi entrando na minha cabeça. A questão dos sindicatos, tudo aquilo, e ali se criaram os grupos de jovens, as Pastorais da Juventude, e eu vou fazer parte desse grupo na minha comunidade. Criamos uma Pastoral de Juventude no meio rural para lutar pela construção de um sindicato.

Dali para frente, eu comecei a enfrentar uns problemas graves. O primeiro foi em casa porque meu pai era da Arena<sup>2</sup>. Para ele, tudo o que o João Figueiredo<sup>3</sup> falava estava certo. Ele era apaixonado pelos militares que ele ouvia no rádio. Já eu vinha

---

<sup>2</sup> Aliança Renovadora Nacional, partido político de sustentação do regime militar (1964-1985).

<sup>3</sup> Último presidente do regime militar brasileiro, governou entre 1979 e 1985.

defendendo a reforma agrária, as ideias dos sindicatos, então foi uma confusão muito grande na família. Logo em seguida, em 1978, a CPT4 faz um encontro nacional em Goiânia para reunir sindicalistas e debater a questão da terra, e teve a primeira reunião de coordenadores nacionais jovens. Eu fui também, tinha 18 anos de idade, e nós saímos com algumas tarefas para tocar os sindicatos no meio rural.

Para você ter uma ideia, o primeiro sindicato rural retomado na ditadura foi em Santarém, no Pará, com Avelino Ganzer. O segundo sindicato tomado pelos trabalhadores foi em Colatina, no Espírito Santo, e o terceiro foi em Linhares em 1980. Aí eu fui fazer parte da diretoria, mas eu não tinha idade para ser presidente e então eu fiquei como secretário, era muito moleque. Mas, na verdade, quem comandava aquilo ali eram os padres.

A partir de 1979, eu vou fazer parte da campanha da Anistia, pela volta dos presos políticos. Eu acompanhei a volta do Arraes, do Brizola e de outros mais pilantras que se “autoexilaram” na época e estão por aí até hoje como o Fernando Henrique<sup>5</sup>, o Serra<sup>6</sup>. Eu vi a assinatura da Anistia<sup>7</sup> para a libertação dos presos políticos, muitos amigos meus que passaram muito tempo na cadeia. E, nesse processo de militância, em 1978, 1979, na CPT e vinculado ao sindicato dos trabalhadores rurais, eu fui para São Paulo conhecer a grande metrópole desse país e, logo em 1980, eu conheci o ABC paulista.

Teve uma greve de 1979, mas a greve que estoura mesmo foi por volta de março, abril de 1980. O Lula é preso, se eu não estiver enganado, entre abril e junho de 1980, foi uma grande greve. Mas quem decretou a greve mesmo foi o pessoal de São Bernardo e os petroleiros de Paulínia, comandados pelo Jacob Bittar e pelo Lula. A greve teve um caráter político e o Lula teve destaque, e ali

---

4 Comissão Pastoral da Terra.

5 Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil (1994-2002).

6 José Serra, senador e ex-governador do estado de São Paulo.

7 Lei da Anistia, assinada em 1979.

começa um grande movimento no sindicalismo brasileiro para a construção do Partido dos Trabalhadores e para a construção de uma central sindical com os sindicatos que já existiam. Aí os sindicatos sofrem intervenção, tem toda uma história, e eu estou lá participando desse processo.

Eu visitei o Lula na cadeia em 1980, ele não deve se lembrar disso porque eu era muito moleque, eu não era ninguém na ordem do dia, mas eu estava ali com o Frei Betto. Eu conheci os filhos dele, fui na casa dele, conheci a finada Marisa, participando do fundo de greve. E aquilo me proporcionou conhecer muitas lideranças que estão no cenário até os dias de hoje. É importante as pessoas saberem disso. Por exemplo, minha amizade com o Paulinho da Força, que tinha sido preso político e ajudou a fundar o PT em 1980, vem daí. Minha amizade com Zé Maria, do PSTU, vem daí. Assim como o Olívio Dutra, Paulo Paim, Tarso Genro, esse lá do Sul, mas, em São Paulo, o Vicentinho, o Jair Meneguelli e tantas outras figuras.

Em 1981, em Praia Grande, é feito o 1º CONCLAT, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Era o sindicalismo que nós chamávamos de combativo, nós queríamos formar uma Central Única dos Trabalhadores. O sindicalismo tradicional vinha da antiga Central Geral dos Trabalhadores e era comandado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, controlado pelo Joaquinzão. Esse congresso [o CONCLAT], tinha mais de 5 mil delegados, eu era muito moleque e não estava entendendo nada. Aí racha o congresso, voa cadeira para todo lado, e sai de um lado o grupo da Igreja liderado pelo Lula – eu estava nesse meio – e do outro o grupo liderado pelo Joaquinzão e pelo Zé Francisco, e também os comunistas, que ainda não tinham liberdade para organizar seu partido.

E eles ficam com a CGT e nós criamos a Pró-CUT. A Pró-CUT era, na verdade, um movimento em prol da Central Única dos Trabalhadores que vai marcar uma plenária para janeiro de

1983 para fundar a CUT. Em 28 de janeiro, em São Bernardo do Campo, no Pavilhão Vera Cruz, é fundada a Central Única dos Trabalhadores. Eu estava lá, não esqueço até hoje, eu fui parte da primeira coordenação nacional da CUT por meio do meu sindicato de trabalhadores rurais do Espírito Santo. Entre os rurais existiam duas lideranças destacadas: o Novaes, de Vitória da Conquista na Bahia, um grande sindicalista, e o Avelino Ganzer, que está vivo até hoje – um ficou como vice-presidente e outro como secretário-geral da CUT. E tinham os povos da floresta: ali eu fiz amizade com a Marina Silva, com o finado Chico Mendes, tudo nesse congresso. E eu fui preservando essas amizades que eu fui construindo.

Logo no início, dá-se a luta pela terra. Tem um conflito pela terra em 1979, é bom lembrar disso, no Rio Grande do Sul, quando vão encher uma grande barragem. O coronel Vitorino expulsa os agricultores e esses agricultores sem terras, atingidos pela barragem, vão acampar na Encruzilhada Natalino. Na verdade, o nome sem-terra vem antes do movimento, vem da expressão: “olha os sem-terra” – porque eles estavam acampados na beira da estrada, tinham perdido a terra. Aí, inteligentemente, os padres, os freis, os intelectuais, vão lá criar um movimento de luta pela terra e dá-se a ideia do MST, mas na verdade não tinha ainda essa sigla.

Essa articulação de bispo, de padre, de leigo, de sindicalista, de trabalhadores rurais, das lideranças natas dali, o João Pedro<sup>8</sup> é um destaque nisso, então vão se articulando entre o sudoeste do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. E, nesse período que a gente já está com os sindicatos na mão, já tinha fundado o PT, fundado a CUT, faz-se um encontro em 1984 em Cascavel. Eu estava lá, a gente estava lá com um grupo de uns 70, e ali se cria a ideia de fundar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tinha mais padre, tinha mais leigo do que liderança

---

8 João Pedro Stédile, dirigente do MST.

de trabalhadores, essa é a verdade, e marcou-se um congresso então para janeiro de 1985.

Aí já é o fim do regime militar, um grande embate no Congresso Nacional, não acontecem as “Diretas Já”. Foi um grande processo, muita luta de rua, artistas, jogadores de futebol. Então, em 1985, no Teatro Guaíba, em Curitiba, de 29 a 31 de janeiro, é fundado o MST. E eu vou fazer parte da Coordenação Nacional: eram dois por estado, e eu estou na foto, eu sou eleito para o Coordenação Nacional pelo Espírito Santo.

**M – E o método das ocupações de terra? Quando começa?**

ZR – Ele vai surgir aí. Porque antes não tinha esse método, e é a partir desse congresso, em uma reunião depois, que nós decidimos fazer. O movimento tinha caráter nacional, tinha 1500 delegados, e esse caráter nacional do Movimento Sem Terra permitiu fazer as primeiras ocupações coletivas em caráter nacional. Como um método, não era aquele negócio “sindicaleiro”, de negociar com uma pautazinha. Foi ousado. Nós preparamos isso em janeiro e fomos fazer a primeira ocupação de terras em nível nacional em 25 de outubro de 1985. O Rio Grande do Sul faz a Annoni, no Espírito Santo fizemos uma grande ocupação no município de São Mateus, eu estava lá coordenando essa ocupação. Não foram todos os estados, mas em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo, em Rondônia, em vários estados nós fizemos grandes ocupações.

E foi por um método. O MST coloca esse método: para ter a terra era preciso ocupar. A CONTAG, aí você vê como funciona o sindicalismo pelego e outras organizações que não tinham movimento de luta pela terra – nós tínhamos o departamento de luta rural da CUT –, continuou com aquele negócio de negociar com o governo. Tanto é que no governo Sarney, um governo civil, a



CONTAG e o Zé Francisco vão participar do governo.

Nós apresentamos, em 1985, o primeiro plano nacional de reforma agrária. O Plínio de Arruda Sampaio, o Plinião, que ficou no PSOL muito tempo, foi quem ajudou a elaborar esse plano e a gente apresentou na época. Era ousado, propunha assentar 500 mil famílias por ano, 2 milhões de famílias em 4 anos, e o governo nunca assentou ninguém. Mas o método das ocupações ganha o Brasil e eu, em 1985, 1986, vou para o Nordeste. O movimento dá a missão de nós sairmos dos nossos estados e fazer ocupações. Aí eu vou para a Bahia. Eu rodei todos os estados do Nordeste a partir de 1986. Eu conheço todos os estados do Nordeste, saindo da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, e fui morar no Maranhão, onde fiquei um ano e meio em Imperatriz. Eu rodei o agreste o pior momento da história, que era fazer movimento no sertão.

Primeiro se enfrentou a divergência interna na CUT rural e nos sindicatos. Em segundo, não tínhamos estrutura para fazer isso, era muito difícil. Em terceiro, você tinha o coronelismo, com esses coronéis que mandavam e desmandavam. Eu enfrentei muita dificuldade. Entre as cadeias, entre os despejos, entre as perseguições, tudo isso eu sobrevivi. E a gente construiu a grandeza desse período, que foi conseguirmos fazer um movimento nacional. Intensificamos o crescimento com as ocupações. A perseguição que eu sofri no Nordeste, nesse período eu estava no Maranhão, levei atentado e quase saio sem vida do Maranhão.

Aí eu vim para São Paulo, em 1990, para ficar uns dias, e eu vim para o Pontal do Paranapanema em São Paulo. Para ficar uns dias, e aí de ocupação em ocupação eu estou até os dias de hoje. Nós estamos conversando em março de 2020, então nós estamos falando em 30 anos em que eu estou no estado de São Paulo construindo o movimento de luta pela terra, pela reforma agrária. O Movimento Sem Terra teve êxito forte a partir da década de 1990, a partir da crise do modelo neoliberal do governo

Fernando Henrique. E o destaque no Pontal foi pelas ocupações, pela capacidade da liderança em fazer mobilização de massa, em Pernambuco dá destaque e também no Pará.

O Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, e também em Corumbiara colocam o movimento em destaque. Tínhamos as marchas como método, fizemos grandes mobilizações, em 1997 chegamos em marcha a Brasília com uma grande mobilização em marcha. Isso foi muito importante porque colocou o movimento no cenário nacional. Esse foi o grande auge do Movimento Sem Terra, da luta pela terra, não só a nível nacional, mas na imprensa e na sociedade no mundo todo.

**M – Voltando à questão das perseguições: quando foi sua primeira prisão?**

ZR – Eu fui preso pela primeira vez em 1981, ia fazer 21 anos. Era no ensaio da primeira Greve Geral. Eu estava no Parque Moscoso, em Vitória, cheio de cola para colar os papéis lá, e a polícia fechou tudo e me prendeu por fazer militância. Eu fiquei uns dois dias na cadeia. Depois, somado a essa, eu fui preso 13 vezes na minha vida: a última condenação que eu estou respondendo são 26 anos de cadeia, mas hoje eu respondo a mais de 20 processos. Entre inquéritos, processos e declarações de prisão preventiva, só no Pontal, passam de 40.

É importante colocar: tudo fruto da luta pela terra. No Pontal, eu escapei de cada uma, teve bala que me cortou pelas costas, entrou e saiu, estou vivo, mas eu sofri atentados. Em alguns momentos, eu achei que não ia conseguir viver. Eu estive de frente com a morte. Mas como eu não sabia que eu ia nascer, também não vou saber o dia em que eu vou morrer, então eu nunca me preocupei muito com isso. Eu me preocupei em viver, e viver meus momentos para construir um projeto diferente para o Brasil. A minha questão sempre foi essa: viver o máximo possível

para construir um projeto político.

Eu queria falar mais nessa parte porque é interessante. Quando surge o Movimento Sem Terra, tinha um projeto político que ia além do pedaço de terra: era construir uma organização capaz de dar respostas para a classe trabalhadora do campo e da cidade. Nós tínhamos que derrotar o capitalismo, derrotar o latifundiário, a burguesia, o capitalismo e o Estado burguês. Estava claro isso. Mas quem nasceu conosco não tinha esse projeto.

Primeiro pela filosofia. A Teologia da Libertação, os movimentos no campo são fruto disso, e isso aí leva para onde: todos somos iguais. Então não tem luta de classes, a luta de classes foi abandonada ali. O PT também nasceu assim, sem perspectiva da construção de um projeto revolucionário socialista, não tem, porque ali era conciliação, era o reino para todos. Mas como é para todos? Não cabe sem-terra pobre na mesa de rico, não cabe o proletariado na mesa de capitalista, não tem como conciliar o capital e o trabalho. Então você tinha que construir um movimento para derrotar [o capital].

No MST, parte dele tinha essa clareza e queria construir um projeto. Outros não, e nisso nós vamos sofrer. É importante dizer sobre esse processo histórico. Por que nós sofremos grandes derrotas hoje? Por que o PT foi derrotado? Por que nós perdemos? Porque fez conciliação de classe com a burguesia. Como você governa com a burguesia? Como você governa com o capital? Não tem jeito. E esses erros, que nós vivemos entre 2012 e 2016, foram lá de trás, não são de agora, foi quando começou.

Eu quero colocar isso porque, no final dos anos 1990, há um debate muito forte no MST, um debate político que eu acho que o MES, o Movimento Esquerda Socialista, que é uma corrente do PSOL hoje, também enfrentou dentro do PT porque queria criar um projeto alternativo. E nós, um grupo pequeno, fomos derrotados. É importante dizer isso: eu sou um dos derrotados por esses companheiros. E eles ficaram, se renderam à maioria

que ficou no movimento para conciliar com o PT para governar se Lula ganhasse a eleição. Nós fomos chamados a este projeto muitas vezes, provocados que ele daria certo, mas não dá certo.

Quem não aderiu a esse projeto de conciliação, de governar participando do Estado burguês, este tinha que sair fora. Eu estou feliz porque eu fui expulso, os outros não são felizes porque saíram. Tiveram que sair por conta, não ficaram no projeto. Então, esse projeto do MST de construir uma alternativa socialista, de construir uma alternativa de luta revolucionária, ele se interrompe quando o governo do PT começa, quando ganha o Lula e começa a conciliação. E aí meu amigo, você vai fazer parte do Estado? Sentar na mesa da burguesia? O que ia dar?

Saí, e quando as pessoas saem da organização – isso é o mal da esquerda brasileira – eles começam a rotular. Ou você é bandido, ou você é desviador de recursos, ou você é esquerdista, tem de tudo, e esses rótulos vão se propagando para você queimar as pessoas. Eu sei o que é isso, eu sei o que é sofrer treze anos com o PT. E o que a gente foi fazer? A gente foi resistir, construir um movimento no Pontal, um grupo chamado MST da base e fui ficando por ali, me articulando. Porque tem força política, tem acampamento.

**M – Nos anos 1990, tu chegaste a ser inspirador de um personagem de novela da Globo, não foi?**

ZR – Em 1996, na novela “O Rei do Gado”, grande parte da filmagem era ali. O Regino, que era o personagem, era o Zé Rainha. Tinha a Jacira, que era a esposa dele, que era a Diolinda<sup>9</sup> e, no momento em que eles vão lá prender ela na novela com uma menina no colo, isso realmente aconteceu: era a Sofia [filha de Zé Rainha e Diolinda]. E ela pergunta: “O que eu vou fazer com essa criança? Vocês vão ter que levar ela presa”. Aí o delegado disse:

---

<sup>9</sup> Diolinda Alves, liderança da FNL.

“Eu não tenho como levar”. “Então acha uma vizinha e deixa com ela aí”. Isso aconteceu, é real, e ela foi presa. Dessa vez eu já estava fora e consegui escapar.

Mas a novela, seus personagens, foram baseadas nos grandes embates, nas grandes lutas do Pontal do Paranapanema. Eu não acho que... A minha liderança existe pela história. É claro que você se destaca no cenário nacional e isso incomodou muita gente.

**M – Isso que eu ia perguntar. Por que depois veio o ataque, não?**

ZR – Depois veio o ataque porque muitos personagens que vieram do MST se sentiram ofendidos. Isso incomodou muita gente. O debate político se aproveita disso, quando se acirra o debate político no MST entre 1991 e 1999. Porque ali já se constrói o projeto político de que o Lula iria ganhar as eleições, e vai ganhar em 2002.

Você pode ver que as expulsões e as saídas dos dirigentes do MST vão se dar de 2003 em diante. Eu fui expulso em 2003. Você vai perceber que a ruptura que o MES, Movimento Esquerda Socialista, que vocês vão ter com a Heloísa Helena, o Babá, a Luciana Genro, o João Fontes e outras lideranças, vão sair ali, vão ser expulsos porque não concordavam com um projeto de reforma da previdência que era para defender o capital. Esses embates vem daí, aí eles vão sair e construir a sua história. E eu vou construir a minha história no Pontal, continuando a mobilização.

Mas a nossa história se consolidada com a criação da Frente, que eu vou costurando ela e vai começar mesmo a partir de 2012, quando a gente faz um grande movimento no Pontal, ainda com a bandeira do MST da Base, e conseguimos fazer mais de 50 ocupações em um dia e nisso nós ganhamos dimensão nacional e eu vou me encontrar com o Manuel da Conceição, com a Petra,

com a Dona Conceição e tantas outras lideranças que também estão sendo expulsas do MST. É importante dizer isso, estavam sendo expulsas. E eu vou chamando outros amigos, de grupos de sindicalistas que estavam saindo de outras tendências e, em 2014, por coincidência também em janeiro, na cidade de Assis, a gente funda a FNL.

Tinham muitas ideias, tinham vários nomes. Eu defendi Frente de Libertação Nacional, mas ficou a FNL – Frente Nacional de Luta. Então nós vamos criar uma Frente, nós não vamos criar mais um movimento. É custoso de ser entendido porque [a ideia] era chamar várias bandeiras de luta e criar uma frente que pudesse se consolidar e dar resposta ao vazio que o MST vai deixar. Porque vai ter abandono de acampamento e a luta pela terra, a mobilização da luta pela terra, perde drasticamente espaço no governo Lula: ele freia isso aí. Só para você ter uma ideia, quando o governo Lula assume em 2003, nós vamos ter no campo quase nenhuma bandeira, quase nada. Tinha o MLST surgindo, o MST e mais uns dois ou três [movimentos]. Quando termina o mandato da Dilma, nós temos mais de 200 bandeiras de movimentos.

Esse foi o fruto do governo do PT. Dividiu os movimentos, criou os grupos, porque aí para eles era mais fácil governar, atendeu cada um com um pouquinho. O governo que menos fez pela reforma agrária na história foi esse. O que foi feito com a reforma agrária? A canetada que assinava e desapropriava o latifúndio em um dia só? Não se fez isso, não se avançou na reforma agrária. O que o governo fez foi fortalecer o grande setor de cooperativas de agricultores do Rio Grande do Sul. O ministério da reforma agrária sempre foi controlado pelo Sul e o recurso que tinha era jogado para lá. O Nordeste abandonado.

Toda essa política de dividir, de rachar os movimentos e criar outros, levou a uma falência. Os erros do PT, as alianças com a burguesia, eu sempre digo uma coisa e gosto de repetir: o grande

erro do Lula e do PT foi achar que a senzala cabia na casa grande. E não cabe, e não coube. E esses erros gravíssimos iam levar a que? Iam levar à derrota. E aí ficaram caçando culpados. Eu queria dizer, meus companheiros e companheiras, que na derrota você procura a causa porque é na causa da derrota que você acha a saída. Agora, procurar culpados é um jeito de você não fazer autocrítica.

Então, não fizeram autocrítica e começaram a achar culpados. Todo mundo é culpado da derrota da Dilma. E o grande culpado pela derrota do PT, e a Dilma é vítima desse processo, foi a aliança. Caramba, eles se juntaram com a burguesia. Eles se juntaram com quem? Quem foram os ministros do governo Lula? Olha aí para vocês verem. No Banco Central era o Meirelles. Que serve quem hoje? Ao Doria em São Paulo. Isso é uma vergonha, colocar o Roberto Rodrigues no Ministério da Agricultura. Qual a diferença que ele tem da Teresa Cristina, que é ministra do Bolsonaro?

### **M – Nem vamos falar do Temer...**

ZR – Nem vamos falar do Temer porque aí é a aliança mais podre, com o que tinha de mais esdrúxulo na política brasileira, de corrupção, de bandidagem, era do PMDB. Será que o PT não sabia disso? E aí faz uma aliança com o Temer com a Dilma e juntou o que tinha de mais atrasado. O Moreira Franco, o “gato angorá”, esse cara estava na aliança, o Padilha do Rio Grande do Sul, que foi ministro da Casa Civil do Temer, também estava na aliança. O Jucá, o Sarney... Meu amigo, o que você tinha de pior na política brasileira juntou com o PT! Como isso ia dar certo? Não ia dar certo, e eles sabiam que ia dar errado. E deu errado, e aí eles foram buscar os culpados.

Parece que os culpados eram os trabalhadores, os movimentos sociais. A grande culpa dessa derrota foi a aliança com a bur-

guesia, foi achar que eles eram donos do Estado. O Estado é um instrumento do capitalismo e só tem um jeito de governar para a população e construir uma sociedade diferente: você tem que mudar o Estado, você tem que destruir o Estado e construir outro sobre pilares da classe trabalhadora. O Estado é importante porque ele é um instrumento de classe que reprime e destrói a outra. Então, quando o Estado vir para o proletariado, ele tem que destruir o capitalismo até seu último resquício.

Como você administra um Estado nas mãos da burguesia? Com o Judiciário que tem, com o Ministério Público deles? E o Lula acreditou nisso. E, fruto da perseguição do capital, ele [o Estado] colocou os melhores quadros do partido na cadeia, condenou como corrupto, como bandido e passou para a sociedade a questão da moral. Um velho sábio dizia: “você pode perder a liberdade, até a vida, mas a única coisa que um dirigente não pode perder é a moral”. Essa é a questão: perderam a moral e estão presos por isso. Eu não estou aqui dizendo se são culpados ou errados. Eu estou querendo dizer que o que eles fizeram foi isso: essa aliança levou a isso. Eles não fazem essa autocrítica.

Não só não fazem como insistem no mesmo caminho de fazer aliança com a burguesia de novo para governar. Sai fora! Abandona esse caminho! Um partido precisa de classe [trabalhadora]. Não tem problema se você participa lá no parlamento, mas tem que ter clareza que aquilo ali é meio, é tático. Eles fizeram do meio o fim. Não tinha estratégia nenhuma, a única estratégia era chegar ao poder. E chegaram nos municípios, chegaram nos estados, chegaram no poder federal.

Você sabe quando eles vão chegar outra vez? Nunca. A burguesia não vai dar essa chance mais. O que está aí é difícil eles aceitarem, mas esse governo racista, fascista, miliciano do Bolsonaro é fruto deles: o fruto foi esse por não enfrentar com política, com uma aliança com a esquerda. Por que terminou no governo Temer? Eles deram o golpe, juntaram lá e eles deram o golpe



neles mesmos. O culpado do golpe foi quem? Os culpados foram eles [o PT], que juntaram com eles [a burguesia]. A burguesia deu o golpe neles, e dentro dela a burguesia tem as suas diferenças. O capital imperialista é uma coisa, tem os reacionários, as ideologias neofascistas, nazistas, não morreram, estão presentes nesse grupo bolsonarista, nesse grupo de Olavo de Carvalho. Tem um grupo americano por trás.

E eles prevaleceram. Com um discurso moralista, religioso, fazendo-se de vítimas, colocaram-se para a sociedade brasileira e elegeram essa merda que está aí. É aí nós estamos passando esse momento difícil. Mas é preciso registrar isso. A culpa disso tudo vem do processo que não construiu um projeto político alternativo. O PT, e eu não tenho dúvida de dizer isso, está descartado como um partido para ter um projeto estratégico para nós construirmos outra coisa alternativa. O fruto de tudo isso que eu estou falando vem lá de trás.

E, lamentavelmente, o MST é isso que vocês estão vendo aí. A CUT, que nasceu para uma coisa, virou nesse processo uma correia de transmissão para o PT. Todos os sindicalistas viraram candidatos e, no MST, é igual, as lideranças são iguais. E insistem na mesma tática. Abandonaram o projeto revolucionário da construção de um partido de novo tipo para fazer a revolução nesse país. Abandonaram esse projeto socialista, e hoje nós estamos levando a consequência disso. Por isso nós precisamos avançar.

**M – Nesse cenário de Bolsonaro presidente, como você vê os desafios que tem a luta pela terra, a luta pela reforma agrária? O que está colocado como tarefa para nós hoje?**

ZR – O que está colocado como tarefa é resgatar a luta de massas. Nós precisamos ir para a rua fazer luta, não tem saída para nós. Quando nós abraçamos um projeto de defesa da democracia, impeachment, tudo isso, eu sempre falo: é como tomar

uma novalgina ou uma dipirona para curar um câncer. Não vai resolver. Nós temos que ir à raiz do problema e, para isso, nós temos que retomar o movimento de rua, o movimento popular, com lutas concretas. É da luta que você extrai a ciência da teoria. Então você precisa, dizia o Lenin, da teoria revolucionária para fazer a revolução, porque a prática sem teoria fica cega e uma teoria sem a prática fica esquizofrênica, não anda.

Então é juntar essas duas coisas. Para mim, o desafio da FNL, com o PSOL, com o MES principalmente porque é a corrente que nós estamos dentro do PSOL: ou a gente é ousado para fazer a luta e conduzir ela para conquistas e para derrotar esse governo ou nós vamos ficar da janela olhando a roda da história girar. Girou no Chile, girou no Equador, como foi na Bolívia e assim sucessivamente. As massas vão vir para a rua, pode ter certeza disso.

O tema da violência no Brasil, o que os presidiários estão passando hoje: a repressão é muito forte e isso vai explodir. A periferia não vai aguentar mais: é muita fome, é muita miséria. Então, é preciso ter a capacidade – e a FNL tem esse desafio no campo e na cidade – de ocupar as ruas, ocupar as terras, fechar estradas, mobilizar, jogar toda a força que pudermos nas ruas. O dia em que as massas tomarem as ruas, que os morros descerem para o asfalto e não for carnaval, nesse dia a história será contada. Esse é o nosso desafio pela frente

O segundo aspecto é não deixar que, no dia que essas massas tomem as ruas, elas fiquem sem comando. Se deixar para os social-democratas, para os reducionistas do projeto socialista, nós vamos ser derrotados de novo. E aí está a responsabilidade da frente construída hoje, da FNL com o MES, dos quadros que nós temos: temos a responsabilidade de construir o socialismo no PSOL, de construir um partido de novo tipo que possa conduzir as massas para a tomada do poder. Eu acho que essa é a questão que está colocada: ou construímos essa ferramenta ou vamos to-

mar outra derrota porque, mais cedo ou mais tarde, as massas virão para a rua.

Sabe por quê? Pela necessidade. Ninguém vai aguentar essa repressão, essa violência, essa perseguição. A fome vai aumentar. Eu digo para você: tem dores que doem muito. Por exemplo, a dor da morte é dura cara, é dura como a pedra, mas a dor da fome é muito mais dura, a dor da fome é muito difícil. Essa necessidade de uma bandeira de luta por trabalho, por moradia, por terra e por liberdade. Não é possível aceitar essa perseguição contra as mulheres, contra a comunidade LGBT que está sofrendo. Não é possível aceitar o preconceito que está aí. Não é possível aceitar esse projeto que está em curso do fascismo do Bolsonaro e dos milicianos.

Nós vamos ter que enfrentar eles na rua, não tem outra saída. Ou nós fazemos isso ou a história vai nos cobrar como covardes. E, para não ser covardes, a FNL vai ter esse desafio junto com o MES, junto com o PSOL, para construir um projeto alternativo. De luta, na formação de quadros militantes é possível derrotar eles, nós vamos derrotar eles com certeza absoluta.

**M – Por último, Rainha, se tu pudesses, já com tantos anos de militância... Quantos anos são mesmo de militância?**

ZR – Eu comecei com 17 e hoje tenho 59, então são mais de 40 anos na luta.

**M – Se tu pudesses dar um recado para essa novas gerações que começam a se mobilizar, para os novos movimentos que surgem, que recado tu deixarias para eles?**

ZR – O meu recado é aquele mesmo que disseram para mim nos meus 17 anos. É para você desafiar tudo que você tiver capacidade, é para você ter consciência de classe. E a consciência de

classe se adquire pela necessidade e realizando ações concretas. Ou a nossa juventude desperta, participando das organizações sindicais, sociais, partidárias, para lutar, ou a gente vai ser engolido pelo capitalismo como está aí. Os meios de comunicação burgueses absorvem, a cada dia que passa, a nossa massa de juventude. A nossa juventude está sendo massacrada, sendo vendida para o tráfico nas grandes periferias, e ali é um caminho que não tem volta.

Portanto, meu recado para a nossa juventude é: vem participar da luta, vem para o partido, vem para o movimento social, adquira consciência de classe. Nós podemos derrotar eles. E vocês, jovens da periferia, trabalhadores, operários, sofredores do dia a dia, vocês são o futuro do amanhã. Se essa juventude não se conscientizar disso, ela vai ser escrava para a vida toda. O nosso projeto para essa juventude é construir um mundo diferente, um país diferente para os que vêm depois.

**Internacional**

## Nuvens carregadas sobre a América Latina<sup>1</sup>

William I. Robinson<sup>2</sup>

As lutas populares contra um neoliberalismo que busca ressurgir e as agressões da ultradireita, que tomaram de assalto a América Latina nos últimos meses, se apresentam à esquerda global com um paradoxo peculiar: ocorrem num momento em que a esquerda institucional e partidária perdeu a hegemonia que conquistara anteriormente e, agora, se vê desgastada. Qualquer tentativa de explicar este paradoxo deve situar a rebelião popular atual no contexto mais amplo das dinâmicas políticas da expansão capitalista global e da crise regional nos anos recentes.

O capitalismo global enfrenta neste momento uma crise orgânica que é tanto estrutural como política. Estruturalmente, o sistema enfrenta uma crise da sobreacumulação, voltando-se para uma nova rodada de expansão violenta e muitas vezes militarizada ao redor do mundo. Tudo isso em busca de novas oportunidades para descarregar o excedente de capital acumulado com o objetivo de prevenir a estagnação. Politicamente, o sistema enfrenta uma decomposição da hegemonia capitalista e uma crise da legitimidade do Estado. À medida que se espalha o descontentamento popular, os grupos dominantes recorreram a modalidades cada vez mais coercitivas e repressivas de dominação ao redor do mundo tanto para conter este descontentamento quanto para abrir à força novas oportunidades de acumulação mediante a intensificação do neoliberalismo.

Esta crise dual vislumbra-se com toda a clareza na América Latina. O golpe de Estado em novembro na Bolívia e a tenaz re-

---

1 Tradução de Charles Rosa, membro da equipe editorial da *Revista Movimento*. Originalmente publicado pelo portal *Rebelión*. Fonte: <https://rebellion.org/nubarrones-sobre-america-latina-el-cuadro-grande/>.

2 Professor no Departamento de Sociologia da Universidade de Califórnia em Santa Bárbara.

sistência ao assalto fascista; o levante até princípios de outubro no Equador contra a restauração neoliberal; as rebeliões no Haiti e no Chile (este último simplesmente o berço do neoliberalismo); e, agora, a Colômbia; o regresso ao poder dos peronistas na Argentina seguido apenas semanas depois, por destituição eleitoral, da Frente Ampla no Uruguai; entre outros acontecimentos recentes, apontam todos para uma temporada de grande fluxo e incerteza na região. Porém, os transtornos atuais deve ser analisados no contexto das dinâmicas políticas da globalização capitalista.

### **O *post-mortem* da “Maré Rosa”?**

A América Latina viu-se envolta na globalização capitalista desde os anos 1980, processo que produziu uma vasta transformação de sua economia política e estrutura social. Surgiu uma nova geração de elites e capitalistas transnacionalmente orientados na esteira da derrota dos movimentos revolucionários das décadas de 1960 e 1970. Estes grupos dominantes transnacionais conduziram a região para a nova época global, caracterizada pela acumulação como “planta de estufa”, a especulação financeira, a qualificação creditícia, a internet, as comunidades fechadas, as ubíquas cadeias de *fast-food*, e os shopping centers e as megalojas que dominam os mercados locais nas emergentes megacidades. Estas elites e capitalistas transnacionais forjaram uma hegemonia neoliberal na década dos 1990, levando a cabo um amplíssimo programa de privatização, liberalização, desregulação e austeridade. Entretanto, a globalização capitalista terminou agravando a pobreza e a desigualdade, deslocando dezenas de milhões desde as classes populares, e produzindo massivo subemprego e desemprego. As espoliações desencadearam uma onda de migrações transnacionais e novas rodadas de mobilização de massas entre aqueles que ficaram para trás.

Os governos de esquerda ou da chamada “Maré Rosa” chegaram ao poder nos primeiros anos do novo século impulsionados pela rebelião de massas contra este monstro da globalização capitalista. O giro à esquerda na América Latina suscitou grandes expectativas e inspirou as lutas populares ao redor do mundo. O chamado que fez Hugo Chávez por um Socialismo do Século XXI despertou esperanças de que a região indicaria o caminho para uma alternativa ao capitalismo global. Os governos da “Maré Rosa” desafiaram e até fizeram retroceder os aspectos mais notórios do programa neoliberal, redistribuíram a riqueza para baixo, e reduziram a pobreza e a privação. Não obstante, os esforços dos Estados e dos movimentos sociais por levar a cabo as transformações tropeçaram contra o enorme poder estrutural do capital transnacional e, sobretudo, dos mercados financeiros globais. Este poder estrutural impulsionou os Estados da “Maré Rosa” para um ajuste com tais mercados. Deixando de lado a retórica, os governos da “Maré Rosa” basearam sua estratégia numa vasta expansão da produção de matérias-primas em associação com os contingentes estrangeiros e locais da classe capitalista transnacional.

Com exceção da Venezuela durante o auge da Revolução Bolivariana, destacou-se a ausência de qualquer mudança de fundo nas relações de classe e de propriedade, não obstante as mudanças produzidas nos blocos de poder político, um discurso a favor das classes populares, e uma expansão dos programas de bem-estar social financiadas por impostos sobre as indústrias extrativistas corporativas. A extensão da mineração e da agroindústria transnacional corporativa resultaram numa maior concentração das terras e de capital, além de reforçar o poder estrutural dos mercados globais sobre os governos à esquerda. Como resultado, os países da “Maré Rosa” viram-se mais integrados aos circuitos transnacionais do capitalismo global e dependentes dos mercados globais de *commodities* e de capital.



As massas populares reclamavam transformações mais substanciais. A virada à esquerda de fato abriu espaço para que estas massas avançassem em suas lutas. No entanto, em seu afã por atrair o investimento corporativo transnacional e expandir a acumulação extrativista, os governos suprimiram muitas vezes as demandas dos de baixo para maiores transformações. Estes Estados desmobilizaram os movimentos sociais, absorvendo seus dirigentes ao governo e ao Estado capitalista, e submeteram os movimentos de massa ao eleitoralismo dos partidos de esquerda. Dada a ausência de maiores transformações estruturais que poderiam ter respondido às causas profundas da pobreza e da desigualdade, os programas sociais viram-se sujeitos aos vaivéns dos mercados globais sobre os quais os Estados da “Maré Rosa” não exercitavam nenhum controle.

Quando eclodiu a crise financeira mundial a partir de 2008, estes Estados toparam com os limites de uma reforma redistributiva marcada pela lógica do capitalismo global. A extrema dependência dos países da “Maré Rosa” das exportações de matéria-prima jogou-os na agitação econômica quando os mercados globais de *commodities* colapsaram a partir de 2012. Estes países experimentaram altos níveis de crescimento enquanto a economia global seguia seu ritmo de expansão e os preços das *commodities* permaneciam altos graças ao apetite voraz da China pelas exportações das matérias-primas. A recessão econômica solapou a capacidade dos governos de sustentar os programas sociais, levando-os a negociar concessões e austeridade com as elites financeiras e as agências multilaterais, tal como sucedeu no Brasil, Argentina, Equador e Nicarágua, entre outros países. As tensões resultantes avivaram os protestos e abriram espaço para o ressurgimento da direita. Embora não se possa aplicar uma leitura generalizada por igual em todos os países, eis aqui os elementos essenciais para uma análise de fundo do recente golpe de Estado na Bolívia, a destituição do Partido dos Trabalhadores no Brasil e

os demais revezes da “Maré Rosa”.

### **O retorno da direita**

As classes dominantes tradicionais viram-se obrigadas, no começo do processo da “Maré Rosa”, a chegar a um *modus vivendi* com governos de esquerda, dado o balanço de forças sociais e de classes. Mas, quando a crise econômica e as turbulências políticas abriram espaço para manobras da direita, esta passou à ofensiva, não raro violentamente, numa tentativa de recuperar o poder político direto. O giro constitucional e extraconstitucional à direita começou em 2009 com o golpe de Estado em Honduras, seguido pelo “golpe suave” em 2012 contra o governo de esquerda de Fernando Lugo no Paraguai; a derrota eleitoral dos peronistas na Argentina em 2015; o “golpe de estado parlamentar” contra o Partido dos Trabalhadores no Brasil em 2016; o retorno da direita no Chile com a eleição em 2017 do Presidente Sebastián Piñera e sua coalizão *Chile Vamos*; a eleição na Colômbia em 2018 do Presidente ultradireitista Iván Duque, alguém que não é mais do que o rosto titular do projeto fascista do *Uribismo*; e a derrota eleitoral no início de 2019 da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em El Salvador (a eleição de Andrés Manuel López Obrador e seu partido *Morena* no México é a exceção a este giro à direita).

Esta forte virada à direita tinha como cerne uma escalada da repressão em toda a região e uma mobilização dos partidos e as câmaras empresariais da ultradireita, culminando mais recentemente com o golpe de Estado em outubro na Bolívia, enquanto a região parece voltar à época das ditaduras e dos regimes autoritários. A América Latina se torna uma caldeira de violência estatal e privada fundida em torno da repressão da revolta popular e uma maior abertura do continente para a pilhagem corporativa. A direita recorre ao racismo, ao autoritarismo e ao militarismo num empenho para consolidar e expandir o poder corporativo

transnacional. Neste sentido, a região põe-se à frente do espelho ao qual se dirige o mundo. Se o continente é emblemático do “Estado policial global”, também o é da crescente onda ao redor do mundo de resistência dos de baixo.

Contudo, a sorte já estava lançada antes de que a direita recuperasse o poder político direito. Os exércitos latino-americanos cresceram rapidamente nos últimos anos, em paralelo com uma rodada de expansão corporativa e financeira transnacional na região. Os espaços territoriais que até muito pouco ainda gozavam de certo grau de autonomia, tais como os altiplanos indígenas de Guatemala e Peru, áreas da Amazônia e a costa pacífica da Colômbia, estão sendo violentamente penetrados e seus abundantes recursos naturais e força de trabalho postos à disposição do capital transnacional.

De acordo com o informe *Security for Sale* [“Segurança à Venda”], publicado em 2018 pelo *Inter-American Dialogue*, centro de pesquisa baseado em Washington, D.C., no ano de 2017, havia mais de 16 mil companhias privadas na América Latina que ofereciam serviços militares e de segurança e que empregavam cerca de 2,4 milhões de pessoas, que frequentemente colaboravam com as forças militares e policiais do Estado. Praticamente apagou-se a distinção entre o efetivo militar e policial ativo e reformado, por um lado, e os empregados destas empresas privadas, por outro lado, concluiu o informe, já que existe “uma rede entrelaçada entre os militares ativos, os militares retirados, os agentes de segurança privada, as elites empresariais e os funcionários do governo”. O número de militares duplicou de tamanho no Brasil, Bolívia, México e Venezuela em anos recentes, enquanto o exército colombiano quadruplicou-se, e as forças armadas no restante da região cresceram em média de 35%. Os militares foram remanejados para as megacidades da região e, muitas vezes, colaboraram com os sombrios esquadrões da morte na limpeza social dos pobres e na repressão da dissidência política.

A direita tenta agora utilizar o poder político direto que recuperou para impor violentamente uma plena restauração do neoliberalismo como parte da expansão militarizada do saque corporativo transnacional. A faísca que fez explodir os mais recentes protestos de massa foi uma nova rodada de medidas neoliberais. A sublevação na Nicarágua, entre abril e agosto de 2018, produziu-se em resposta à decisão do governo de Ortega de implantar uma reforma do sistema previdenciário. No Equador, os indígenas, camponeses e trabalhadores levantaram-se em outubro de 2019 contra o ajuste que negociou o governo com o FMI para eliminar os subsídios ao combustível. A rebelião no Chile contra toda a estrutura do neoliberalismo desencadeou-se pela decisão do governo de aumentar as tarifas para o transporte público. Na Argentina, foi o sustentado assalto neoliberal do governo de Macri o fator que finalmente desembocou em outubro passado em sua destituição eleitoral. E, na Colômbia, os protestos de massa foram provocados pela promulgação por parte do governo de novas medidas de austeridade.

### **A hegemonia em disputa**

As crises estruturais do capitalismo mundial historicamente constituem momentos em que se produzem prolongados transtornos sociais e maiores transformações, tal como vimos na história recente da América Latina. De um ponto de vista mundial, a crise em espiral de hegemonia parece estar desaguando em uma crise geral da dominação capitalista. À simples vista, esta afirmação parece ser contraintuitiva já que a classe capitalista transnacional e seus agentes passaram à ofensiva contra as classes populares em todas as partes. Entretanto, o agressivo ressurgimento da direita na América Latina e ao redor do mundo é uma resposta à crise que repousa sobre um terreno movediço.

De um ponto de vista estrutural, as crises se referem preci-

samente à existência de obstáculos à acumulação contínua do capital e, portanto, à tendência para a estagnação e a baixa nos níveis de lucro. Dada uma desigualdade sem precedente em escala mundial, o mercado global não pode absorver a crescente produção da economia global, a qual está chegando aos limites de sua expansão. O crescimento econômico em anos recentes foi baseado num consumo insustentável, baseado no endividamento, na frenética especulação financeira no cassino global e na militarização impulsionada pelo Estado – o que qualifico como *acumulação militarizada* – enquanto o mundo entra numa economia global de guerra e se intensificam as tensões internacionais.

Se a economia global está agora à beira de uma recessão, a economia latino-americana já caiu de fato na recessão em 2015 e segue até o momento enfrentando a estagnação (até na Bolívia, país que registrou os índices mais altos do crescimento, a taxa de crescimento começou a contrair nos últimos anos, o que obrigou ao governo do MAS a recorrer às reservas). A classe capitalista transnacional e seus contingentes locais tentam agora transferir a carga da crise para os setores populares por meio de uma renovada austeridade neoliberal em seu afã por restaurar a rentabilidade capitalista. Mas é pouco provável que a direita tenha êxito. O presidente brasileiro Jair Bolsonaro enfrenta um descenso precipitado nas pesquisas de opinião, enquanto o neoliberal Macri sofreu uma derrota nas eleições recentes e os governos do Equador, Chile e Colômbia tiveram que ativar a marcha à ré nas medidas de austeridade.

A incapacidade da direita de estabilizar seu projeto ocorre num momento em que esquerda institucional/partidária perdeu a maior parte do poder e da influência que havia alcançado. Portanto, surge um abismo entre a sociedade civil e a sociedade política. Há uma pronunciada defasagem por toda a América Latina – *sintomático de um fenômeno da esquerda a nível mundial* – entre os movimentos sociais de massa que estão pujantes na atualidade

e uma esquerda partidária que perdeu a capacidade de mediar entre as massas e o Estado com um projeto próprio viável. O cenário mais provável é um empate momentâneo enquanto se avolumam as nuvens carregadas.

Embora seja a hora da solidariedade com as massas das e dos latino-americanos que estão em plena luta contra o assalto direitista, também deve ser um momento de reflexão sobre as lições que oferece a América Latina para a esquerda global. A “Maré Rosa” – temos de recordar – chegou ao poder não pelo esmagamento do Estado capitalista mas pela via constitucional, ou seja, em processos eleitorais mediante os quais os governos à esquerda assumiram a gestão dos Estados capitalistas. Esmagar o Estado capitalista simplesmente não estava na ordem do dia. Não basta recordar a exortação de Marx de que as classes trabalhadoras não podem simplesmente apoderar-se do Estado capitalista e utilizá-lo para seus próprios fins. Dado o regresso violento da extrema-direita, não seria difícil cair na tentação de considerar como ponto discutível se os governos da esquerda puderam fazer mais para levar a cabo maiores transformações estruturais ainda quando não existia a possibilidade de romper com o capitalismo mundial.

Contudo, as lições aqui para a esquerda global são críticas. Trata-se da capacidade dos movimentos sociais de massa autônomas de *obrigar desde baixo* os Estados a empreender tais transformações. Em contrapartida, isso carrega a necessidade de repensar a relação triangular entre os Estados, os partidos de esquerda e os movimentos sociais. O modelo da esquerda de governabilidade – baseada na absorção dos movimentos sociais e subordinação da agenda popular ao eleitoralismo e às exigências da estabilidade capitalista – leva a um beco sem saída, ou pior, de volta à direita. Somente a mobilização de massa autônoma por baixo pode impor um contrapeso ao controle que exercem o capital transnacional e o mercado global por cima sobre os Estados

capitalistas na América Latina, sejam estes administrados pela esquerda ou pela direita.

Qualquer projeto à esquerda renovado na América Latina, e da mesma forma ao redor do mundo, precisará lidar com a questão das eleições e do Estado capitalista. Aprendemos que a subordinação da agenda popular a ganhar eleições nos conduz ao fracasso, ainda que tenhamos de participar em processos eleitorais quando esta participação seja possível e conveniente, e ainda considerando que a arena eleitoral pode ser um espaço estratégico. Em meu ponto de vista, enfrentar a atual investida da direita passa urgentemente pela renovação de um projeto revolucionário e um plano para a refundação do Estado. Ensinam-nos as experiências recentes do partido Syriza na Grécia e os governos da “Maré Rosa” na América Latina, assim como os partidos social-democratas que chegaram ao poder ao redor do mundo nos últimos anos do século XX, que qualquer força de esquerda, uma vez ocupando o governo, vê-se obrigada a administrar o Estado capitalista e suas crises. Estes governos – não obstante sua tinta de esquerda – veem-se impulsionados a defender tal Estado e sua dependência do capital transnacional para a própria reprodução, o que os contrapõe às mesmas classes populares e aos movimentos sociais que os levaram ao poder.

**Depoimento**



## Luis Pujals, *querido hermano*, presente!

Pedro Fuentes<sup>1</sup>

Ditadura nunca mais!

Dentro de poucos dias, a Argentina terá um novo 24 de março. Neste ano, em virtude do coronavírus, não será feita a mobilização que reúne dezenas de milhares de manifestantes. Mas de qualquer forma o povo vai lembrar que há 44 anos começava a mais sangrenta ditadura que o país já conheceu.

A derrubada dos militares argentinos foi resultado de uma grande mobilização espontânea, uma revolução democrática que abriu as portas para um novo regime político. Graças a elas e outras organizações de direitos humanos, o povo foi tomando consciência das atrocidades cometidas. A queda da ditadura foi um impulso muito grande para suas reivindicações.

Os governos seguintes à ditadura trataram de manobrar e desviar a exigência de justiça e reparação histórica. Mas não puderam. A mobilização democrática foi crescendo e muitos militares terminaram na prisão; nela morreu o carniceiro general Videla. Nas massivas mobilizações de todos os dias 24 de março, o povo não deixa apagar a chama do significado dessa ditadura para os trabalhadores e o país. Desta maneira, vem conseguindo bloquear todo caminho de volta a um passado militar.

É um exemplo importante para nós que no Brasil enfrentamos Bolsonaro, um ex-capitão do Exército que governa com muitos militares em seus gabinetes, que homenageia torturadores e milicianos, fala a favor da ditadura e ameaça com a dissolução do parlamento. É preciso fechar este caminho como foi feito na Argentina. Marx escreveu n' "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" que a história não se repete, a não ser como farsa. Foi um bom

---

<sup>1</sup> Dirigente nacional do MES.

exemplo para esse momento, mas agora temos que saber que uma nova ditadura na Argentina como no Brasil não será uma farsa. Seria ainda mais sangrenta.

Como parte dessa luta permanente, a Faculdade de Filosofia de Rosário (Argentina) iria fazer uma homenagem aos militantes desaparecidos que passaram por ela, entre os quais estava meu irmão. Eu já tinha a passagem comprada, porém a pandemia do coronavírus fez com que o evento fosse postergado. Entretanto, o gesto do Reitor e dos militantes de direitos humanos da Faculdade ficou vivo. E é por esse gesto (e por estar chegando um novo 24 de março) que estou escrevendo este capítulo da minha militância junto a meu irmão Luis Pujals.

Luis foi um dos primeiros desaparecidos, o caso mais notável durante a ditadura argentina nascida no golpe de 1965. Neste texto quero contar como foi a sua vida e a nossa vida em comum. Meu irmão morreu durante uma sessão de tortura em que arre-bentaram seu fígado. Seu corpo foi ocultado para sempre pelo regime assassino, atirando-o ao mar. Entretanto, não é somente este fato que me leva a dedicar um tempo de minha militância para escrever sobre Luis. Este desejo já existente aumentou muito quando Eric Toussaint, dirigente da IV Internacional, e Roberto Robaina, dirigente do MES e do PSOL, me mostraram a importância de escrever este artigo.

Muitos outros militantes, para os quais conto velhas histórias, também insistem para que eu escreva. Entendo esse desejo e essa necessidade para que os mais novos conheçam as lutas que vimos fazendo há muitos anos os mais velhos. É muito justo, e por isso deixo parte da militância e de escrever sobre a crise mundial e as tarefas dos internacionalistas para me dedicar a contar esta história.

A história e a tradição que a militância vai construindo são partes da vida de uma organização militante. Cada um de nós carrega sua história e suas vivências militantes, e estas vão for-

mando uma raiz que se torna cada vez mais firme para sustentar nosso projeto, que, como as árvores, necessitam de fortes raízes para se sustentar e se desenvolver.

Por estas razões, tomei esta como uma tarefa importante e, por isso mesmo, faço neste primeiro texto o compromisso de escrever seis capítulos sobre a vida militante, os quais não serão uma autobiografia, mas histórias da luta de classes e a vida nelas. Decidi chamá-los “Histórias de seis entusiasmos”. Este título é um plágio do primeiro livro da escritora colombiana Laura Restrepo (*História de um entusiasmo*), militante com a qual compartilhei militância durante muitos anos na Colômbia e na Argentina. Creio que ela não vai ficar aborrecida com isso porque, como um discípulo literário, estes escritos têm traços similares com o seu famoso livro, no qual ela relata o período em que integrou a Comissão de Paz entre o governo colombiano de Belisário Betancourt e a guerrilha do M19 e a afinidade que foi ganhando junto a seus combatentes.

O primeiro capítulo desta série é a militância que fiz com Luis até seu desaparecimento. Eu continuei pensando sempre na necessidade de fazer justiça, o que nos exige mudar este sistema no qual vivemos. Esta “primeira história de um entusiasmo” se refere, portanto, ao início de minha militância junto com Luis Pujals no Movimento de Ação Reformista (MAR), ao nosso período no *Palabra Obrera* e aos primeiros anos do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O “segundo entusiasmo” seria minha militância no PRT – La Verdad e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). O terceiro capítulo tratará da militância sob a ditadura de Videla e as primeiras tarefas internacionalistas nas quais participei. A quarta parte será o entusiasmo com o Movimento al Socialismo (MAS) que foi o maior partido trotskista do mundo – à esta alutra pretendo contar sua construção e a tragédia de sua ruptura. A quinta seção abordará a nova etapa que fiz na atividade internacionalista quando se produziu a ruptura do

MAS, em que procuramos em outras experiências internacionais explicações para a crise. E, finalmente, a última será o entusiasmo do Movimento Esquerda Socialista (MES), organização na qual milito há 20 anos.

Estes seis entusiasmos não negam os momentos de amargura, desgosto e crises provocados por erros que cometemos e por derrotas em nossos objetivos. Destas ocasiões é necessário extrair lições até que novos fatos aconteçam. Com isso, vamos alimentando o entusiasmo individual e coletivo tão necessários para as novas lutas com as quais nos comprometemos.

### **História de um primeiro entusiasmo: a vida com Luis no MAR, Palabra Obrera e o PRT**

Durante 14 anos eu fui um discípulo do meu irmão, me iniciei na militância graças a ele e militamos juntos até nos separarmos politicamente pelas opções militantes que cada um tomou. Meu irmão escolheu o caminho de fazer da luta de classes uma luta armada, construindo um exército para tomar o poder. Dentro desta opção, ele foi um grande dirigente, muito importante na construção do “PRT - Combatente” e do Exército Revolucionário do Povo (ERP). Já eu optei por seguir no PRT-La Verdad, militando num partido que aspirava à luta pelo poder ligado às lutas do movimento operário. Não foi por covardia pessoal que não fui pegar em armas. Sentia uma amargura grande por não seguir militando ao lado do meu irmão. Tanto ele como eu seguimos sendo militantes socialistas revolucionários. No desenvolvimento desta história, contarei o que aconteceu. Foi uma dolorosa separação, porque em todos esses anos eu sempre reconheci que foi graças a ele que escolhi o caminho do socialismo.

## Infância e adolescência na família

Iniciamos como militantes muito jovens: ele com 15 anos e eu com 14 anos, ainda quando éramos estudantes secundaristas. Creio que a nossa entrada na luta e no marxismo foi facilitada por uma série de condições que foram se dando já na infância, na vida familiar e na posterior adolescência. De início, falarei um pouco de nossa infância e de nossa família.

Minha mãe, Emma Gini, era doutora em Ciências Naturais, depois de ter se graduado com o Diploma de Honra da faculdade. Tinha um pensamento científico e investigativo profundo. Antes de se dedicar a cuidar dos filhos, trabalhou com um dos principais geneticistas da Argentina e localizou o cromossomo onde se aloja o gene que provoca a esterilidade do aparato reprodutor no milho. Esta descoberta foi importante, já que o milho é uma planta hermafrodita (tem os dois sexos na mesma planta) e essa esterilidade – que às vezes é natural – ajuda muito o melhoramento da espécie, pois em vez de autofecundação se abre a possibilidade do cruzamento com outras variedades de milho. Esse cruzamento ajuda a gerar uma variedade de planta mais forte que contém as características de ambas. Isso se chama, em genética, vigor híbrido. Me detive nesta questão do vigor porque também vale para a raça humana. Quanto mais cruzamento entre variedades, quantas mais mesclas haja entre brancos, negros, pardos, índios, etc., a espécie se torna mais vigorosa. Este é também um argumento científico contra os racistas que pensam na raça superior.

Meu pai Enrique era um engenheiro agrônomo que estava devotado ao trabalho mais técnico do desenvolvimento das espécies na agricultura. Ele era fitotecnista, ou seja, ele se dedicava ao melhoramento de espécies cultivadas, especialmente milho. Assim, em meu lar a ciência sempre esteve presente por estas profissões compatíveis de nossos pais. Nesta sociedade patriar-

cal, meu pai continuou exercendo-a pelo restante de sua vida, enquanto a profissão de minha mãe foi interrompida para que ela pudesse criar seus filhos. Somente bastante tempo depois retornaria ao trabalho; não mais à pesquisa, senão a dar aulas em colégios secundaristas e escola técnica sobre Botânica. Quando todos nós nos encontrávamos nos jantares, os temas que dominavam a mesa era qual tipo de célula tinha esta ou aquela planta, se tal variedade era desta ou de outra espécie, qual a capacidade de nutrientes que tinha, etc.

Pela profissão de meus pais, tivemos a sorte de viver nossa infância na estação agrária de pesquisa mais importante do Ministério Nacional de Agricultura, próxima à cidade de Pergamino. Um campo de 360 hectares onde convivíamos em diferentes casas com outras famílias de agrônomos, técnicos, capatazes, mecânicos, ferreiros. Convivíamos diariamente com cerca de dez a quinze meninas e meninos de nossa idade, filhos de agrônomos, técnicos e mecânicos.

A vida infantil no campo é muito livre e criativa; nesses 360 hectares havia muitas possibilidades de escolher onde o grupo de oito ou dez garotos da barra brava íamos brincar e fazer travessuras. A tendência a fazer travessuras era enorme! Uma que me recordo muito foi a construção de uma casinha de madeira numa grande árvore ao lado de uma grande tanque australiano, onde nos banhávamos como se fosse uma piscina. Com a ajuda de um carpinteiro, logramos construir nossa morada independente a cinco ou seis metros de altura. Chegava-se pela escada e mais na ponta da copa havia um posto de vigia. Esta casa era um lugar de liberdade, independência e conspiração infantil que podia alojar quatro ou cinco por vez. A maior travessura era fumar aí dentro cigarros que nos passavam alguns trabalhadores. A ala mais autoritária vigilante e reacionária de um dos pais nos descobriu porque saía muita fumaça e, com isso, veio a repressão. Uma alternativa à casa da árvore foi cavar uma cova. Trabalha-

mos alguns dias tratando de fazer túneis e passagens. Mas não éramos a FNL do Vietnã para encarar uma obra tão complexa na qual pensávamos levar em penitência uma das meninas da família que havia nos delatado.

Em todas estas aventuras, meu irmão era o mais racional, mas muitas vezes o mais arriscado e terminava sendo o mais vulnerável. Não creio em nenhum destino pré-definido, mas meu irmão parecia o mais vulnerável, por seu caráter e porque nunca mentia, a levar as piores consequências das travessuras. Um dia estávamos jogando nós dois sozinhos acima de um moinho. Ele subiu pela escada uns quatro metros e decidiu a partir dali se jogar num monte de grama. Aí estava uma vara de ferro que se meteu por seu músculo. Foi muito sofrimento e esforço para tirá-lo daí. Tivemos que caminhar sangrando cerca de duzentos metros até que chegamos à quadra de tênis em que meu pai estava jogando para trasladá-lo urgente à cidade que estava a 11km por um caminho de terra.

Outra vez, o mesmo grupo de crianças havia organizado uma excursão a cavalo. Era uma concessão grande que tínhamos montar cavalos para andar pelo campo. A brincadeira que inventamos consistia que uma parte de nós ia numa “volanta” (carro tipo diligência modesta) impulsionada por dois cavalos. Íamos dirigindo o carro por um caminho de terra que unia a estação experimental com a cidade de Salto. Outro grupo, como nos filmes, tinha que chegar até nossa diligência, sujeitar os cavalos e assaltá-la. Meu irmão era um dos assaltantes com o lenço de bandido tapando parte da cara como nos filmes de faroeste. Luis foi o primeiro que quis saltar e como a diligência seguia andando em sua tentativa caiu no solo debaixo da volanta e as quatro rodas passaram por cima de suas pernas. Felizmente, dessa pudemos sair até que bem sem maiores lesões. Outra vez, num domingo quisemos montar os cavalos. O galpão das montagens estava fechado, Luis se propôs a pular o portão e, uma vez dentro, iria nos

passar as montagens. A má sorte é que caiu na tentativa pular para o lado de dentro. Eu acreditava que havia quebrado o braço. Nós não sabíamos como socorrê-lo, não nos atrevíamos a saltar para dentro. Chamar a vigilância para que abrisse o lugar era nos entregar; não fazer nada era deixar a meu irmão dentro. Ao final, primou a sensatez e com ela os castigos consequentes.

Quando ele escolheu o caminho da luta armada, essa sensação de vulnerabilidade me fazia temer muito por seu destino. Cada ano que se passava eu ficava mais aliviado, mas eu sabia intuitivamente que não seria por muito tempo. E infelizmente foi assim.

Íamos aos colégios de Pergamino numa *pick up* com lona e assentos na parte de trás. Iam nos deixando um a um nas diferentes escolas. O caminho da terra se transformava numa nuvem de pó quando não chovia e nos deixava cheios de lama quando chovia; era uma certa odisseia entretida. Havia muitas outras coisas que permitiram a nossa criação num ambiente coletivo, sadio e em contato com a natureza.

Alguns anos depois meu pai saiu do ministério da Agricultura e nos trasladamos a uma casa em Pergamino. Uma casa modesta, mas que tinha um grande terreno. No fundo, havia duas peças de depósito e uma grande garagem para dois carros. Aí fomos terminando o período de transição entre infância e adolescência.

O conjunto de nossa família era muito politizada, como em geral costumam ser as famílias argentinas da classe média. Meus avós paternos Agustin e Ana Maria viviam em Rosário. Toda a nossa família foi muito politizada. Minha avó era francesa, sua família tinha vindo quando o presidente Sarmiento estava implementando a educação laica nas escolas. Junto com uma professora Juana Blanco, ela fundou uma escola para crianças desprivilegiadas. Uma anedota colorida conta o compromisso dela com o seu trabalho. Um dia, o meu avô Agustin ligou para Juana



Blanco para dizer que havia quatro crianças desprivilegiadas em sua casa. Se tratava de seus quatro filhos.

Em alguns de seus escritos minha avó flertava com a revolução russa. Os outros avós maternos, Agustín e Santina eram imigrantes italianos. Se conheciam da Itália e aqui terminaram casando jovencinhos. Minha avó havia trabalhado em fábrica aos sete anos e nos ensinava a fazer umas tranças de lana como ela fazia na fábrica. Meu avô era trabalhador da construção e anarquista como todos os imigrantes de origem italiano. Minha avó nos contava dos episódios da “Semana Trágica” da Argentina em 1918, quando depois do assassinato de alguns operários em greve das oficinas Vasena explorou a insurreição em Buenos Aires. A mobilização operária derrotou e ocupou todas as delegacias. Santina nos contava como seu marido saía bem cedo com alguns grupos para fazer um piquete que levantava as vias do trem e fazia barricadas. Meu avô paterno era dono com dois sócios de um grande armazém de ramos gerais em Rosário. Numa casa grande de dois pátios e duas plantas viviam uma de minhas tias com seu marido e seu filho José Luis. Passávamos as férias de verão em Rosário e aí tínhamos também um pequeno grupo com meu primo Jose Luis. Íamos ao country club que era o lugar mais oligárquico, mas não dávamos bola para o ambiente, somente para a piscina de água salgada.

Meus pais, como bons cientistas que eram, não professavam nenhuma fé. Os dois eram ateus e nunca qualquer rito ou costume religioso entrou em nossa casa. Não estávamos nem batizados, nem fizemos a primeira comunhão. Nos diziam que eram opções que deveríamos tomar quando fôssemos maiores, e obviamente nenhum dos dois pensou nisso.

Este ambiente laico e ateu era muito bom para ter um pensamento livre. Eu fui obrigado a defender o ateísmo aos 10 anos. Haviam me separado da escola nacional onde estava meu irmão. Para que pudéssemos estar na mesma escola meus pais falsifi-

caram minha certidão de nascimento a fim de que eu entrasse com um ano a menos do exigido na etapa primária. Com poucos dias de aula, uma reitora “gorda” entrou na sala e, apontando para mim disse à professora que eu tinha que sair. Foi um golpe duro para o plano de seguir estudando com meu irmão. Fui parar numa escola provincial, onde o governo para fazer uma concessão à Igreja havia posto a educação religiosa nas aulas. Evidentemente, meu pai se opôs a que eu participasse dessa aula e assim conquistei o “direito” de estar toda a aula do lado de fora da porta fazendo um plantão. Como era o único caso, chamava muito a atenção das pessoas. As professoras e os funcionários vinham ver esse ser curioso e algumas beatas militantes tentavam me convencer a mudar de ideia.

Não conseguiram me atingir com o bullying e, ao contrário, isso me radicalizou, obrigando-me a ler e estudar sobre o ateísmo e a religião. Alguns autores me mostraram que tanto o hinduísmo, o cristianismo e a religião islâmica se baseava em pregadores e/ou lutadores que realmente existiram, e que sobre a base de suas lendas logo se construíram os dogmas utilizados pelas instituições religiosas para exercer seu poder opressor, como o fez diretamente a Igreja Católica durante o feudalismo, ou por outras vias.

### **A divisão do país: peronismo ou antiperonismo; Braden ou Perón**

Esta anedota da escola ocorreu em 1954 num momento no qual o governo de Perón, que estava em conflito aberto com a igreja, tentou conciliar fazendo-lhe essa concessão de inserir o ensino religioso. Não se pode compreender a Argentina, nem nossa formação como militantes na Argentina, sem compreender o peronismo e a divisão produzida nas classes. O peronismo foi e é um movimento que atravessou grande parte da vida política

do país e de forma distorcida a luta de classes no país; e assim segue sendo.

Foi um movimento nacionalista que ganhou um grande apoio de massas graças à existência de fraturas na burguesia. Surgiu em momentos que a decadência do imperialismo inglês no pós-guerra abria caminho para a hegemonia ianque. Um setor da burguesia, parte dos latifundiários pecuaristas e a burguesia agrícola resistiam a ser um governo dependente e entregar o país aos americanos. Chocavam-se com os interesses econômicos do país imperialista do Norte. Defendiam suas exportações de carnes e grãos argentinos, querendo administrar a boa situação alcançada no país com a guerra.

O país saiu da guerra rico. Os lingotes de ouro não cabiam no tesouro e se apinhavam nos corredores do Ministério da Economia graças às exportações de carnes e cereais para a Inglaterra. Diferentemente do Brasil, a Argentina se manteve neutra na segunda guerra para que os barcos de bandeira não fossem atacados pelos navios nazistas e chegar com carne para a Inglaterra, o grande país comprador delas.

Para dominar a América Latina, os EUA necessitavam colocar a Argentina sob sua dependência. E a resistência a esse processo se expressou no movimento nacionalista construído ao redor de Perón, que em meio às disputas Inter burguesas, foi encarcerado.

Uma mobilização operária de 17 de outubro tirou o General Perón da cárcere. O caminho inevitável da disputa foram as eleições nas quais se enfrentaram Perón (que nessa oportunidade concorreu sob a bandeira do Partido Laborista de Cipriano Reyes) e a Unión Democrática, pró-imperialista, que alojava a grande maioria dos partidos burgueses. Ali se somavam o Partido Socialista e o Partido Comunista, dirigido diretamente por Moscou e fiel praticante de suas ordens que visavam assegurar a política de coexistência pacífica com os EUA.

A grande consigna que dividiu a Argentina foi “Braden ou Pe-

rón” e o povo ganhou com Perón. Vale lembrar que o sr. Braden era o embaixador dos EUA na Argentina e era quem comandava a Union Democrática. Para enfrentar o ambicioso imperialismo ianque, de forma análoga ao que Nasser fez no Egito e Lázaro Cárdenas no México, o governo de Perón fez concessões aos trabalhadores. Estes e outros governos foram chamados por Trotsky de *bonapartistas sui generis*. Eram bonapartistas porque se colocavam acima das classes; e eram *sui generis* porque a forma de sustentar-se no poder ocorria fazendo concessões ao movimento operário para ter uma base social de chantagem e poder de mobilização.

Perón fez importantes concessões ao movimento operário e em especial à sua organização sindical. A guerra fez com que se desenvolvessem no país importantes indústrias antes controladas pelos ingleses, além de uma grande indústria frigorífica. A classe operária argentina era potente. Uma grande parte estava formada pela imigração do início do século. Outra parte, que cresceu no processo de industrialização com base no aumento de mão de obra (e não novas técnicas ou modos de produção), se deu com a imigração interna, a qual majoritariamente se somava ao proletariado industrial têxtil, alimentício e de confecções. Buenos Aires e arredores se encheram do que Perón denominava “cabecitas negras” do norte onde a descendência era predominantemente de origem indígena.

Nos grandes sindicatos de indústria, a legislação laboral peronista permitiu a formação do que seriam os comitês de fábricas e os corpos de delegados. Com 30 operários, a seção deveria ter um delegado que formaria o corpo de delegados que se reuniria mensalmente. Por sua vez, o corpo de delegados elegia uma comissão interna que era de fato um comitê de empresa, com local dentro da fábrica e que fazia uma reunião semanal com a patronal para discutir os problemas e reivindicações operárias. Vou voltar a falar muito deste tema, já que Luis era um espe-

cialista no trabalho de fábrica e eu me proletarizei numa delas, tendo por muitos anos me dedicado a militar na classe operária com estes riquíssimos organismos de base. Antes disso, porém, tratarei de nosso início de militância no movimento estudantil secundarista.

O golpe *gorila* de 1955 dividiu o país. A grande resistência da classe operária peronista se manteve por muitos anos. Sua derrota maior ocorre quando é reprimida e termina a ocupação do frigorífico Lisando de la Torre em 1959. Foi um golpe duro, mas não uma derrota absoluta. Os trabalhadores seguiram travando muitas batalhas nos anos posteriores. *Palabra Obrera*, que era nossa organização jogou um papel fundamental em todo este período. Meu irmão e eu conhecemos a história desde 55 a 62/63 de forma detalhada pelos cursos, uma vez que nosso ingresso tenha ocorrido em 1960.

### **Nosso debut: o “Movimiento de Acción Reformista”**

Nossa grande família composta por avós, os três irmãos e irmãs de meu pai e seu filhos eram, como toda a classe média politizada, antiperonistas. Minha mãe era a filha única de pai anarquista. Como ele morreu antes do “golpe gorila”, não ficamos sabendo de suas possíveis reações e como elas poderiam ter nos influenciado. Sendo classe média liberal por parte de pai, -como já falei-, não tínhamos nenhuma religião, ninguém ia à missa ou a ritos desse tipo. O antiperonismo era forte na classe média e, evidentemente, nos profissionais de minha família, mas muito mais fanático nas franjas oligárquicas e na alta classe média muito apegada à Igreja.

O “golpe gorila” não esmagou a classe operária e provocou muito inquietação nos setores de classe média e na juventude. O fim do bonapartismo de traços totalitários teve essa consequência de que, enquanto os operários e suas organizações eram

reprimidas, a classe média tivesse mais liberdade para opinar e fazer política. Por influência da minha tia Carmen e de seu filho Jose Luis, nós havíamos tomado bastante contato com esse setor liberal mais à esquerda, afim do socialismo e obviamente ateu. Seguíamos em família as declarações dos partidos políticos e as posições dos diferentes partidos, os quais haviam formado uma junta consultiva, que evidentemente incluía os socialistas e o partido comunista. Os excluídos eram os peronistas.

Nesse ambiente começamos a nos politizar. E incorporamos duas fontes novas que nos foram distanciando das ideias mais democrático-liberais. Meu irmão frequentava religiosamente ao cabeleireiro Felipe Ripa, um socialista ortodoxo, afeito ao programa socialista, que tinha formação marxista das boas épocas da II Internacional e as primeiras do socialismo na Argentina. Enquanto cortava o cabelo de meu irmão, falava e lhe emprestava algum livro. Talvez o primeiro tenha sido o “Do Socialismo Utópico ao Científico”. A outra influência vinha de uma padaria perto de casa. Ali trabalhava Coco Riera, um anarquista como tantos outros existentes nos sindicatos de panificações. Ele era muito classista e contava as histórias de sua categoria. Nos explicava por que uma sobremesa em forma de bola, ainda hoje feita nas as padarias, se chamava “bola de fraile”, assemelhando-se bastante com os “ovos” genitais dos padres. Outra sobremesa em formato mais alargada tinha o nome oficial de “vigilante”, em alusão à polícia e seu cassetete.

Nós vivíamos num quarto independente nos fundos de minha casa. Para chegar, era necessário atravessar uns 40 metros de terreno. Nosso portão de entrada e de saída era independente, o que permitia bastante margem de manobra noturna. Quando voltávamos de uma festa bastante alcoolizados, podíamos nos desfazermos no parque, onde aproveitávamos também para realizar uma de nossas necessidades fisiológicas.

Nesse quarto, tínhamos um escritório onde meu irmão lia

e fazia resumos dos livros que ia lendo. O *Anti-Düring* era nosso livro preferido e nós ríamos lendo como Engels arrebatava de argumentos ao famoso professor Düring, cuja vida deve ter servido apenas para ser o saco de pancadas de Engels. Na parede do quarto tínhamos um ditado de um socialista utópico argentino que dizia: “agora ou nunca, amanhã é a mentira piedosa com que se enganam as vontades mórbidas”.

Assim como ocorria com nós dois, nos colégios foram se formando jovens inquietos, ávidos por aprender e se introduzir na prática política. Logo, foram sendo criadas em nossa cidade as condições para que, partir de alguns estudantes do quinto ano, surgisse o Movimiento de Acción Reformista (MAR). Era uma organização estudantil independente que com o empenho de todos conseguiu um local ao lado da União Ferroviária em frente à estação de trens. O MAR tinha seu estatuto e programa. Vale dizer que o “Reformista” na sigla não tem nada a ver com que habitualmente chamamos de “reformista”. Éramos reformistas porque nos considerávamos continuadores do movimento de reforma universitária nascido em 1918 na Universidade de Córdoba e que se estendeu por toda a América Latina. Começamos a compreender que foi um movimento em consequência das repercussões da revolução russa, tendo conseguido derrubar a velha Universidade elitista, autoritária, hierárquica e clerical que dominava a Argentina. A nossa referência era o “Insurrexis”, um grupo marxista que queria uma revolução mais radical da educação e do sistema, sendo portanto, mais antissistêmicos.

O MAR chegou a tirar um jornal que vendíamos nas casas e com o qual pretendíamos ir à porta da fábrica têxtil de nossa cidade, ainda que aí não tivéssemos muita entrada. No primeiro piquete, não tivemos nada. Com o tempo e a partir do Palabra Obrera, conseguimos abrimos trabalho.

No MAR, eu era um militante mais de base, meu irmão já era um quadro importante quando cursava o quarto grau e aí es-

tavam os dirigentes do quinto ano que eram os mais avançados. Depois de intensos debates, votamos o programa com o qual nos apresentaríamos na escola. Não me recordo de todos os dez pontos. Os mais de ruptura e dos quais éramos muito entusiastas incluíam a autodisciplina estudantil, nada de zeladores e a autoavaliação das provas pelos próprios alunos. Evidentemente, na linha de frente das nossas demandas estavam o ensino laico, a defesa da educação pública gratuita e a unidade operário-estudantil.

Os dois mais dirigentes, Zambo Lombardi e José Napolitano, tinham acesso à publicação no jornal diário do povo.. E aí começaram a escrever notas sobre marxismo, materialismo histórico e dialético e a luta de classes. Nos aproximávamos cada vez mais do marxismo e nos separávamos do anarquismo. Meu pai não nos deixava de incentivar a construção do MAR até o dia em que começou a tomar distância quando as declarações deixaram de ser tão teóricas e se tornaram de apoio às lutas operárias, ou seja, à resistência operária peronista. Um dia, numa caminhonete com autofalantes, as 62 organizações peronistas se puseram a saudar na porta do colégio o apoio que o MAR estava dando a suas lutas. Aí com meu pai a coisa foi se tornando ruim, mas não chegou a se tornar péssima. O conflito familiar começaria anos depois quando entramos de cabeça na militância do *Palabra Obrera* e junto aos trabalhadores.

### **O batismo de fogo: as mobilizações em defesa do ensino laico**

O peronismo estava proscrito, mas o regime não conseguia parar a resistência dos trabalhadores. O velho partido radical que representava a classe média era o apoio mais forte que tinha. Mas nada estava estático e fácil para a burguesia governar. Esta foi a maneira como surgiu uma nova expressão do radicalismo que parecia mais popular e moderna dentro do velho partido radical



antiperonista. A direção era de Arturo Frondizi que rompia bastante com a ortodoxia de partido ligado ao campesinato médio e à classe média urbana. Falava da nacionalização do petróleo. O frondizismo começou a colar na juventude e começou a ficar mais forte nas universidades. Alguns dos jovens que haviam passado pelo MAR, quando foram estudar na Universidade de la Plata, começavam a se encantar. O movimento canalizava uma corrente de classe média que não tinha nenhuma origem gorila antiperonista e que empalmava com o sentimento anti-imperialista.

A direção de Palabra Obrera já havia posto os olhos nesta radicalização que se dava por dentro do frondizismo e começou a seguir e trabalhar sobre esta radicalização. Como resultado, quando o frondizismo foi deixando de lado suas promessas e subiu ao poder, Palabra Obrera terminou conquistando a direção da Federación de Estudiantes de la Plata (FULP), o segundo centro de estudos depois da FUBA e aonde vinham também a estudar muitos latino-americanos. Entre eles, veio a estudar Agronomia Hugo Blanco, que depois foi líder camponês da Reforma Agrária em Cusco.

Aqui vale fazer um primeiro aparte. Nossa corrente chamada morenista em todo o seu transcurso militante sempre tentou estudar os novos processos políticos em sua dinâmica com a hipótese que dentro deles poderia haver um processo de radicalização que avançasse para nossas posições. Isso aconteceu primeiro com a vanguarda operária peronista, depois com esse setor dos estudantes que haviam se somado ao frondizismo e vários anos depois com outra poderosa corrente que ganhamos do Partido Democrata Cristão em 1965.

As ilusões com Frondizi (apoiado nas eleições por Perón), duraram pouco. O ponto de inflexão foi a privatização do ensino. A Igreja golpista e “gorila” reclamava que as universidades privadas, muito minoritárias, pudessem dar os diplomas de gradua-

ção sem passar por nenhum trâmite ou exame pela universidade pública como era até então e que limitava muito sua expansão.

O ministro da Educação Dell Oro Maine lançou este plano de “liberdade de ensino” para favorecer as instituições privadas e avançar sobre as públicas. Isso fez com que o país se dividisse e, desta vez, não foi peronismo e antiperonismo, mas ensino laico ou ensino livre privado.

Esta era a segunda grande ofensiva da Igreja depois de ter tirado Perón. Em minha cidade, a polarização foi notável. Toda a ofensiva clerical era dirigida pelo Monsenhor Derisi, sua família e os setores de direita da cidade. Faziam campanha e atacavam meus pais, chamando-os de “comunistas”, porque não eram católicos e não iam à missa. Já conhecemos as mentiras em que vive historicamente a Igreja, mas neste caso eram muito desmedidas já que meu pai era um democrata e ademais um admirador dos EUA, onde havia estudado e feito o mestrado. De nosso lado, se localizavam as famílias de profissionais relacionados à ciência e todos aqueles que passaram pela universidade pública.

Foi nesse processo que o MAR entrou em ação na defesa da educação laica e se pôs à frente da mobilização. Na ampla garagem de minha casa se começaram a fazer as reuniões que agrupavam os ativistas dos quatro colégios públicos: Nacional, Comercial que funcionavam no mesmo edifício, o Liceu Normal preferentemente com estudantes mulheres que terminavam se graduando como professoras e o Colégio Industrial ou Técnico.

As reuniões eram muito participativas. Meu irmão era o principal dirigente no colégio nacional eu estava no terceiro do Comercial (meus pais haviam me mandado estudar ali pensando que como era um pouco vago não estudaria na Universidade). Às reuniões de garagem foram se somando as meninas do colégio normal que sem ser um colégio de senhoritas era majoritariamente feminino, já que era onde se graduavam as professoras.

O mais rico desse processo ocorreu quando se somaram os

estudantes do colégio industrial, lugar em que estudavam a garotada de origem operária. A incorporação deles foi decisiva para fortalecer o processo. O “turco” Saad era o dirigente e atrás dele havia uma coluna de quadros muito forte. Era muito popular porque sendo muito jovem era o melhor goleiro de futebol que havia em Pergamino, defendendo o time das Comunicações. Tinha total hegemonia dentro da escola. No Nacional de meu irmão, havia mais luta e disputas. Era o centro político da juventude e o maior edifício da cidade. No centro, à beira da praça principal, estava o colégio privado de propriedade da Igreja, o qual se chamava Colégio del Huerto.

Na agitação anterior à mobilização meu irmão conseguiu ter maioria no Nacional, enquanto que no Industrial o “turco” Saad dirigia hegemonicamente. Nós dizíamos que ali estava o soviete porque todos os delegados de aula estavam conosco. O comercial era mais difícil e no normal havia uma maioria pró-lai-ca. Começaram as mobilizações e a luta política. À noite nós nos dedicávamos a sair a pintar pelo centro e pelos bairros da cidade. O “gordo” Cipolla do industrial e eu éramos os responsáveis por roubar a pintura branca dos poços de cal das obras. Uma vez eu estava com Cipolla fazendo essa operação, quando o balde nos começou a tirar para dentro do poço de cal viva. Cipolla dizia que pelo efeito físico de Magdeburg. O concreto era que o balde cheio nos levava para dentro até que vencemos e chegamos com um suculento balde com pintura super-branca. Com o pó vermelho se fazia a tinta. Num desses dias tivemos uma jornada memorável. Estávamos nos organizando para pintar a praça principal quando por uma esquina aparece um piquete “de la libre” que também havia saído para pintar. A batalha no meio da praça foi violentíssima, choviam os baldes de pintura e os pincéis, enquanto eu e o “gordo” Cipolla íamos alvejando as paredes. O turco “Saad”, que tinha uma letra de arquiteto, pintava as consignas. Discutíamos uma a uma. A que mais destacamos foi a de “abaixo o clericalis-

mo” e “ensino laico”. Subimos o tom anticlerical com um “Fora o ensino religioso das escolas!”. Escrevíamos a consigna e nos dedicávamos a elogiá-la e comentá-la quando apareceu um carro de assalto comandado pelo inspetor Cejas da Polícia Política. Éramos cerca de dez pessoas levadas à delegacia mais próxima. A acusação contra nós era a de profanar edifícios religiosos; nós contestávamos que era uma parede de uma escola como outra qualquer. Não sabíamos se a acusação de profanação era certa, mas o que reclamávamos é que éramos menores que não podíamos passar a noite em cana. Pela manhã, nos soltaram quando os operários do Huerto já estavam limpando as paredes.

A mobilização e uma marcha de mil quinhentos estudantes que fizemos na cidade tinham o objetivo de preparar a ocupação das escolas. O operativo no Industrial foi um passeio. Já no Nacional, conseguimos a cumplicidade de um dos porteiros noturnos para entrar. Nessa leva, se somaram os ativistas do Comercial. O grande objetivo era ocupar também o colégio das mulheres do Normal. Tudo ali era mais difícil, porque a diretora, mais espertam havia fechada a única porta de entrada com chave sob sua custódia. Enquanto meu irmão planejava e fazia brigadas para ir visitar os povos vizinhos e estender a ocupação, me ocorreu a heroica ideia de entrar pela claraboia do teto que estava no banheiro descendo por uma corda. Depois ia abrir a porta da escola para que entrem as companheiras que deveriam se esconder nos arredores. Evidentemente, que eu queria aparecer o herói da ocupação frente às meninas, mas meu irmão e o “turco” me atacaram por aventureiro, proibindo o operativo que eu tinha montado em meu imaginário. Para me convencer falaram que eu já tinha feito o bastante como encarregado do grupo de defesa do Nacional.

Fazer uma ocupação é um salto qualitativo na vida militante. Significa uma ruptura e revolução contra uma instituição do estado onde estudamos e onde nos eram impostas suas regras. É

um momento excepcional de organização coletiva e de liberdade coletiva. Significa se apoderar de uma instituição para exercer o poder dentro dela: a organização da limpeza, da comida e da defesa. Estávamos numa militância coletiva que mudava nossas vidas. Estávamos orgulhosos e fortes. Mandamos uma delegação para Buenos Aires com nossa faixa a manifestação em que participaram 200 mil pessoas. Marchou-se do Congresso até a Plaza de Mayo. As 62 organizações sindicais peronistas se somaram à marcha e, obviamente, *Palabra Obrera* também. A unidade operário-estudantil, palavra de ordem principal do MAR, fazia-se concreta.

A igreja e a burguesia contra-atacaram com uma mobilização menor. Entretanto, os meses de luta levaram o governo a ceder em alguns pontos, ainda que não nos essenciais. Nós mantivemos a ocupação em nossa cidade por quase um mês. Num desses dias chegou um estudante de arquitetura de la Plata que já era de *Palabra Obrera*. De maior nível que nós, começou a nos convencer que o importante agora passava a ser a organização das federações de estudantes e que deveríamos pensar em ser parte de uma organização política. Na garagem de minha casa foi feita a última reunião onde se votou o levantamento da ocupação. Salvo algumas companheiras do normal e eu, todos os militantes, entre eles meu irmão, votaram corretamente pelo levantamento.

De toda forma, decidimos fazer uma grande resistência para entregar a escola. Para nos desalojar trouxeram corpo de bombeiros de várias cidades que rodearam o colégio. Eu com outros dois aventureiros decidimos resistir, nos escondendo na caixa d'água da escola para o qual tivemos que deixar nossas roupas do lado de fora. Recordo da água tremendo e que quase dava para nadar. Estávamos nessa, quando os bombeiros chegaram com as escadas para fazer o operativo de desocupação. A escola estava rodeada de gente que assistia ao operativo e nós saímos dali como heróis. A reitora era a uma mulher volumosa chamada

Miquelares Nos fuzilou com seu olhar, o que me deixou pensando no grande feito que havia sido vencer por bastante tempo sua autoridade.

Esta mobilização e as ocupações foram históricas para nossa formação militante. Foram uma matriz na qual se forjou uma camada de novos militantes que pensavam por si mesmos e que rompiam com a dicotomia colocada na sociedade entre “antiperonismo ou peronismo”. Como resultado, a maioria ingressou no *Palabra Obrera*, organização com a qual se encarava uma nova etapa de militância e de vida.

Os últimos meses no movimento estudantil desse ano estiveram dedicados a tentar formar a Federação Bonarense de Estudantes Secundaristas. O prestígio da atividade do MAR em Pergamino havia se propagado para outras cidades. Meu irmão viajava para San Nicolas (onde captou Gorriaran Melo, que depois foi um dos chefes do ERP), para Junín, Rojas.... Começamos a mandar cartas para todos os centros estudantis da província para construir a federação provincial. Nesse intercâmbio nos demos conta de que o PC estava se intrometendo para controlar a construção da Federação. Nós já havíamos mostrado nossas diferenças com eles e por isso mesmo não nos entregamos a seu aparato burocrático e deixamos morrer o projeto.

### **Com os trabalhadores e Palabra Obrera**

Meu irmão Luis foi estudar advocacia em Rosário. Eu iria no ano seguinte estudar Agronomia em Buenos Aires. O ingresso de meu irmão e do turco Saad, que também havia partido para Rosário no *Palabra Obrera* se fez muito rápido. A vida de Luis na faculdade foi muito curta; em poucos meses estavam organizando a *Palabra Obrera* nas zonas industriais.

Meu irmão rapidamente se fez um especialista no trabalho no movimento operário. Sua forma de abordar um diálogo com os

trabalhadores e sua capacidade militante ganha no movimento estudantil foram suas virtudes. “Atendia’ a Siderurgia Acindar localizada em Villa Constitución que deu muito o que falar para a família Pujals. Era a siderurgia mais importante da Argentina. Ele havia ganhado um dirigente da seção de matrizes de sobrenome Ferreira. O gordo Ferreira, como era seu apodo, passava cerca de cem exemplares de *Palabra Obrera* numa seção de 200 companheiros. Nahuel Moreno, nosso dirigente de *Palabra Obrera*, reconhecia este mérito, mas dizia que talvez tinha que passar menos porque muitos o compravam pelo prestígio de Ferreira e não por convicção..

A história dos Pujals e Acindar teve vários capítulos. Um tio de segundo grau nosso (primo de meu pai) era o gerente da fábrica e mão direita da família Azevedo que era dona da mesma. Era uma fábrica grande para os padrões argentinos, com cerca de 5000 operários. Um dia enquanto meu irmão panfletava na porta chegou seu tio no carro questionando o que ele estava fazendo ali. Meu irmão com 23 anos não ficou calado: “venho fazer o oposto do que você vem fazer aqui”. Esta foi a primeira história familiar de Acindar que teve outros capítulos com a ocupação de fábrica de 1974 e, posteriormente, com a grande greve de março de 1975.

Luis era muito magro e por isso não passava nos exames para entrar na fábrica. Nunca trabalhou fisicamente proletariado, mas era um especialista de nível com o movimento operário a partir do que aprendeu com o gordo Ferreira. Caía como um anel no dedo porque transmitia uma imagem muito séria, de muita vontade, transparência, modéstia e ao mesmo tempo inteligência. Desde fora captou toda a comissão interna da fábrica de tratores John Deere e atendia muitos outros trabalhos.

Por essa época eu estava no segundo ano de Agronomia. Em Buenos Aires, *Palabra Obrera* fora dizimada com a derrota da resistência. *Palabra Obrera* tinha jogado um papel protagonista,

de linha de frente, na resistência. Em 1954, nosso dirigente era Nahuel Moreno, A primeira organização que criou foi o GOM (Grupo Obrero Marxista) em 1943. Moreno e seu grupo haviam entrado em 1954 no Partido Socialista da Revolução Nacional de Dickman que era a única organização socialista que defendia a frente única com o peronismo contra o socialismo. O GOM, organização dirigida por Moreno, havia tido até 1947 uma posição sectária sobre o peronismo. Depois disso, corrigiu seu rumo e passou a dirigir a Federação Bonaerense com peso na zona industrial de Avellaneda, Berisso, e Bahía Blanca. Importantes dirigentes operários, como o Secretário Regional da CGT de Bahía Blanca estavam em suas fileiras.

Nossa organização foi a que teve o mérito de caracterizar que se vinha um golpe do imperialismo apoiado na Igreja. E levava esta denúncia agitativa a todas as organizações operárias peronistas. Alertava de que a CGT tinha que organizar milícias para parar o golpe. Em junho, se dá a primeira tentativa de golpe. O povo sem armas se concentra na Plaza de Mayo para rechaçar os aviões da marinha que bombardeiam a população. Esta primeira tentativa fracassa, mas três meses depois ocorreria o golpe. As condições do mesmo foram criadas por uma massiva concentração da Igreja no Corpus Christi sob o lema de Cristo Rei.

Perón não responde aos chamados de armas que pediam os sindicatos. Dizia “esta partida só jogo eu sozinho” e terminou deportado numa canhoneira para o Paraguai de onde partiria ao exílio na Espanha. Apesar da capitulação de Perón, a resistência foi muito forte. Por alguns dias, Rosário foi tomada pelos sindicatos. Nossa corrente se jogou com tudo, inclusive convocou a greve geral durante a paralisação de 17 de outubro, dia no qual se faziam as mobilizações peronistas.

O prestígio de nossa organização foi crescendo durante esses anos de resistência; *Palabra Obrera* fazia parte da resistência dos trabalhadores peronistas como parte das 62 Organizações Ope-



rárias Peronistas formadas pelos sindicatos na luta contra a ditadura. Nos dizíamos peronistas, ou seja, praticávamos o entrismo. O prestígio de *Palabra Obrera* chegou a ser muito grande. “Vasco” Bengochea, que era o diretor do jornal, participava da mesa das plenárias da organização. A tiragem de alguns números de *Palabra Obrera* foi de 50 000 exemplares. Uma cadeia de rádio das mais importantes dos EUA veio à Argentina a seguir a situação. Fiz três entrevistas ao movimento dos trabalhadores e uma delas foi a Bengochea. A lista Verde Metalúrgica na qual participava Daniel Pereyra que era o dirigente da Siam, era uma potência que disputava com a burocracia. A organização trotskista *Palabra Obrera* tinha muitos dirigentes e ativistas operários que continuava a tradição iniciada pelo GOM (Grupo Obrero Marxista), fundado em 1943, deixou o “trotskismo de café” para militar nos frigoríficos de Avellaneda e ir viver no bairro prole de Cruceitas.

A entrada minha e de Luis na *Palabra Obrera* ocorreu depois da derrota do frigorífico Lisandro de la Torre em janeiro de 1959. A onda de mobilizações havia baixado, mas de alguma maneira existia. Em 1962, o governo permite eleições a governadores levantando a proscrição ao peronismo. Na província de Buenos Aires ganha Flamini, um dirigente do sindicato dos têxteis que seguia uma linha à esquerda dentro do peronismo. Em Tucumán, *Palabra Obrera* estimulou a participação da lista de deputados operários da FOTIA que era a combativa federação dos trabalhadores dos engenhos. Foi eleito deputado operário entre eles Leandro Fote que era membro de *Palabra Obrera* no engenho San José.

Esta tradição parecia se perder em 62-63, quando a organização se debilitava pela perda de dirigentes operários cansados de tantos anos de luta. Era muito importante mantê-la e para isso foi necessário que muitos dos militantes ganhos no ascenso estudantil de 58 tomassem o trabalho operário. Meu irmão foi um dos primeiros, ainda que ele não tenha entrado na fábrica.

Houve uma camada de uns dez militantes, entre os quais eu me encontrava, que seguimos nesse caminho. Tive a sorte de poder entrar na fábrica Pirelli La Rosa onde se fabricavam os cabos de alta tensão e os fios telefônicos. Minha seção tinha aproximadamente 500 operários, uma parte majoritária de mulheres para fazer os fios de telefone e outra onde eu estava em que se faziam os cabos de alta tensão. A adaptação foi difícil, mas a assimilação muito grande. Aprendi a entender a classe operária, sua forma de pensar, seu instinto de classe e de ação coletiva. Um estudante pequeno-burguês foi descobrindo o pensamento concreto dos operários, suas necessidades imediatas e sua forma de pensar para resolvê-las. Aprendi a me relacionar com elas a fim compartilhar o caminho da luta e dar passos políticos junto com eles. E nessa também cometi muitos erros.

A superação da contradição entre uma vida militante mas sem exploração e a vida do explorado é muito grande. Como pequeno burguês que era, eu ficava chocado com o ambiente proletário, mas pouco a pouco fui superando as contradições existentes. A maior delas foi no terreno familiar. Meus pais jamais compreenderam a minha decisão de deixar a carreira de agronomia para ir a fábrica. A família tinha sido para Luis e eu um lugar de liberdade, na medida em que não chocássemos com os desejos dos meus pais de nos ver graduados e profissionalizados como eles. Quando tomamos a opção de vida militante, o choque foi muito grande. O instinto e desejo de possessão sobre o futuro dos filhos é o aspecto mais ruim da família patriarcal e, no nosso caso, foi muito gritante. Assim que o choque de intenções se produz, vem uma grande crise. No meu caso, me vi obrigado a romper com minha família por mais de um ano até que meu pai veio me encontrar em um bar bem proletário para tentar fazer as pazes comigo.

Conheci em minha própria carne o que é um corpo de delegados e uma comissão interna, além da importância que esta or-

ganização tem para os trabalhadores. O exemplo mais simples de uma espécie de embrião de duplo poder está definido na seguinte questão: a quem se deve obedecer quando se é dada uma ordem? Logicamente que é ao capataz, mas se este te manda a uma tarefa que foge das regras de trabalho, quem decide se é preciso ou não fazê-la é o delegado de seção. Sempre o consultávamos para saber o que tínhamos que fazer ou deixar de fazer.

Na Pirelli, onde trabalhavam muitos imigrantes italianos, alguns anos antes que eu entrasse, o líder se chamava Setembrino, muito recordado pelos operários mais velhos. Quando uma onda de ocupações de fábrica estourou no país durante os anos 1950, a Pirelli foi ocupada pelos trabalhadores. Durante a ocupação se decidiu colocá-la em funcionamento sem chefes, capatazes ou diretores. Tudo era decidido pelo corpo de delegados e pela Comissão Interna que presidia Setembrino. Sucedeu que num menor tempo de produção aumentou a qualidade dos produtos. A coisa chegou a tal ponto que o diretório italiano da empresa propôs a Setembrino que este deixasse sua classe e sua organização, passando a ser o diretor. Obviamente não aceitou. Pirelli foi um grande exemplo da capacidade dos trabalhadores e o que seria da produção se não fosse propriedade dos capitalistas para a acumulação de seus lucros.

Creio que aquilo que aprendi nesses anos de operário e delegado de fábrica foram fundamentais para minha formação militante, tendo jamais abandonado suas lições. Creio também que o mesmo se sucedeu no caso do meu irmão, apesar do caminho diferente pelo qual ele optou.

### **O impacto da revolução cubana**

Enquanto nós aprendíamos e nos fortalecíamos na militância revolucionária no movimento operário, um grande acontecimento sacudia a América Latina. O movimento 26 de Julho dirigido

por Fidel e Che tomavam o poder em Cuba. Depois de um ou dois anos de transição, veio a invasão ianque na baía dos Porcos e Cuba tomou o caminho de expropriar os grandes engenhos em mãos de interesses imperialistas, iniciando o caminho em direção ao estado operário. A revolução cubana nos tocou forte e abriu outro horizonte para a luta contra o imperialismo em nosso continente. Nós da *Palabra Obrera* e a organização trotskista latino-americana da qual fazíamos parte, denominada Secretariado Latino Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO), integramos este processo que mudava a situação latino-americana.

A revolução cubana foi iniciada pela luta de um movimento popular democrático que tinha à sua frente Fidel Castro. Ganhou força quando o grupo de guerrilheiros vindos do México invadiu a ilha e iniciou um processo de revolução agrária apoiado nos camponeses pobres. O poder foi tomado por este processo de mobilização, o qual foi infligindo derrotas e mais derrotas ao exército de Fulgêncio Batista, em combinação uma insurreição popular cujo desfecho foi a queda do velho regime e do exército, ou seja, todo o poder de Batista.

A vanguarda e a esquerda latino-americanas foram sacudidas por este processo. As teorias “etapistas” ou pacifistas dos partidos comunistas e socialistas foram derrotadas, e a revolução tomou um novo horizonte. Uma nova etapa abriu-se na América Latina a partir do triunfo da revolução cubana. Na Argentina, abriu-se um novo caminho tanto para a vanguarda revolucionária que havia se incubado na resistência peronista quanto para a vanguarda que havia surgido com a “laica o libre” nas ocupações dos colégios e universidades: a revolução socialista como um feito possível, a tomada do poder como uma tarefa realizável.

Ali também começaram os problemas. Para uma parte dela, parecia que acontecer a revolução somente se tratava de copiar o esquema que possibilitara o triunfo em Cuba. E não era assim. Numerosos contingentes que quiseram fazer isso desta maneira

no início dos anos 1960 fracassava, como nos casos das guerrilhas de Uturunco em Tucumán e Masseti em Salta. E o mesmo se sucedia em outros países.

A revolução era possível, mas o esquema não podia simplesmente ser copiado; era necessário responder às condições objetivas em cada país. Assim entendemos junto com Luis nestes primeiros anos posteriores ao triunfo de Che e Fidel. Vivemos juntos a luta camponesa de Hugo Blanco. Estudante platense e depois operário do setor de carnes, Hugo se deslocou ao Peru para responder a esta nova situação. Os fatos o levaram a Cuzco, onde por sua condição de cuzquenho que dominava o quéchua começou a dirigir o sindicato dos camponeses. Começaram as greves camponesas contra os *gamonales* e o despejo destes. No Valle de Lares y La Convención, a consigna de “Terra ou Morte! Venceremos!” ganhou força. A reforma agrária se expandia sob as milícias camponesas que iam se formando. Esta mobilização revolucionária agrária apontava um caminho para todos os camponeses peruanos. A necessidade de dotar este movimento de um apoio logístico e de armamento era evidente.

Para tentar levar adiante esta tarefa, vários militantes de *Palabra Obrera*, encabeçados por Vasco Bengochea, se transferiram para Cuba. À ilha chegavam militantes de todos os lados para fazer instrução na luta guerrilheira. William Cook, um peronista marxista com o qual *Palabra Obrera* tinha relações fazia os contatos e organizava os grupos que iam da Argentina. A linha discutida pela direção de *Palabra Obrera*, com a intenção não de ir para fazer uma instrução meramente militar, mas para convencer Fidel e Che da necessidade de apoiar Hugo Blanco. O próprio Moreno, em 1962, viajou para Punta del Este no intuito de conversar com Che, quando este participava de uma reunião da OEA. Ele tentou mostrar a Che que o importante nesse momento era opor-se ao golpe pró-ianque no Brasil e apoiar o “movimento da legalidade” de Brizola. Nos dois lados, tanto em Cuba como no

Uruguai, fomos pouco escutados. E em Cuba, Bengochea terminou convencido de que em vez de ir apoiar o Peru, era necessário fazer a guerrilha na Argentina.

Ao voltar Bengochea para o velho local de *Palabra Obrera* de Paseo Colón, foi realizada uma plenária onde se polemizou duramente com Vasco. Luis e sua companheira Susana estiveram presentes, e todos nós fomos convencidos da necessidade de manter nossa estratégia junto ao movimento operário. Pouco tempo depois, Vasco apresentava uma renúncia amigável à *Palabra Obrera* e um ano depois sofria sua trágica morte, quando no edifício da rua Posadas uma série de explosivos que estavam sendo preparados explodiu e derrubou todo o edifício.

No entanto, a pressão por pegar as armas e fazer a revolução seguiu se fortalecendo. *Palabra Obrera* que continuava tendo presença forte nos engenhos tucumanos começou um trabalho conjunto com a FRIP (Frente de Resistência Indo americano e Popular) dos irmãos Santucho. As conversas foram progredindo e audaciosamente se propôs a unificação para se formar o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores).

Meu irmão havia se fortalecido muito em Rosário. Uma camada universitária havia entrado no partido e havia ganhado também o dirigente do sindicato dos trabalhadores de eletricidade (Luz e Força). Eu havia sido despedido da Pirelli e estava desenvolvendo um trabalho muito bom entre os operários dos frigoríficos de carne de porco. Tínhamos uma boa equipe partidária e dirigíamos ao redor de cinco frigoríficos importantes. A IV Internacional havia se reunificado como resultado do triunfo da revolução cubana. Havia ficado para trás o debate provocado pela política do entrismo *sui generis* nos partidos comunistas proposta por Pablo.

Mas as dificuldades de manter um caminho de luta de classes em meio à pressão do guerrilheirismo não eram poucas. No PRT, isso começou a ser forte por parte do grupo de Santucho e uma

situação similar se dava na IV. Esta pressão levou à divisão do PRT. Com o nome *El Combatiente* ficaram ao lado de Santucho aqueles que queriam iniciar já a luta armada. Em *La Verdad*, o grupo mais afim a Moreno, defendíamos a estratégia desenhada pela III e IV Internacionais em que se destacava a construção do partido na luta de classes como caminho para a tomada do poder.

Confesso que fiquei surpreso quando meu irmão tomou o caminho de Santucho. Tudo o que havíamos feito junto, sua prática militante da qual aprendi tantas coisas caíram por terra; era difícil de compreender este giro. Ainda que houvesse algo de Luis que justificasse isso... Sua vida era pura entrega, nada mais que entrega, a uma causa. Muitos dos que se foram com o ERP terminaram como diletantes falando de luta armada, mas sem atirar nem uma só bala. Por isso, reconheço o grande mérito de meu irmão de não pensar assim, de ter uma conduta consequente e mantê-la até que o mataram.

Também reconheço em meu irmão outro importante mérito. O IX Congresso da IV Internacional reconheceu como seção oficial na Argentina o ERP, apostando com eles na luta armada como política. Mas Santucho e todo o seu grupo com o qual nos unificamos em 1966 nunca se convenceram do trotskismo. Creio firmemente que Santucho e sua equipe usaram a IV e o PRT para ganhar grandes militantes, tais como Luis Pujals e o índio Bonet, para sua política de luta armada. Sempre estiveram longe do trotskismo e da tradição formada por seus militantes na luta de classe.

Depois da dolorosa ruptura, eu seguia de longe a atividade de meu irmão. Mas o seguia, não a ignorava. Gostei muito de ler num dos jornais do ERP um artigo assinado por ele no qual fazia uma clara diferenciação entre os organismos sindicais e o partido. Nesta diferenciação, ele se referia com muito respeito ao classismo e aos dirigentes sindicais, falando da paciência necessária para se trabalhar com eles. Muito diferente da política de

Santucho que percorria a casa dos dirigentes fabris do Cordobazo para lhes dizer que largassem a fábrica e pegassem em armas. O dirigente do Sitrac Sitram (sindicato da Fiat) Francisco Páez nos contou pessoalmente desse encontro, e como depois do mesmo decidiu aparecer em nosso local de Córdoba.

O *PRT El Combatiente* não tinha unidade programática. No ERP surgiram três frações que apareceram claras posteriormente, mas que no Congresso de 1971 presidido por meu irmão já estavam presentes. A ala castrista de Santucho denominada ERP Combatiente; o ERP – 22 de Agosto que se inclinava para o peronismo de esquerda/montoneros; e o ERP Rojo onde estavam os militantes internacionalistas que permaneceram na IV Internacional. Meu irmão era um deles. Na última vez em que estive com ele, lhe falei muito do trotskismo. Eu não parava falar para não ter que escutar contradições que nos obrigassem a uma discussão e ele me afirmava positivamente o que eu lhe dizia. Outra vez, nos encontramos, os dois e Baxter (um membro do ERP que havia se radicalizado do grupo nacionalista Tacaura ao trotskismo e que morrera num avião quando viajava para uma reunião da IV Internacional). Depois dessa oportunidade, nunca mais vi Luis. Poderíamos ter nos encontrado no aniversário de minha irmã em 17 de setembro, mas nesse dia ele foi sequestrado. Não o vi mais, porém estou convencido de que seu corpo aguentou até o final a tortura, abraçado à bandeira sem manchas da IV Internacional.

\*\*\*

As histórias de meu entusiasmo continuam e seguirão sendo escritas neste espaço. Mas não posso deixar de concluir esta parte sem me retornar ao presente e à luta atual pelo socialismo. Luis e eu sempre fomos dois internacionalistas, e consequentemente da IV Internacional. Nossa organização teve muitas crises



e divisões. Não vou entrar aqui nessa história de encontros e desencontros. Mas não posso deixar de relatar uma anedota significativa que quero aqui socializar. Com Roberto Robaina, Tito Prado e os companheiros do MST/Argentina nos demos conta de que a tarefa de reagrupar os internacionalistas passava por nos reunificarmos ingressando na IV Internacional – Secretariado Unificado. Em 2012 ou 13, fizemos um protocolo com o mais importante dirigente da IV à ocasião, Olivier Sabado, com o qual eu tinha relação, com vistas a formalizar o nosso ingresso, algo que demorou um tempo até sermos aceitos como membros-simpatizantes no último Congresso Mundial. Nesse congresso, tivemos uma reunião com Michael Löwy, a companheira Alda Sauda (Bloco de Esquerda/Portugal) e outro militante mexicano para debater as condições de nossa incorporação. A reunião foi positiva, embora pensamos que colocavam muitos reparos em relação a nós por conta de outros membros da IV no Brasil, cujo seção se dividiu em quatro frações com muitas diferenças políticas entre elas. Mas, enfim, abriu-se um pouco a porta para a reunificação com os velhos camaradas com quem estivemos juntos durante muito tempo. Eu saí da reunião emocionado, sobre tudo pelo reencontro com Michael Löwy que eu conheci muito tempo atrás, principalmente por estar de novo junto com os camaradas que queriam e respeitavam muito meu irmão. De alguma maneira, trata-se de um reencontro com nossa querida militância conjunta de muitos anos.

# **Pandemia de coronavírus: primeiras análises**

## Em um ano de peste<sup>1</sup>

Mike Davis<sup>2</sup>

Enquanto o coronavírus se espalha rapidamente pelo mundo, ultrapassando nossa capacidade de testes e, sobretudo, de tratamento, o monstro que há muito tempo se antecipava está finalmente a nossa porta. Com o capitalismo global tão impotente para enfrentar essa crise biológica, nossas demandas devem ser por uma infraestrutura internacional de saúde pública apropriada.

Coronavírus é aquele velho filme a que nós estamos sempre assistindo desde que o livro de Richard Preston *The Hot Zone*, de 1994, nos introduziu ao demônio da exterminação, nascido em uma misteriosa caverna de morcegos na África Central, conhecido como ebola. É apenas o primeiro de uma sucessão de novas doenças surgidas no “campo virgem” (esse é o termo adequado) dos inexperientes sistemas imunológicos da humanidade. O ebola foi logo sucedido pela gripe aviária, que atacou os humanos em 1997, e a SARS que emergiu no final de 2002: nos dois casos ele apareceu primeiro em Guandong, o centro manufatureiro global.

Hollywood, é claro, abraçou lascivamente esses surtos e produziu uma série de filmes para nos excitar e assustar (*Contágio*, de Steven Soderbergs, lançado em 2011, se destaca por sua acuidade científica e estranha antecipação do caos atual). Além dos filmes e dos inumeráveis romances lúgubres, centenas de livros sérios e milhares de artigos científicos responderam a cada surto, muitos deles enfatizando o terrível estado de prevenção global para detectar e responder a cada uma das novas doenças.

---

1 Tradução de Pedro Micussi. Artigo originalmente publicado no site da revista *Jacobin*, com o título *In a Plague Year*, em 14 de março de 2020.

2 É escritor e professor no departamento de *Creative Writing* na Universidade da Califórnia.

## **Caos numérico**

Então, o coronavírus passa pela porta da frente como um monstro familiar. Sequenciar o seu genoma (muito familiar a sua muito estudada irmã SARS) foi fácil, embora os mais vitais bits de informação ainda estejam faltando. Enquanto pesquisadores trabalham noite e dia para caracterizar o surto, eles encaram três enormes desafios. Primeiro, a contínua escassez de kits de teste, especialmente nos Estados Unidos e na África, impediu estimativas precisas de parâmetros fundamentais como a taxa de reprodução, o tamanho da população infectada e o número de infecções benignas. O resultado foi um caos numérico.

Segundo, assim como as gripes anuais, o vírus sofre mutações ao ser transmitido através de populações de diferente composições etárias e de condições de saúde. A variedade que os estadunidenses são mais suscetíveis de contrair já é minimamente diferente daquela do surto inicial em Wuhan. Mutações posteriores podem ser benignas ou podem alterar a atual distribuição de virulência, que agora atinge acentuadamente aqueles com mais de cinquenta anos. O “resfriado corona” de Trump é, no mínimo, um perigo mortal para o quarto da população estadunidense que é idosa, tem sistemas imunológicos fracos ou problemas respiratórios crônicos.

Terceiro, mesmo se o vírus permanecer estável e sofrer apenas pequenas mutações, seus impactos nos grupos de pessoas mais novas pode diferir radicalmente em países pobres e entre grupos de extrema pobreza. Considere a experiência global da “gripe espanhola” de 1918 e 1919, que se estima ter matado de um a dois por cento da humanidade. Nos Estados Unidos e na Europa, a H1N1 original era principalmente mortífera nos jovens adultos. Isso foi explicado inicialmente como o resultado de seus sistemas imunológicos relativamente fortes, que sobre-reagem à infecção atacando células do pulmão, o que levava a pneumonias

e choques sépticos. Mais recentemente, contudo, alguns epidemiologistas teorizaram que adultos mais velhos podem ter tido uma “memória imunitária” de um surto anterior nos anos 1890 que teria dado proteção a eles.

Em qualquer dos eventos, a gripe encontrou um nicho favorecido em campos do exército e trincheiras de batalha onde elas ceifaram a vida de dezenas de milhares de jovens soldados. Isso se tornou um fator importante na batalha dos impérios. O colapso do Grande Ofensiva Germânica, da primavera de 1918, e logo o resultado da guerra, foi atribuído ao fato dos Aliados, em oposição aos seus inimigos, terem podido reabastecer seus exércitos doentes com novas tropas estadunidenses.

Mas a gripe espanhola teve um perfil diferente em países pobres. É raramente estimado que quase sessenta por cento da mortalidade global (isto é, ao menos vinte milhões de mortes) ocorreram em Punjab, Mumbai e outras partes da Índia ocidental, onde exportações de grãos para a Grã-Bretanha e brutais práticas de requisições coincidiram com uma forte seca. O resultado foi que a escassez de alimentos levou milhões de pessoas à beira da fome. Elas se tornaram vítimas de uma sinergia sinistra entre subnutrição – que suprimiram a resposta imune à infecção – e uma desenfreada pneumonia viral e bactericida. Em um caso parecido no Irã sob ocupação britânica, muitos anos de seca, cólera e escassez de alimentos, seguidos pela difusão de um surto de malária, pré-condicionaram a morte de um quinto da população.

Essa história – especialmente as desconhecidas consequências das interações com a subnutrição e infecções existentes – deve nos alertar para o fato do COVID-19 poder tomar um caminho diferente e mais mortal nas densas e doentias favelas da África e da Ásia meridional. Com casos aparecendo agora em Lagos, Kigali, Addis Ababa e Kinshasa, ninguém sabe (e não saberá por algum tempo por conta da falta de testes) como eles vão se relacionar com as condições de saúde e doenças locais. Alguns

argumentaram que, por conta da população urbana da África ser a mais jovem do mundo, a doença pandêmica teria só um suave impacto. Sob a luz da experiência de 1918, essa é uma extrapolação tola, assim como a suposição de que pandemias, como a gripe sazonal, irão retroceder em climas mais quentes (Tom Hanks acaba de contrair o vírus na Austrália, onde ainda é verão).

### **Um Katrina médico**

Daqui a um ano, nós talvez olharemos com admiração o sucesso da China em conter a pandemia e com horror para o fracasso dos Estados Unidos. (Eu estou fazendo a suposição de que a heroica declaração da China a respeito do rápido declínio da transmissão é mais ou menos precisa). A inabilidade de nossas instituições em manter a caixa de Pandora fechada, é claro, não é uma surpresa. Desde 2000 nós vimos repetidos colapsos na linha de frente do sistema de saúde.

Tanto as temporadas de gripe de 2009 quanto a de 2018, por exemplo, superlotaram hospitais ao redor do país, expondo a chocante escassez de leitos hospitalares depois de anos de cortes que visavam ao lucro na capacidade de acolhimento de pacientes. A crise data da ofensiva corporativa que trouxe Reagan ao poder e converteu os líderes democratas em suas embocaduras neoliberais. De acordo com a *American Hospital Association*, o número de leitos hospitalares declinou extraordinários 39 por cento entre 1981 e 1999. O propósito era aumentar lucros ao aumentar o “census” (o número de leitos ocupados). Mas o objetivo administrativo de uma taxa de 90 por cento de ocupação significa que os hospitais não tinham mais capacidade de absorver o influxo de pacientes durante epidemias e emergências médicas.

No novo século, a medicina de emergência tem continuamente sido reduzida pelo setor privado pelo imperativo do “valor para o acionista” de crescimento dos lucros e dividendos a curto

termo e, no setor público, pela austeridade fiscal e pelos cortes na preparação dos orçamentos estaduais e federais. Como resultado, há apenas 45 mil leitos de UTI disponíveis para lidar com a projeção do fluxo de casos sérios e críticos de coronavírus. (Em comparação, os sul-coreanos têm disponível mais de três vezes mais leitos em relação a sua população que os estadunidenses). De acordo com uma investigação realizada pelo *USA Today*: “apenas oito estados teriam leitos hospitalares suficientes para tratar o um milhão de estadunidenses de mais de 60 anos que podem se adoecerem com a COVID-19”.

Nós estamos nos estágios iniciais de um Katrina médico. Desinvestir em preparações médicas emergenciais ao mesmo tempo em que toda opinião especializada tem recomendado uma maior expansão da capacidade faz faltar suplementos elementares assim como leitos emergenciais.

Estoques nacionais e regionais se mantiveram a níveis muito mais baixos do que o indicado por modelos epidemiológicos. Então, o fiasco do kit de testes coincidiu com uma escassez de equipamentos de proteção básicos para trabalhadores da saúde. Enfermeiros militantes, nossa consciência social nacional, têm certeza de que nós entendemos os graves problemas criados por inadequados estoques de suprimentos de proteção como as máscaras N95. Eles também nos lembram que hospitais se tornaram estufas de *superbug* resistentes a antibióticos com o *C. difficile*, que podem se tornar grandes assassinos secundários em enfermarias hospitalares superlotadas.

## A divisão social

O surto expôs instantaneamente a forte divisão de classe na saúde que a *Our Revolution* colocou na agenda nacional. Em suma, aqueles que dispõem de bons planos de saúde e que também podem trabalhar ou dar aulas de casa estão confortavelmente

isolados, desde que sigam prudentemente as recomendações. Funcionários públicos e outros grupos de trabalhadores sindicalizados com cobertura decente terão que fazer difíceis escolhas entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores de serviços de baixos salários, empregados rurais, desempregados e sem-tetos estão sendo jogados aos leões.

Como todos nós sabemos, cobertura universal em qualquer sentido justificativo requer provisão universal para licença-saúde paga. Quarenta e cinco por cento da força de trabalho têm atualmente este direito negado e, portanto, estão virtualmente compelidos a transmitir a infecção ou a não ter o que comer. Da mesma forma, quatorze estados republicanos recusaram-se a decretar a provisão do *Affordable Care Act*, que expande a *Medicaid* aos trabalhadores pobres. É por isso que um em cada quatro texanos, por exemplo, não tem cobertura e possui apenas a sala de emergência do hospital local para buscar tratamento.

As contradições mortais do sistema privado de saúde em tempos de peste se expõem mais duramente na lucrativa indústria de casas de repouso, que abriga 2,5 milhões de idosos estadunidenses, a maioria deles no *Medicare*. É uma indústria altamente competitiva capitalizada a partir de baixos salários, falta de pessoal e corte de custos ilegais. Dezenas de milhares morrem todos os anos por conta da negligência das instalações de procedimentos básicos de controle de infecção e da falência dos governos em manter uma gestão responsável, no que só pode ser descrito como homicídio deliberado. Muitas casas – particularmente nos estados do sul – acham mais barato pagar multas por violações sanitárias do que ter que contratar pessoal adicional e treiná-lo adequadamente.

Não surpreende que o primeiro epicentro de transmissão comunitária nos Estados Unidos tenha sido o *Life Care Center*, um lar de idosos em Kirkland, no subúrbio de Seattle. Eu conversei com Jim Straub, um velho amigo sindicalista das casas de repou-



so de Seattle, que está escrevendo um artigo sobre elas para a *Nation*. Ele caracterizou a instalação como “uma com os piores funcionários do estado” e todo o sistema de casas de repouso de Washington como “o mais subfinanciado no país – um absurdo oásis de sofrimento austero em um mar de dinheiro de tecnologia”.

Além disso, ele apontou que os oficiais públicos de saúde estavam negligenciando o fator crucial que explica a rápida transmissão da doença do *Life Care Center* para outras dez casas de repouso ali perto: “Trabalhadores de casas de repouso da região do aluguel mais caro dos EUA normalmente trabalham em muitos empregos, em diferentes casas de repouso”. Ele afirma que autoridades falharam em encontrar os nomes e locais desses segundo empregos e assim perderam o controle da propagação do COVID-19. E ninguém está até o momento propondo compensar os trabalhadores expostos mantendo-os em casa.

Ao redor do país, dezenas, provavelmente centenas de outras casas de repouso se tornarão pontos de coronavírus. Muitos trabalhadores irão eventualmente optar pelo banco alimentar ao invés de trabalhar sob tais condições e ficar em casa. Nesse caso, o sistema vai entrar em colapso e nós não devemos esperar que a *National Guard* troque roupas de cama.

## Solidariedade Internacional

A pandemia transmite, com cada passo de seu avanço mortal, a necessidade de cobertura universal e férias remuneradas. Enquanto Biden se afasta de Trump, os progressistas devem se unir, como Bernie propõe, para ganhar a convenção pelo *Medicare for All*. Os delegados de Sanders e Warren combinados têm um papel a cumprir no Fórum de *Milwaukee's Fiserv* no meio de julho, mas o resto de nós temos um papel tão importante quanto nas ruas, começando as lutas contra despejo, demissões, e emprega-

dos que se recusam a compensar os trabalhadores de licença agora. (Medo de contaminação? Permaneça dez metros de distância do manifestante ao lado, e isso só criará uma imagem ainda mais forte na tevê. Mas nós precisamos recuperar as ruas).

Mas a cobertura universal e demandas associadas são apenas um primeiro passo. É desapontador que, nos debates das primárias, nem Sanders nem Warren tenham chamado atenção para a abdicação da Big Pharma em pesquisar e desenvolver novos antibióticos e antivirais. Das dezoito maiores companhias farmacêuticas, quinze abandonaram completamente o campo. Remédios para o coração, calmante viciantes, e tratamentos para impotência masculina são líderes em lucros, mas não a defesa contra infecções hospitalares, doenças emergentes e tradicionais assassinos tropicais. Uma vacina universal para a influenza – quer dizer, uma vacina que mire as partes imutáveis da superfície proteica do vírus – é uma possibilidade há décadas mas nunca lucrativa o bastante para se tornar uma prioridade.

Enquanto a revolução antibiótica é jogada para trás, antigas doenças irão reaparecer junto a novas infecções, e hospitais se tornarão jazigos. Até mesmo Trump pode oportunisticamente ir contra absurdos custos de prescrição, mas nós precisamos de uma visão mais ousada que busque quebrar os monopólios das drogas e providenciar para o público produção de remédios que salvam vidas. (Isso costumava ser o caso: durante a Segunda Guerra Mundial, o exército alistou Jonas Salk e outros pesquisadores para desenvolver a primeira vacina contra gripe). Como eu escrevi quinze anos atrás no meu livro *The Monster at Our Door – The Global Threat of Avian Flu*:

Acesso a medicamentos que salvam vidas, incluindo vacinas, antibióticos e antivirais, deve ser um direito humano, universalmente disponível a nenhum custo. Se os mercados não podem providenciar incentivos a produção de baixo custo como medicamentos, então os governos e organizações sem fins lucrativos devem tomar a responsabilidade para a sua produção e distribuição. A sobrevivência dos pobres deve a qualquer momento receber maior prioridade que os lucros da Big Pharma.

A atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora ser biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura internacional de saúde pública.

Isso necessita de um desenho socialista independente pela sobrevivência humana que vá além de um segundo *New Deal*. Desde os dias do *Occupy*, os progressistas colocaram sucessivamente a luta contra a desigualdade de renda e de saúde na primeira página, uma grande conquista. Mas agora os socialistas devem dar o passo seguinte e, tendo o sistema de saúde e as indústrias farmacêuticas como alvos principais, advogar a favor da propriedade social e da democratização do poder econômico.

Mas nós também precisamos fazer uma avaliação honesta de nossa fraqueza política e moral. Mesmo excitado como eu estava a respeito da evolução da esquerda dentre uma nova geração e o retorno da palavra “socialismo” no discurso político, existe um elemento perturbador de solipsismo nacional no movimento progressista que é simétrico com o novo nacionalismo. Nós falamos apenas da classe trabalhadora estadunidense e da história radical dos Estados Unidos (talvez esquecendo que Eugene Debs era um internacionalista em essência). Por vezes isso fica perto de uma versão de esquerda do *America Firstism*<sup>3</sup>.

Abordando a pandemia, socialistas devem encontrar toda oportunidade para lembrar os outros da urgência da solidariedade internacional. Concretamente, nós precisamos agitar nossos amigos progressistas e seus ídolos políticos para reivindicar um massivo aumento da produção de kits de teste, suprimentos protetores, e medicamentos salva-vidas para a distribuição gratuita em países pobres. Cabe a nós assegurar que o *Medicare for All* se torne uma política não só interna como externa.

---

3 Referência ao slogan *America First*, de Donald Trump. Nota do Tradutor.

## Oito teses sobre o Covid-19<sup>1</sup>

Daniel Tanuro<sup>2</sup>

1- O fato de que a desaceleração econômica seja anterior à aparição do Covid-19 não pode nos levar a negar nem o impacto econômico da epidemia (interrupção de determinadas produções, ruptura das cadeias de matérias-primas, impactos setoriais sobre o transporte aéreo e o turismo, etc.), nem a séria ameaça que em si mesma constitui. Fenômeno disruptivo com uma dinâmica exponencial, a epidemia constitui um amplificador específico da crise econômica e social. Também revela a fragilidade do sistema capitalista e os perigos que supõe o mesmo para as classes populares, sobretudo graças a seu produtivismo congênito baseado nas energias fósseis, causa fundamental da crise ecológica e climática.

2- Estancar a epidemia teria exigido adotar de forma urgente estritas medidas de controle sanitário das pessoas provenientes das regiões afetadas, identificar e isolar as pessoas contaminadas, limitar o transporte e reforçar os serviços sanitários. Presos às políticas neoliberais com as que tentam fazer frente à desaceleração econômica, os governos capitalistas tardaram em adotar essas medidas, e quando as adotaram o fizeram de forma insuficiente, o que lhes obriga *a posteriori* a adotar outras mais severas, sem conseguir, apesar disso, deixar de correr atrás da propagação do vírus. Por ocasião desta crise, é necessário colocar em xeque o sistema de déficit zero, a austeridade orçamentária aplicada ao setor sanitário e ao da pesquisa, assim como a flexi-precariedade do trabalho.

3- As e os cientistas já fizeram soar a voz de alarme por ocasião do coronavírus SARS em 2002. Propuseram programas de

---

<sup>1</sup> Tradução: Charles Rosa. Fonte: <https://vientosur.info/spip.php?article15700>.

<sup>2</sup> É militante ecossocialista e dirigente da seção belga da IV Internacional.

pesquisa especiais na Europa e nos EUA que permitiram conhecer melhor este tipo de vírus e prevenir sua aparição sob novas formas. Mas os governos se negaram a financiá-los. Uma política absurda, mas adequada para relegar a pesquisa ao domínio da indústria farmacêutica privada, cujo objetivo não é a saúde pública, mas o lucro através da venda de medicamentos no mercado de enfermos (economicamente) solventes.

4- De início, a epidemia, como todo fenômeno disruptivo, suscita reações de negação que ato contínuo cedem terreno ao pânico e o pânico pode ser instrumentalizado tanto pelos conspiracionistas como por outros demagogos a fim de fazer o jogo das estratégias autoritárias sobre controle tecnológico das pessoas e a restrição dos direitos democráticos, como na China e na Rússia. Além disso, existe o risco de que o Covid-19 seja utilizado pelos fascistas como pretexto para justificar e intensificar as políticas racistas e repressivas contra as e os imigrantes.

5- Em qualquer caso, a esquerda não pode se contentar com somar o fator exógeno da crise sanitária ao da crise econômica endógena do capitalismo. Deve levar a sério a crise sanitária em si mesma e realizar propostas para combatê-la de forma social, democrática, antirracista, feminista e internacionalista. A contracorrente do individualismo deve adotar por conta própria e estender aos movimentos sociais comportamentos coletivos responsáveis para evitar a propagação do vírus. Por exemplo, à diferença das medidas que limitam o uso do carro adotadas por determinados governos em resposta ao choque do petróleo, aqui ninguém deve se abster de sua responsabilidade em relação à saúde: à sua, à de quem lhe rodeia e à saúde pública, sem esquecer as responsabilidades em relação ao Sul Global. Ou os movimentos sociais encaram esta problemática de forma democrática e a partir da realidade social das e dos dominados, ou as e os dominantes imporão suas soluções liberticidas.

6- O principal risco da epidemia é que supere o umbral de saturação dos sistemas hospitalares. Isso leva inevitavelmente a um agravamento do tributo a ser pago pelos mais pobres e frágeis (em particular, as mais idosas), e que as tarefas de cuidados na esfera doméstica siga recaindo sobre as costas das mulheres. Evidentemente, esse umbral é diferente em cada país, dependendo de seus sistemas de saúde e das políticas de austeridade e de precarização aplicadas. E esse umbral será alcançado mais rápido na medida em que os governos correrem atrás da epidemia em lugar de preveni-la. Assim, portanto, esta epidemia requer pôr fim às patentes no âmbito da medicina, implantar a justiça na relação Norte-Sul e dar prioridade às necessidades sociais. Tudo isso implica: proibir a demissão das pessoas afetadas, assegurar o salário integral em caso de paralisação parcial, colocar fim ao controle da ativação e às restrições contra os subsídios sociais, etc. É fundamentalmente em torno destas questões sobre as quais é preciso intervir para fazer frente às respostas irracionais e as possíveis derivações racistas e autoritárias.

7- Os pontos em comum entre a crise do Covid-19 e a crise climática são muitos. Em ambos os casos, a lógica da acumulação através do lucro converte o sistema capitalista em incapaz de evitar um risco do qual, entretanto, estava prevenido. Em ambos os casos, os governos oscilam na negação e na inadequação das políticas concebidas prioritariamente com base às necessidades do capital e não as do povo. Em ambos os casos, o povo mais pobre, vítima do racismo e o mais em dificuldade, sobretudo nos países do sul, está na alça de mira, enquanto o povo rico pensa sempre que se salvará. Em ambos os casos, os governos utilizam estas situações para avançar com um Estado autoritário, ao mesmo tempo em que as forças de extrema-direita tratam de tirar proveito do medo para pressionar a favor de medidas malthusianas e racistas. Enfim, em ambos os casos, a lei social do valor capitalista entra em contradição frontal com as leis da natureza

com uma dinâmica exponencial (a multiplicação da infecção viral num caso e o aquecimento e suas retroações positivas no outro).

8- Por último, o risco climático é infinitamente mais global e mais grave que o do vírus. E o mesmo se pode dizer de suas consequências se as e os explorados e oprimidos não se unem para colocar um fim neste modo de produção absurdo e criminoso. O Covid-19 é uma advertência: é necessário acabar com o capitalismo que conduz a humanidade rumo à barbárie.

## **Novo coronavírus: a necessidade de uma resposta dos povos**

Bruno Magalhães<sup>1</sup>

A crise de saúde gerada pelo novo coronavírus traz preocupação cada vez maior entre povos de todos os continentes e já altera profundamente relações políticas e econômicas em escala global. A epidemia iniciada na província chinesa de Hubei já matou mais de 2800 pessoas neste país e tornou-se rapidamente uma pandemia, afetando atualmente 51 países com um saldo de mais de 83 mil infectados e quase 3 mil mortes em todo mundo. Os casos recentemente diagnosticados na cidade de São Paulo colocam o Brasil nesse mapa cujos números certamente aumentarão bastante nas próximas semanas.

A disseminação deste novo tipo de coronavírus revela diversas das características irracionais do capitalismo neoliberal e explicita ainda mais os elementos da crise contemporânea deste modo de produção. O crescimento da xenofobia, o bloqueio de informações, a incapacidade de resposta dos sistemas de saúde privados e a maior pauperização da classe trabalhadora são alguns dos reflexos da pandemia que avança dentro deste modelo econômico.

Uma posição socialista sobre o tema exige o enfrentamento das raízes desta questão, buscando soluções a partir da identificação das causas reais deste grande problema que aparentemente apenas começamos a enfrentar. Uma análise sóbria e concreta é tarefa coletiva, fugindo do alarmismo mas afirmando uma radicalidade política como única saída popular para a pandemia.

---

<sup>1</sup> É membro da Executiva Nacional do MES.



## O processo recente de contaminação

Os coronavírus são uma família viral conhecida desde os anos 1960 cujas infecções causam doenças respiratórias normalmente leves e moderadas, mas que podem desenvolver quadros graves e inclusive levar à morte. Nos anos de 2002 e 2003, a epidemia global de SARS (sigla em inglês para Síndrome Respiratória Severa Aguda) foi causada por um tipo de coronavírus e causou mais de 800 mortes antes de ser controlada e, assim como a MERS (Síndrome Respiratória do Oriente Médio) em 2012, representou um caso emblemático de doença causada por este tipo de vírus.

A Covid-19, ou Doença do Corona Vírus 2019, é a designação da atual infecção que se espalha pelo planeta. Sua letalidade média é próxima de 2% dos casos, considerada relativamente baixa se comparada com doenças como a própria SARS – (entorno de 10% de letalidade) ou a MERS (variando entre 20% e 40% dependendo do local). Entretanto, esta letalidade menor não significa menor gravidade da situação, sendo também um elemento que impulsiona a disseminação do contágio justamente porque pessoas contaminadas tendem a manter suas atividades e assim acabam disseminando mais o vírus do que nos casos de doenças com maior letalidade.

Se comparada a uma gripe comum, a Covid-19 possui uma letalidade cerca de 40 vezes maior, chegando a 8% em pacientes com mais de 70 anos e a quase 15% naqueles com mais de 80 anos. Além disso, a doença é considerada preocupante também porque é causada por um vírus novo para o qual ainda não há imunização ou vacina, levando o risco de contágio para praticamente toda a população mundial. É muito difícil prever a evolução da pandemia, que já atinge áreas com alta densidade demográfica e atendimento de saúde precário, o que pode aumentar este índice de letalidade dependendo da região.

O novo coronavírus já atinge bastante também a Coreia do Sul, com mais de 2 mil casos, e a Itália, já com 650 doentes. O Irã registra mais de 140 casos atualmente e o Japão mais de 180 em terra, além do drama dos 705 infectados a bordo do transatlântico Diamond Princess ancorado no porto de Yokohama. Nos Estados Unidos já são mais de 60 doentes confirmados, incluindo o preocupante caso de moradora de área rural infectada que não havia viajado nem tido contado com viajantes oriundos de áreas críticas. A cada dia surgem países que identificam novos casos da Covid-19 e nos últimos 7 dias foram descobertos casos em 20 novos países.

O impacto na economia mundial é enorme. A retração econômica da China já é maior do que foi na crise de 2008 e a paralização das plantas industriais chinesas afeta diretamente a atividade econômica em escala mundial. A interrupção da produção e a paralização comércio atinge outros países afetados pelo vírus e impacta as cadeias globais de produção de suprimentos, derrubando bolsas de valores em diversas regiões e afetando diretamente empresas dos setores de transporte, tecnologia, eletrônicos, automóveis e até alimentos.

### **A irracionalidade capitalista perante a pandemia**

A pandemia se espalha por um mundo de fluxos comerciais cada vez mais globalizados e muitas das ações para seu combate deixam evidente tanto a irracionalidade do capitalismo contemporâneo como o baixo valor da vida humana neste modo de produção. Ao fazer da especulação financeira uma atividade bem mais lucrativa do que a própria fabricação de bens, o capitalismo financeirizado torna parte da força de trabalho humano descartável e coloca a preocupação com os índices do mercado à frente das preocupações com a saúde pública, desenvolvendo assim condições para que as epidemias se espalhem cada vez com mais

força.

Há uma contradição nesta situação. O avanço da pandemia provocada pelo novo coronavírus exige respostas que só podem ser dadas por sistemas públicos de atendimento universal – e não pela indústria farmacêutica ou pelos serviços de saúde particulares – simplesmente porque não se trata de um problema que pode ser solucionado no âmbito da iniciativa privada. Perante o risco do contágio, planos de saúde caros tem muito menos eficácia contra a disseminação da doença do que as iniciativas do poder público, desmentindo rapidamente toda a falsa narrativa de eficiência propagandeada pelos defensores da privatização da saúde.

Este não é um problema novo, e não por acaso em diversas partes do mundo a saúde sempre foi um dos temas que gera a maior preocupação nas pesquisas de opinião, ultrapassando questões como economia, transporte e violência. A mercantilização dos serviços de saúde reduz cada vez mais a qualidade de vida do conjunto da população, em um processo de sucateamento que vai desde a essencial atenção básica até as intervenções especializadas, e contribui para a piora dos indicadores, à exemplo das doenças erradicadas (como o sarampo) que agora voltam aos prontuários.

A valorização da área da saúde coletiva, que investiga e intervm sobre os determinantes da produção social das doenças, é imprescindível para organizar políticas que atendam aos desafios colocados por epidemias. E esta abordagem só faz sentido se estiver vinculada à políticas públicas de larga escala que toquem nas causas dos problemas de saúde de natureza coletiva, indo desde questões sanitárias básicas até a dinâmica de atendimento integral daqueles e daquelas que já se encontram doentes.

Além disso, o desenvolvimento tecnológico no campo da medicina também é muito mais eficaz se produzido a partir de mecanismos públicos, como demonstra a grande produção cientifi-

ca nas universidades públicas em diversos países. As pesquisas produzidas e compartilhadas socialmente, sem as restrições das patentes da indústria farmacêutica, são necessariamente mais eficientes para resolver os desafios colocados por novas doenças e epidemias. Nesse sentido, a valorização dos institutos, universidades e centros de pesquisa públicos é parte essencial de uma política que busque soluções concretas para crises de saúde como a que enfrentamos atualmente.

Outro aspecto da irracionalidade capitalista perante a pandemia se desenvolve na esfera do trabalho. A precarização das relações de trabalho e dos direitos trabalhistas afeta de forma bastante negativa os esforços para o controle deste tipo de doenças pois se esvaziam as redes de proteção social da classe trabalhadora, fazendo com que pessoas infectadas ou sob suspeita sejam obrigadas a manter a rotina de trabalho para garantir sua subsistência. Mesmo que a orientação formal dos governos seja para que trabalhadores e trabalhadoras doentes fiquem em casa, a inexistência de qualquer sistema de afastamento remunerado para grande parte do mercado de trabalho faz com que os sintomas sejam ignorados ou encobertos por necessidade.

Este problema se coloca mesmo entre categorias com relações de trabalho mais sólidas. Quem se responsabiliza pelo pagamento dos dias nos quais os trabalhadores permanecem em casa? Este dilema que hoje atravessa as administrações públicas e privadas resume bem os limites que este sistema coloca à manutenção da vida humana, e todas as inúmeras propostas para resolver a questão se mostram ineficientes. A reorganização para o trabalho a partir de casa, as mudanças em hábitos de higiene nos locais de trabalho e os planos de contingência que cobrem menos dias remunerados de repouso do que o período de incubação do vírus são exemplos do alcance, muitas vezes irrisório, das medidas tomadas pela iniciativa privada ou pelo governo nos marcos da política neoliberal.

Este cenário complexo se combina ainda à uma crise ambiental generalizada, expressa nos dias de hoje principalmente pela questão climática, e aprofunda este sentido de degradação cada vez maior da vida humana, levando à situações generalizadas de desespero e mal estar muito maiores do que aquela provocada pelo perigo do novo vírus em si. Os discursos falaciosos dos governos, investidores e empresários ao redor do mundo parece ignorar estes aspectos centrais do problema, adotando medidas paliativas e apostando na mortandade concentrada (principalmente entre idosos e nos países pobres) como solução mais rentável para a situação.

### **O exemplo dos Estados Unidos**

As medidas do governo Trump perante a ameaça do novo coronavírus refletem bem a irracionalidade capitalista debatida acima. Mais preocupado com os resultados das bolsas de valores do que com a saúde pública, Trump já é atacado inclusive de parlamentares de seu próprio partido por manipular informações e minimizar o perigo da pandemia.

Para não registrar uma explosão de casos que afetaria fortemente os indicadores econômicos, o governo Trump simplesmente não está realizando os testes necessários para identificar o coronavírus em perfis de risco, como nos casos de pacientes com suspeita de pneumonia. Quando discursa afastando os riscos de contaminação no país e, ao mesmo tempo, não toma medidas básicas de diagnóstico e prevenção, Trump e sua equipe acabam produzindo um terreno muito perigoso para a propagação do vírus no país, que hoje vai no sentido contrário das ações mínimas tomadas por diversos outros países.

Como resposta para a crise de saúde, a extrema-direita se volta para posições anticientíficas e fortalece a lógica xenofóbica contra estrangeiros, sejam turistas, imigrantes ou refugiados.

Em janeiro, a administração norte-americana iniciou a proibição da entrada nos EUA de cidadãos chineses e de estrangeiros que haviam visitado este país, uma medida totalmente ineficaz tendo em vista a forma de transmissão do vírus e a impossibilidade de identificar sua disseminação na imensa rede de conexões globais de transporte. Nas últimas semanas se registraram diversos casos de orientais barrados em hotéis e outros estabelecimentos comerciais do país –justificados pela política do governo – ao mesmo tempo que se mantém o fluxo livre de italianos e outras nacionalidades ocidentais cujos países também foram bastante afetados, evidenciando o caráter preconceituoso da medida.

A inexistência de um sistema universal de saúde no país mostra-se um calcanhar de Aquiles da maior potência mundial, capaz de bombardear alvos em qualquer parte do planeta porém incapaz de responder a uma grave ameaça à saúde de sua população. Não por acaso, a saúde também é a principal preocupação da maioria dos norte-americanos e a proposta do Medicare for All de Bernie Sanders tem enorme apelo entre os trabalhadores e trabalhadoras estadunidenses.

Nos últimos dias, a indicação do vice-presidente Mike Pence como responsável por coordenar os esforços contra o coronavírus nos EUA representou mais uma cena patética da administração Trump. Sem qualquer autoridade reconhecida sobre os problemas de saúde, Pence é reconhecido desafeto de Trump e sua indicação demonstra novamente o desprezo do presidente pela questão. Quando foi governador do estado de Indiana, Pence se recusou a tomar medidas perante uma grande onda de mortes decorrentes do uso de opióides em seu estado e declarou que a solução do problema estaria “nas mãos de Deus”, em uma ação que simboliza bem o caráter de suas posições.

É impossível não comparar a reação do governo dos Estados Unidos com aquela tomada pelo governo chinês, que trata do problema a partir de seu epicentro. Nesta tema, o capitalismo

de estado chinês tem melhores condições para lidar com questões de saúde coletiva do que os norte-americanos e, mesmo nos marcos de um regime burocratizado e autoritário, teve iniciativas muito mais efetivas para o controle da doença em seu território do que os EUA ou outros países nos quais os sistemas de saúde estão integralmente postos nas mãos de grandes empresários.

### **Uma resposta popular é necessária**

É essencial que os trabalhadores e trabalhadoras lutem contra os desmandos dos governos controlados pelos agentes do mercado e tomem nas mãos a responsabilidade sobre o problema. Para isso, é preciso fortalecer as organizações populares, as instituições de pesquisa e as categorias de trabalhadores da saúde para democratizar as decisões sobre a questão e buscar as melhores soluções concretas. A contradição entre os interesses das grandes corporações e as medidas necessárias para controlar a pandemia tornam urgente a existência de um programa de emergência para a crise de saúde que coloque a vida humana acima das necessidades dos capitalistas, em defesa de uma abor-dagem universal e pública para o novo coronavírus.

Devido às proporções da pandemia, esta resposta deve ser articulada internacionalmente e estar fincada em princípios claros de solidariedade entre os diversos povos, contrapondo os apelos racistas e xenófobos que muitas vezes encontram eco perante o pânico da contaminação. Para isso, o direito à informação e a existência de mecanismos populares democráticos para o combate à pandemia são imprescindíveis, atingindo principalmente a definição dos recursos destinados aos sistemas e iniciativas públicas de saúde coletiva.

É essencial que as políticas governamentais perante a pandemia estejam diretamente relacionadas às reais necessidades indicadas por acadêmicos e especialistas, médicos, sanitaristas e

outros profissionais de saúde, e não por tecnocratas do mercado financeiro preocupados com índices macroeconômicos e padrões de lucratividade. Os mecanismos de teto de gasto público para áreas sociais implementado pelas políticas neoliberais nas últimas décadas precisam obrigatoriamente ser revistos para fazer frente a este desafio, assim como toda a concepção disseminada de redução da agora tão necessária máquina pública.

É necessária a criação de fundos controlados pelos pesquisadores e trabalhadores da saúde para a investigação científica e a produção de medicamentos e vacinas, assim como para as intervenções necessárias entre a população, aquisição de equipamentos médicos e outras necessidades impostas pela situação. As patentes necessárias para o combate à doença devem ser quebradas, assim como qualquer outro tipo de propriedade que vá contra a luta pelo fim desta pandemia.

O conjunto do problema deve ser abordado a partir da auto-organização, desde o método de divulgação das notícias, que deve ser feita pelas entidades dos trabalhadores de saúde – médicas, científicas e sindicais – até as formas nas quais se estabelecem os mecanismos de prevenção e combate à doença. Os trabalhadores e trabalhadoras doentes ou suspeitos de infecção devem ser remunerados integralmente durante seus dias de isolamento, independentemente do tipo de vínculo empregatício. Da mesma forma, desempregados e desempregadas na mesma condição devem ter direito à pensão que permita sua subsistência no período.

As quarentenas e outras demais iniciativas já tomadas para controle da pandemia são essenciais, mas devem ser combinadas com outras ações de cunho político, social e econômico tão importantes quanto as que já estão em vigor. A reprodução irracional do capitalismo ao redor da Terra coloca a espécie humana em crises cada vez mais profundas e exige respostas cada vez mais concretas e internacionalistas para os novos desafios. A questão climática já nos alerta sobre isso há algum tempo e a pandemia



provocada pelo novo coronavírus faz isso novamente agora. E estes problemas só podem ser resolvidos em escala internacional, a partir dos interesses da maioria dos povos dos diversos continentes.

Um programa de emergência contra o novo coronavírus exige sistemas de saúde públicos e universais, controlados pelos usuários e dirigidos por médicos e outros trabalhadores e trabalhadoras de saúde. Os capitalistas manipulam a crise para manter seus lucros, nós precisamos responder para defender nossas vidas!

## **Coronavírus: a falência do sistema capitalista e a defesa radical do SUS**

Evelin Minowa<sup>1</sup>, Joyce Martins<sup>2</sup>, Luana Alves<sup>3</sup>, Natália Peccin Gonçalves<sup>4</sup>, Natalia Pennachioni<sup>5</sup> e Vanessa Couto<sup>6</sup>

Vivemos uma crise sanitária que tem se consolidado como uma crise política internacional. Uma análise da questão coerente com os princípios socialistas visa identificar as raízes que determinam os processos de adoecimento na sociedade capitalista e a busca por enfrentamentos que pautem a saúde enquanto emancipação humana a partir da solidariedade internacional e da ruptura desse sistema político. Em tempos de especulação midiática e pânico social, é necessário ter uma posição consistente e não-alarmista, afirmando a necessidade de respostas políticas radicais, na defesa do sistema público e universal de saúde e em prol das necessidades de saúde das pessoas. Este texto pretende, brevemente, reunir algumas reflexões a respeito da atual pandemia do novo Coronavírus e apontar algumas respostas necessárias para tal.

### **A pandemia COVID-19**

O primeiro alerta do governo chinês à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a possibilidade de um novo vírus em circulação foi dado em 31 de dezembro de 2019. Eram casos de

---

1 Nutricionista e trabalhadora da alimentação escolar.

2 Nutricionista e assessora do mandato da Monica da Bancada Ativista na Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP.

3 Psicóloga sanitária e do Setorial de Saúde do PSOL.

4 Enfermeira residente no programa de saúde coletiva e atenção primária da Faculdade de Medicina da USP.

5 Estudante de Enfermagem da UFSCAR.

6 Nutricionista e trabalhadora da atenção primária à saúde.

pneumonia de causa desconhecida na cidade de 11 milhões de habitantes, Wuhan capital da província de Hubei, cuja origem provável detectada posteriormente seria um mercado de carnes de animais silvestres. Logo o vírus recebeu o nome de COVID-19 e fez milhares de vítimas no país, se alastrando por diversos continentes e chegando ao Brasil em fevereiro de 2020.

A OMS declarou a situação gerada pela COVID-19 como emergência de saúde de importância internacional, devido ao seu grande potencial de propagação internacional e da necessidade de ações de resposta coordenadas. A essência da ameaça das pandemias de vírus respiratórios, como as causadas por Influenza ou Coronavírus, que assustaram e assustam o mundo ao longo da história, é justamente sua alta virulência e a rápida mutação das cepas que podem passar longos períodos incubadas e viajar pelo mundo à velocidade pandêmica, infectando uma humanidade que hoje é densamente urbanizada e majoritariamente pobre.

Os Coronavírus são uma grande família de vírus que infectam principalmente animais, mas podem causar infecções em seres humanos, com sintomas que se assemelham aos resfriados ou gripes, podendo levar a complicações respiratórias em pessoas imunodeprimidas ou com doenças crônicas como hipertensão e diabetes. Apesar de fora dos grupos de risco, o curso da doença ser relativamente rápido e de baixa gravidade, os indivíduos infectados podem contribuir na disseminação do vírus, o que tem grande importância epidemiológica, já que o mecanismo de transmissão entre humanos pode ser via aérea ou por contato com secreções ou objetos contaminados.

As experiências internacionais sobre o impacto do coronavírus são devastadoras. Em menos de três semanas no norte da Itália a COVID-19 sobrecarregou e colapsou completamente o sistema de saúde. Assim, medidas que visem a diminuição do ritmo de propagação do vírus e a curva de novos casos de pessoas infectadas, com o objetivo de dar condições aos serviços de saúde

para atenderem a demanda progressiva que devem receber, são fundamentais, sobretudo considerando que em breve o Brasil estará em período de outono e inverno, período no qual aumenta a circulação dos vírus respiratórios.

O isolamento e o distanciamento social têm se mostrado como importantes estratégias de contingenciamento da pandemia, somados a higienização das mãos, restrições a aglomerações, eventos de grande porte, viagens e modificações nos turnos de trabalho. Entretanto, há diversas contradições nas respostas dos países ao avanço da doença, considerando que por muitas vezes as decisões governamentais são tomadas com base em critérios políticos e não científicos e epidemiológicos.

### **O esgotamento do sistema capitalista e a Determinação Social da Saúde**

O modelo de organização social reflexo do modo de produção capitalista determina o perfil de adoecimento da sociedade. Isso significa dizer que as doenças que enfrentamos e a forma com que os diferentes grupos sociais se impactam por elas têm ligação direta com o arranjo estrutural de organização do trabalho e das condições de vida das pessoas. É nesses marcos que compreendemos a atual crise sanitária do novo Coronavírus.

No capitalismo neoliberal globalizado, é quase impossível que doenças infecciosas não assumam proporções pandêmicas. Pandemias dessa dimensão são na verdade resultado do esgotamento do modo de produção capitalista que enfrenta uma dura crise desde 2008, com intensificação da exploração da força de trabalho, precarização completa das condições de vida das populações, especialmente nos países de capitalismo periférico e ampliação da desigualdade social.

A infraestrutura dos centros urbanos é dependente de aglomerações e grandes fluxos de abastecimento e suas periferias

concentram pobreza e condições de vida precárias, com deslocamentos diários em meios de transporte lotados. Os limites das grandes cidades estão escancarados e as saídas de controle da pandemia atual colocam em questão a necessidade de se repensar a lógica das metrópoles e o tema do direito à cidade.

Soma-se a isso o colapso das estruturas e a retirada de direitos sociais cada vez mais intensivas, especialmente os ataques aos serviços públicos. Vivemos um neoliberalismo marcado pela crescente privatização dos sistemas de saúde, que não são capazes de dar respostas, nem na lógica do capital, às crises sanitárias e políticas que estamos enfrentando, tal como o protagonismo da indústria farmacêutica que visa o lucro em detrimento da identificação de tratamentos a doenças infecciosas que ressurgem no perfil epidemiológico global.

### **Vivemos uma crise política, econômica e ambiental do capitalismo**

A pandemia COVID-19 escancara uma crise política internacional de grandes proporções, principalmente porque o caráter intimidador da pandemia não se deve necessariamente ao potencial patogênico do vírus, mas ao estado precarizado dos sistemas públicos de saúde no Brasil e no mundo. O desfinanciamento dos sistemas a partir de medidas de austeridade e cortes de direitos sociais, e os incentivos ao desenvolvimento do setor privado em saúde promovidos pelas últimas décadas de governos neoliberais, revelam uma dificuldade concreta de contingenciamento de epidemias.

No Brasil, o mecanismo de teto de gasto público em saúde a partir da Emenda Constitucional 95 e outras medidas implementadas pelo governo no último período como a mudança de financiamento do orçamento da Atenção Básica (Portaria 2.979/2019) que retiram recursos da saúde e dificultam a atuação em casos

como a COVID-19. Da mesma forma o déficit de profissionais acompanha um projeto de desmonte do sistema público de saúde no Brasil que sobrecarrega os trabalhadores e infringe o direito à saúde das pessoas que acabam se aglomerando nas filas dos hospitais e postos de saúde para receberem cuidados.

Contraditoriamente, justamente em um período de redução da máquina pública, há a necessidade de investimento dos Estados na proposição de medidas de saúde pública de contingenciamento da crise sanitária e de resgate da economia.

A interrupção da produção e do comércio, que começou com a paralisação da economia chinesa, que representa um quarto da produção industrial do planeta, 19% do PIB global e 13% de todo o fluxo de comércio, atingiu diversos países. A crise econômica avança derrubando bolsas de valores, expressa em sucessivos acionamentos de “circuit breaker” e impactando diversos setores da economia como transportes, tecnologia, eletrônicos, automóveis e alimentos, com bloqueio das cadeias de produção e circulação de mercadorias.

Além disso, é impossível entender essas pandemias virais sem atentar para o quanto as ações humanas têm contribuído para que os surtos cíclicos de infecções causadas por novas mutações genéticas possam se alastrar com cada vez mais rapidez. Os choques ambientais induzidos pelo ser humano, que incluem poluição das águas, uma “revolução na criação de animais”, o intenso adensamento urbano dos países de capitalismo periférico, o enorme trânsito internacional de pessoas e produtos são parte do conjunto de fatores que podem transformar surtos em epidemias e pandemias.

Compreender a emergência da crise climática atual é fundamental para alcançar as raízes dessa pandemia. A destruição ambiental só agrava a possibilidade de novos microorganismos infecciosos emergirem e terem mais condições de atingirem com gravidade o ser humano. Ruptura das cadeias naturais de circu-

lação de doenças, aumento de vetores e as grandes destruições de meio ambientes, como reflexo das queimadas, desmatamentos e rupturas de barragens, por exemplo, tem resultado em maior vulnerabilidade à doenças infecciosas, como arboviroses (dengue, febre amarela, zika e chikungunya) ou infecções respiratórias, como as gripes ou as síndromes agudas graves.

A pauta climática tem mobilizado o mundo com iniciativas que compreendem que a ruptura do sistema capitalista e a mudança das formas de produção é imperativa para que se tenha melhores condições ambientais e climáticas. A Greve Mundial do Clima marcou o final de 2019, antecedendo o caos sanitário que seria causado meses depois pela emergência da COVID-19.

### **A necropolítica e o racismo e desigualdades desvelados**

São tempos de governos neoliberais que carregam um forte sentimento nacionalista e xenofóbicas, agravados pela crise migratória. Muitos são os países, inclusive o Brasil, que ainda contam com líderes autoritários e protofascistas, e que se aproveitam do momento de crise sanitária do novo coronavírus para reforçar fechamento de fronteiras e medidas restritivas, com posições anticientíficas. Parece ser o pretexto ideal a pandemia, a motivação para a instauração de medidas de exceção pelos Estados.

Apesar da fala recorrente na mídia de que o vírus é “democrático” e atinge igualmente a pobres e ricos, não há como negar que qualquer doença reforça e escancara a desigualdade social e racial. Primeiramente, se considerarmos as condições de vida da parcela mais pobre da população, a ausência de condições de saneamento básico e rede de abastecimento de água impossibilitam a base da prevenção que é a higienização das mãos. Para além disso, a parcela mais pobre da população, que no Brasil, é majoritariamente negra, também enfrenta as dificuldades para

cumprir as medidas de distanciamento social, considerando a necessidade de se manter trabalhando e utilizando os serviços públicos sucateados, como transporte lotado e serviços de saúde deficitários. Pelos dados de 2018, 33,3% da população branca do país trabalhava na informalidade. Entre a população negra, o índice chega a 47%, revelando as condições completamente desiguais para garantir saúde. Os idosos negros também são os que menos têm acesso a direitos previdenciários e estão em condições piores de vida e trabalho, criando um horizonte aterrador quando pensamos previsões a curto e médio prazo.

A precarização dos direitos trabalhistas afeta diretamente as medidas de contingenciamento da COVID-19 na medida em que muitos trabalhadores sob suspeita da infecção mantêm suas rotinas de trabalho para garantir a subsistência de suas famílias. Sem proteção social para boa parte da classe trabalhadora que ocupa o mercado informal, a recomendação de isolamento social se torna uma falácia.

A população vulnerável à pandemia, portanto, vai além daqueles indivíduos com menor imunidade, como idosos e pessoas com doenças crônicas e imunossupressoras, mas também engloba aqueles que vivem em extrema pobreza. Além disso, com poucas condições de promoção à saúde e prevenção, população mais pobre envelhece pior, aumentando as chances de risco e complicações para essa população. Para o capitalismo, as vidas improdutivas: idosos, doentes, pobres, valem menos do que as outras. Esse é o projeto da necropolítica em curso reforça a cada dia que algumas vidas valem menos do que outras, fazendo com que se viva no limite enquanto dá lucro pra quem o explora e deixando morrer quem não é mais produtivo.

**O enfrentamento é pela defesa do SUS, da Vigilância em Saúde e dos trabalhadores**



A pandemia evidencia o esgotamento do capitalismo neoliberal porque expõe o sistema a uma contradição. O controle da COVID-19 exige respostas que só podem ser dadas por sistemas públicos, gratuitos e universais de saúde.

Segundo dados do Ministério da Saúde, até domingo, dia 15, tínhamos 200 casos confirmados, mais de 1913 suspeitos no Brasil. Em São Paulo e Rio de Janeiro já há transmissão comunitária da doença e as autoridades de saúde projetam que para os próximos meses um grande aumento de infectados, contando os casos que são assintomáticos no país.

Boa parte dessas pessoas serão atendidas pelo SUS – Sistema Único de Saúde, que tem sofrido grandes ataques no último período, com o congelamento do orçamento e o desfinanciamento crônico. Ainda assim, somos o país mais bem preparado para atuar diante de uma emergência de saúde. O SUS é referência internacional e patrimônio do povo brasileiro, com acesso universal e larga cobertura geográfica, contando com prevenção de doenças e promoção de saúde.

Uma questão fundamental é que toda a investigação e controle epidemiológico, sanitário e ambiental relacionado ao coronavírus ou outras doenças é realizado pela Vigilância em Saúde, que no Brasil é centralizada e coordenada pelo SUS. É a partir da centralização de dados sobre eventos relacionados à saúde que se tem o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para proteção, prevenção e promoção da saúde da população. Sem a coordenação da vigilância epidemiológica e sanitária em saúde, seria muito mais lento e ineficiente o processo de controle dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19 no Brasil, impedindo as bases para tomada de decisões fundamentais de contingenciamento da epidemia. É fundamental o reconhecimento e o respeito ao trabalho da Vigilância em Saúde, que realiza ações com base científica e epidemiológica.

Países sem sistemas centralizados e universais de saúde,

como os EUA, sofrem grandes dificuldades de realizar o controle de epidemias. Além disso, a não gratuidade dos serviços de saúde onera grande parcela da população, que por muitas vezes opta por não se submeter a atendimentos em serviços de saúde, mesmo sob sintomas graves.

Os trabalhadores da saúde têm cumprido no Brasil e no mundo papel protagonista no enfrentamento a epidemia. O trabalho em saúde, já muito precarizado e explorado, é grande sustentador do sistema capitalista, garantido a reprodução social do trabalho. Os trabalhadores da saúde que sofrem mais riscos são justamente os mais precarizados, como os profissionais de Enfermagem e os Residentes Multiprofissionais e Médicos em saúde, principal mão de obra do SUS. A foto da enfermeira, Elena Pagliarini, descansando sobre um computador no hospital de Cremona depois de 10 horas de trabalho se tornou símbolo do desgaste e esforço dos profissionais de saúde, esgotados com o excesso de trabalho na luta para salvar vidas contra o coronavírus.

### **A valorização da Ciência em tempos de Fake News**

Nossos tempos enfrentam a contradição de um desenvolvimento científico capaz de conter pandemias, convivendo com uma sociedade pautada no individualismo e um sistema político falido reflexo desse modo de produção exploratório e destruidor. Medidas de contingenciamento são fundamentais, mas elas sempre devem ser balizadas por critérios científicos e epidemiológicos. Mas nos governos fascistas e neoliberais, a Ciência tem perdido investimento e credibilidade. Bolsonaro aposta na farsa, no clima de obscurantismo e muitas vezes tem a desinformação enquanto discurso oficial.

As pesquisas e a ciência nos dão condições de prever eventos com antecedência, para alertar a sociedade do perigo iminente e provocar mudanças nas políticas públicas e comportamentos so-

ciais de maneira a proteger a vida, o meio ambiente e economia. Precisamos confiar nas medidas indicadas pelas autoridades sanitárias, desde que sejam feitas com base em evidências científicas. E pesquisas produzidas e compartilhadas socialmente, sem restrições das patentes impostas pela indústria farmacêutica e pelos mercados, que só podem ocorrer em universidades e institutos de pesquisa públicos, são muito mais eficientes e adequadas para responder aos desafios de crises sanitárias como a atual. A valorização das universidades públicas e dos cientistas é portanto, essencial para se garantir a produção compartilhada de conhecimento e o avanço na identificação, estudo e contenção do novo coronavírus, com qualidade, como ocorreu no sequenciamento genético em tempo recorde do novo vírus por pesquisadoras brasileiras.

A anticiência caminha junto com a disseminação de falsas informações por meio das redes sociais, as chamadas “fake news”, que bombardearam os whatsapps da população de xenofobia, orientações errôneas e sem base em evidências, e propagação do pânico. As falsas notícias, método muito utilizado pelos que ocupam o governo brasileiro, são um desserviço absoluto à sociedade, não contribuindo para a confiabilidade nos órgãos competentes às recomendações sanitárias, que o fazem baseados em ciência e responsabilidade.

Mesmo a grande mídia tem atuado de forma especulativa e alarmista, na maior parte das vezes, sendo raros os momentos que utilizam seu espaço privilegiado de comunicação para divulgar informações e orientações de qualidade. Isso gera uma avalanche social de pânico e histeria coletiva ao redor de um tema que é sim, preocupante, mas para os governantes e profissionais da saúde responsáveis pela Vigilância em Saúde, não para população geral, individualmente.

A corresponsabilização dos governantes para com a sociedade nas medidas de contingenciamento da pandemia deve se dar

de forma cautelosa e responsável, de forma a incentivar as ações preventivas e o cuidado solidário àqueles com vulnerabilidade. É interessante analisar como as ações governamentais, por vezes até antecipadas em relação às indicações epidemiológicas, tem muito mais motivações políticas de contingenciamento da crise político-econômica internacional do que de fato preocupações sanitárias.

Esta é a melhor hipótese para compreender porque o coronavírus se tornou objeto de intervenção das políticas de saúde tão mais rápido e intensamente que de outras doenças epidêmicas e endêmicas no Brasil. A recente epidemia de sarampo, as altas taxas de feminicídio e violência, a mortalidade por H1N1 e mesmo por SARS, o aumento dos casos de sífilis congênita e tuberculose, nada disso mobilizou tanto a mídia ou o governo quanto a COVID-19, talvez justamente por não serem questões em que se seja necessário conter a pressão social de pânico e a queda na economia, apesar de impactarem diretamente na vida das pessoas. A SARS em 2019 teve 40 mil casos e matou 5 mil pessoas no Brasil.

### **A resposta passa pelo enfrentamento a esse sistema**

A pandemia de coronavírus em 2020 evidencia diversas contradições do sistema capitalista e evidencia a necessidade de superação e este modelo econômico e político. A crise sanitária revela a necessidade de sistemas de saúde universais e sistemas de proteção ao trabalhador, assim como independência da indústria farmacêutica e defesa da ciência nas universidades públicas. A crise política revela a necessidade de se repensar representantes, fronteiras e ideologias, de retomar a solidariedade internacional em detrimento do racismo e da xenofobia, de refazer laços comunitários de cuidado ao invés da valorização do individualismo e da meritocracia.

A resposta está na cooperação entre os povos, em escala internacional, na radicalização política do enfrentamento a esta ordem mundial, na ruptura com a exploração humana e ambiental no planeta. No Brasil, a defesa do SUS é bastante estratégica nesse momento para os socialistas. A crise do capital tem gerado cada vez mais a necessidade de acirrar o nível de exploração sobre o povo e avançar sobre sistemas de direitos públicos como saúde, educação e assistência/previdência, de forma a abrir novos mercados. A tensão sobre o estado burguês feita pela classe trabalhadora, no sentido de preservar esses sistemas, é um fator importante de desestabilização de regimes protofascistas como o de Bolsonaro e dificulta aos donos do poder a encontrar saídas políticas estáveis para a crise.

A defesa radical do SUS e a revogação imediata da EC 95 e dos demais ataques ao sistema universal de saúde são imperativos para garantia de uma saúde de qualidade à população. É necessário pensar a saúde enquanto reflexo das condições de vida e de trabalho das pessoas, mas também como necessária à emancipação humana.

## **Em defesa da saúde da população e da militância social**

Secretariado Nacional do Movimento Esquerda Socialista

O PSOL precisa agir concretamente perante a gravidade da pandemia do novo coronavírus, apoiando a contenção da doença, colaborando na divulgação de informações oriundas das autoridades sanitárias e formulando um plano de urgência para combater a pandemia e seus efeitos entre a população.

O início da situação de transmissão comunitária no país representa grande perigo, principalmente para os idosos. O governo Bolsonaro procurou relativizar o perigo iminente através de uma postura anticientífica mas foi obrigado a reconhecer a gravidade da situação em pronunciamento realizado ontem, no qual desmobilizou sua base política para as manifestações previstas para o próximo domingo.

Nós do MES explicitamos nossa posição sobre a crise sanitária: infelizmente, é necessário desmobilizar tanto as manifestações convocadas para o mês de março quanto as plenárias congressuais que o PSOL realizará neste mês. O PSOL deve seguir estritamente todas as recomendações divulgadas pela Sociedade Brasileira de Infectologia e pelos trabalhadores da saúde para garantir condições seguras de militância para todas e todos, principalmente aos camaradas idosos que serão expostos a grandes riscos caso participem de aglomerações.

A medida tomada pelo Instituto Marielle Franco, cancelando as atividades do próximo dia 14 de março, é um exemplo de responsabilidade. Está cientificamente comprovado que o isolamento é a melhor forma de contenção da pandemia, com a reprodução do vírus se reduzindo drasticamente com as quarentenas. Nenhum interesse político particular pode se sobrepor aos riscos de saúde pública enfrentados agora no país.

Esta medida drástica perante as plenárias congressuais é importante também para garantir a democracia interna do PSOL, tendo em vista que já existem militantes e filiados do partido em quarentena e a situação sanitária tende a se agravar mesmo nos estados onde o novo coronavírus ainda não é uma ameaça reconhecida.

Neste momento de necessária luta em defesa da ciência e da educação, o PSOL deve ser coerente com as orientações da comunidade científica e assumir o protagonismo na defesa dos especialistas neste combate à pandemia. Para financiar o combate à pandemia é essencial utilizar os fundos públicos disponíveis e tomar medidas de impacto, como a suspensão da Emenda Constitucional 95, que trata do teto de gastos públicos, para garantir que os institutos de pesquisa públicos e o SUS tenham toda a estrutura adequada para fazer frente à situação.

**Documento**



## **Pandemia da Covid-19: proteger as nossas vidas, não os lucros deles!**

Declaração do Bureau da IV Internacional<sup>1</sup>

A pandemia do coronavírus é um dramático problema de saúde pública, que causará enorme sofrimento humano. Na Europa Ocidental, os sistemas de saúde se encontram à beira da asfixia. Se a pandemia se espalhar massivamente aos países do Sul Global, nos quais os já frágeis sistemas de saúde pública foram terrivelmente minados por 40 anos de políticas neoliberais, as mortes serão numerosas.

Já é a pandemia a mais grave em cem anos. O número de mortes provocado pela chamada gripe espanhola, de 1918-1919, embora difícil de estimar, foi considerável, atingindo sobretudo os jovens adultos. O seu impacto foi particularmente severo, por ter se seguido à Primeira Guerra Mundial. A rápida expansão da pandemia da Covid-19, agora, pode ser explicada pelo enfraquecimento da capacidade de resistência popular causada pela ordem neoliberal e pelo aumento da precariedade, num contexto de incremento alto do comércio internacional provocado pela globalização capitalista, mercantilização generalizada e pela predominância da lei do lucro.

O novo coronavírus foi detectado em novembro de 2019 na China. Os médicos e cientistas que tentaram fazer soar o alarme foram inicialmente reprimidos e silenciados. Se o PCCh tivesse reagido imediatamente, o perigo de uma epidemia poderia ter sido cortado na raiz.

A política de negação do perigo não é exclusiva do regime chinês. Donald Trump nos Estados Unidos zombou desse “vírus estrangeiro”. Jair Bolsonaro, com o Brasil já imerso na pandemia, declarou que “proibir partidas de futebol é histeria” e desafiou as

---

<sup>1</sup> Publicado em 18 de março de 2020.

leis e diretrizes das autoridades sanitárias para participar de uma manifestação contra a Justiça e o Parlamento. Boris Johnson, no Reino Unido, inicialmente defendeu a estratégia de “imunização do rebanho” (permitindo que o vírus se propagasse para que a epidemia atingisse livremente seus limites intrínsecos, ou seja contaminação de 70% da população). Ele teve que mudar esta abordagem insensível e perigosa. Sophie Wilmès, primeira-ministra da Bélgica, durante muito tempo fez ouvidos de mercador a qualquer aviso. A Presidência francesa não reconstituiu os estoques estratégicos (vestuário e produtos de proteção...) assim que os primeiros casos apareceram em janeiro de 2020. Os governos dos países pouco afetados da Europa de Leste não estão tirando as lições da crise sanitária no Oeste do continente. A União Europeia não conseguiu organizar a solidariedade mais básica com a Itália duramente atingida, que sequer produz máscaras no país... A principal razão deste atraso é que os governos não querem pôr em perigo a atividade econômica e a circulação de bens, querem dedicar apenas o mínimo de recursos à proteção das populações. A determinação em continuar com políticas de austeridade, a ofensiva contra o trabalho, o espectro da recessão... tudo tem sido mais forte do que a preservação da saúde das pessoas.

Apesar do progresso muito rápido da pesquisa médica e científica, é cedo demais para prever a evolução do vírus SARS- CoV-2: será sensível à chegada do verão ao Hemisfério Norte e vai regredir? Vai sofrer uma mutação e, se assim for, vai ganhar ou perder virulência? A propagação da doença a partir da China tem sido num eixo Leste-Oeste (incluindo a Europa, o Irã e os Estados Unidos). No entanto, o vírus está agora presente também no Sul, onde poderia multiplicar-se, por exemplo, na próxima mudança de estação, antes de regressar com força ao Norte. Uma vacina levará tempo para ser desenvolvida. Seria irresponsável esperar que a doença Covid-19 se extinguisse naturalmente a curto prazo.

O vírus está se espalhando muito rapidamente. A proporção de casos comprovados de infecção em relação ao número real de pessoas atingidas é desconhecida, na ausência de testes de rastreio de rotina, mas a sua periculosidade está bem nítida. A letalidade da doença pode variar de país para país. Diz-se que é benigna em 80% dos casos; grave em 20% - o que inclui os muito graves (5%) e casos fatais (2%). Os idosos ou os mais doentes não são os únicos em grande perigo. Jovens e mais jovens encontram-se nos centros de tratamento intensivos onde a epidemia explode.

Os principais meios de comunicação e governos concentram-se nas diferenças nas taxas de mortalidade por idade, mas têm o cuidado de não chamar a atenção para as diferenças de classe, ou seja, de como a letalidade do coronavírus vai afetar os seres humanos de acordo com a sua renda e riqueza. A quarentena ou o acesso aos cuidados intensivos de uma pessoa pobre de 70 anos não terá nada a ver com a situação de um septuagenário rico.

Não há anticorpos para o novo coronavírus na população. O tratamento dos doentes graves é pesado, exigindo equipamento de última geração e pessoal médico treinado e competente. Na falta de gente e equipamentos (ou se o sistema hospitalar estiver sobrecarregado), muitos pacientes curáveis morrem e vão morrer. Se não forem tomadas medidas drásticas, se 4 bilhões de pessoas forem infectadas, 80 milhões de pessoas morrerão.

A pandemia da Covid-19 deve, portanto, ser levada muito a sério por todas as redes militantes progressistas, incluindo as nossas organizações. Onde quer que a epidemia se instale, devem ser tomadas medidas muito firmes para contê-la e para proteger as populações, tornando-as uma prioridade acima do funcionamento da economia capitalista. Em todos os países, as lições dos primeiros atingidos devem ser lembradas para se preparar ao possível desenvolvimento da epidemia e para impor aos governos verdadeiras medidas preventivas.

## Fortes planos de prevenção

Na maioria dos países afetados, devido à falta de preparação, os governos estão gerindo a escassez, fazendo por vezes uma virtude da necessidade. Onde existem, os planos preventivos devem ser reforçados e estabelecidos onde eles não existem.

Estes planos devem reorganizar o sistema de saúde como um todo e a mobilização de todos os recursos necessários no caso de uma epidemia e, em particular, um aumento imediato do número de funcionários dos serviços de saúde que já estão com grande falta de pessoal.

Pilares no combate a qualquer epidemia, os hospitais têm sido submetidos a sucessivos cortes orçamentários sucateados e mesmo privatizados. Os serviços privados de cuidados, produção de medicamentos e equipamentos médicos devem ser requisitados, sob controle público e social. O governo do Estado espanhol deu um passo neste sentido ao requisitar leitos hospitalares do sistema particular.

Devem ser estabelecidos estoques estratégicos de roupas de proteção, de álcool gel e kits de diagnóstico, com prioridade para os trabalhadores da saúde, outros trabalhadores essenciais e para os setores da população sob risco maior.

Planos preventivos incluem também a pesquisa médica e científica. No entanto, mais uma vez, devido a uma lógica de austeridade, o financiamento da pesquisa foi reduzido ou cortado, particularmente para os coronavírus. Todas as empresas privadas que trabalham neste campo devem ser nacionalizadas sob controle público e social.

A Coreia do Sul tem mostrado a utilidade de testes de rastreio em massa para compreender a dinâmica da epidemia e intervir o mais cedo possível. No entanto, as restrições orçamentárias fizeram com que os estoques destes testes não fossem mantidos atualizados mesmo quando existiam, criando situações dramá-

ticas. Numa situação de escassez, os meios de proteção devem ser reservados como prioridade ao pessoal de saúde, em geral subequipado, e às suas famílias.

As condições de vida devem ser garantidas pela suspensão do pagamento do aluguel, das hipotecas e dos serviços públicos. Deve haver a cessação imediata de todos os despejos, o estabelecimento de abrigos com todas as facilidades necessárias para os sem-teto, a requisição de casas vazias para não deixar ninguém em edifícios insalubres. Aqueles que vivem na rua não têm condição de se isolar ou ficar em confinamento.

A crise econômica e social que vem, desencadeada pela pandemia mas preparada pela acumulação de problemas na economia capitalista, não deve ser a ocasião para uma maior concentração da riqueza e destruição dos direitos sociais. Pelo contrário, as forças progressistas têm que pressionar por soluções baseadas na redistribuição de recursos e no bem comum.

Finalmente, dada a crescente epidemia, tomaram-se medidas muito rigorosas para limitar o contato social e as viagens, e assim reduzir drasticamente a atividade econômica. Os planos devem, portanto, incluir uma ajuda maciça à população, a fim de evitar o aumento do empobrecimento e garantir que ninguém fique desprotegido em tempos de crise sanitária. Isto deve aplicar-se tanto aos trabalhadores assalariados como aos autônomos. Os custos destas restrições devem ser suportados pelo aumento dos impostos sobre os lucros e as receitas das empresas, bem como sobre as grandes fortunas.

### **A importância vital da auto-organização social**

Devemos exigir que as autoridades tomem todas as medidas necessárias para proteger a saúde e o bem-estar social da população, mas nada seria mais perigoso do que confiar apenas nelas. A mobilização independente dos atores sociais é indispensável.

O movimento operário e popular deve lutar pela cessação de toda a produção e transporte desnecessários, para garantir que as condições máximas de segurança sanitária sejam respeitadas nos locais de trabalho essenciais, e que os rendimentos e contratos dos trabalhadores sejam totalmente mantidos em caso de licenciamento total ou parcial. Já se realizaram greves exigindo que os locais de trabalho dedicados à produção não essencial, como os automóveis, sejam encerrados, por exemplo, na Mercedes Benz, em Vitória, no País Basco. Noutros locais, os trabalhadores essenciais, de hospitais da França ou do recolhimento de lixo na Escócia, tomaram iniciativas para exigir melhores condições de segurança.

As organizações locais têm um papel essencial a desempenhar em muitos níveis. Ajudam a quebrar o isolamento em que as pessoas se encontram, nomeadamente as mulheres, que se vêem obrigadas a assumir uma carga ainda mais pesada de tarefas domésticas e de guarda de crianças durante os períodos de confinamento. Através do combate ao racismo, à xenofobia, à LGBTfobia, pode-se assegurar que as minorias precárias, migrantes, clandestinos e setores discriminados em geral não sejam excluídos das proteções a que têm direito. Eles podem ajudar as mulheres para as quais o confinamento significa um encarceramento mortífero com um cônjuge violento. Elas podem assegurar que os gestos diários de “distanciamento social” sejam respeitados.

São muitos exemplos de organização de base ao nível de um bairro, de um bloco de apartamentos, com os que se propõem ajudar e os que precisam de ajuda (idosos, deficientes, em quarentena) fazendo contato, muitas vezes pela primeira vez, em diferentes países, na Grã-Bretanha, nos Países Baixos, na França. Na Itália, ao lado da ajuda prática, as comunidades se reuniram para romper o isolamento social e mostrar solidariedade através de canções em massa a partir de suas varandas.

Os movimentos sociais devem poder contar com uma competência médica e científica independente para saber quais são as medidas eficazes e indispensáveis, e incentivar o intercâmbio internacional. Médicos e pesquisadores devem se engajar do lado deles.

Finalmente, a autoatividade do movimento social é uma garantia democrática insubstituível. O autoritarismo dos poderes pode ser reforçado em tempos de emergência sanitária, em nome da eficiência. A mais ampla frente de mobilização unitária possível deve ser oposta a esta tendência dominante.

### **Uma crise global da sociedade capitalista**

Uma pandemia representa um teste de fogo para uma sociedade. A situação na Lombardia, no norte da Itália, é uma ilustração dramática do que acontece com a ordem dominante. A Lombardia é uma das regiões mais ricas da Europa, com um dos melhores sistemas hospitalares. No entanto, este foi enfraquecido pelas políticas neoliberais. Agora está afogado pelo fluxo de pacientes gravemente doentes, a ponto de a Associação de Anestesiologistas em Ressuscitação ter dado a ordem de separar os pacientes e tratar apenas aqueles com maior expectativa de vida, deixando os outros morrer.

Esta não é uma situação pontual, como quando os primeiros socorristas têm de decidir, após um acidente com várias vítimas, quem tratar primeiro, mas uma falha sistêmica que poderia ter sido evitada se a política de saúde tivesse sido diferente. Em tempo de paz, a escassez torna necessário o uso da medicina de guerra, na qual se desiste de tentar salvar todos! Esta é uma terrível quebra de laços de solidariedade, que está ocorrendo em uma das regiões mais desenvolvidas do mundo em termos econômicos e de saúde – e que pode acontecer amanhã em outras partes da Europa.

## **Uma clara condenação da ordem capitalista dominante**

A questão não é se a pandemia de Covid-19 se “normalizará” amanhã, mas à custa de quantas mortes, de quanta convulsão social. Esta é uma questão recorrente, porque vivemos numa época de regresso das grandes epidemias (SRA, SIDA, H1N1, Zika, Ebola...). O estado de crise crônica da saúde se combina hoje com a crise ecológica global (o aquecimento global é uma das facetas), o permanente estado de guerra, a instabilidade da globalização neoliberal e a financeirização do capital, a crise da dívida, o aumento da precariedade e a desintegração do tecido social, o surgimento de regimes cada vez mais autoritários, a discriminação, o racismo e a xenofobia...

Combater a crise sanitária requer combater concretamente a ditadura das transnacionais e lobbies farmacêuticos e da agroindústria, contrapondo a eles a agroecologia camponesa e agroflorestal, que permitem a reconstituição de ecossistemas equilibrados. É preciso impor uma reforma urbana para pôr fim às megacidades insalubres. Em geral, devemos contrapor à lógica do lucro a dos cuidados gratuitos: qualquer pessoa doente deve ser tratada gratuitamente, qualquer que seja a sua condição social... As nossas vidas valem mais do que os seus lucros.

O ecossocialismo é a alternativa a esta crise global da sociedade capitalista. A resposta à crise da saúde deve ser a mobilização em convergência com os outros campos de luta para alcançar esta alternativa. Essa convergência de lutas ecossocialistas, feministas e dos trabalhadores deve ter como objetivo livrar o planeta e a humanidade do sistema capitalista, que nos está nos matando, para construir uma nova sociedade.



